

**A Política Externa da República Popular da China e
o Papel da Vertente Militar na Consecução dos seus Objectivos**

Filipe João Pinto Barrantes

Tese de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais

Especialização em Estudos Políticos de Área

Dezembro, 2015

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, com especialização em Estudos Políticos de Área, realizada sob a orientação científica da Professora Dra. Carla Patrício Fernandes

DECLARAÇÃO

Declaro que esta tese Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Lisboa, de de

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

A orientadora,

Cecilia Isabel Patricio Fernandes

Lisboa, 07 de Dezembro de 2015

AGRADECIMENTOS

Mesmo não estando muito à vontade no capítulo dos agradecimentos, não posso deixar de agradecer às pessoas que permitiram que este trabalho ganhasse forma. Alguns através da sua ajuda directa, outros do seu apoio, amizade e carinho. Todos foram essenciais à elaboração desta tese.

Agradeço em primeiro lugar à minha família, cujo apoio sempre se revelou incondicional e sem o qual seria impossível partir para a demanda que foi a escrita deste trabalho.

Em segundo lugar, a todas as pessoas que me ajudaram directamente a elaborar a tese, em especial à Professora Carla Fernandes, que orientou o meu trabalho. Agradeço também ao Major Rui Pais dos Santos e ao Tenente-Coronel Alexandre Carriço, que me auxiliaram na compreensão dos assuntos militares, na complexa situação na Ásia-Pacífico e nas teorias a aplicar no trabalho.

Um agradecimento muito especial à Rita, cujo apoio e carinho insubstituíveis foram fonte da força que me permitiu levar a cabo este propósito.

Agradeço a todos os meus amigos que transmitiram a sua alegria e afecto, fazendo-me sentir um caloroso apoio. Um agradecimento particular a Franco Tomassoni, que para além do apoio descrito, me ajudou com conselhos surgidos durante os nossos debates.

A Política Externa da República Popular da China e o Papel da Vertente Militar na Consecução dos seus Objectivos

Filipe João Pinto Barrantes

RESUMO

O intenso desenvolvimento económico levou a República Popular da China (RPC) a tornar-se a segunda maior potência económica mundial. No entanto, este desenvolvimento foi acompanhado por um aumento do consumo de *commodities*, em especial de petróleo. A RPC é, igualmente, o segundo país com maior orçamento militar. Sendo que, a acompanhar o seu desenvolvimento económico assistimos também a um aumento da sua capacidade militar.

Esta amplificação da sua capacidade militar e dos gastos com defesa, nos últimos anos, têm sido alvo de interesse e de temor um pouco por todo o mundo, pela importância que lhe está adjacente e pelos vários acontecimentos relevantes com os quais está relacionado. O incremento das capacidades das forças de mísseis estratégicos, das capacidades espaciais, a inauguração do primeiro porta-aviões chinês e os rumores da construção de um segundo, acompanhado por uma escalada de tensões no Sul e Este do Mar da China são alguns dos acontecimentos que mais atenção têm merecido por parte de investigadores e estudiosos, mas também por países vizinhos e pelos EUA, que têm reforçado a sua força militar na região.

A RPC tornou-se no membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas que mais tropas envia para operações de manutenção da paz da ONU, o que pode indicar uma preocupação com a imagem que a RPC pretende transmitir. Todavia, é necessário conhecer a política externa da RPC para compreender as tarefas da vertente militar chinesa, cujo desenvolvimento tem sido notado.

Desta forma, neste trabalho, iremos, através da análise dos objectivos da política externa do País do Meio, estabelecer conexões entre desenvolvimentos relevantes a nível militar e intentos que as autoridades chinesas pretendem alcançar. Tentaremos, desta forma, compreender como contribui o vector militar chinês para a consecução das metas de política externa da RPC.

PALAVRAS-CHAVE: República Popular da China, Política Externa, Exército Popular de Libertação, Forças Armadas

ABSTRACT

The impressive economic development has led China to become the second largest economy in the world, although increasing their commodities consumption, mainly oil. In addition, the PRC currently has the second-largest military budget. Therefore, we witness an increase in its military capacity, which is following its economic development.

Increased Chinese military capabilities have been the subject of interest and concern all over the world because of the relevance of the events which it is related to. The increasing capacity of the strategic missile forces, space capabilities, the first run of the first Chinese aircraft carrier and rumours about Chinese authorities building a second one, the escalation of tensions in the South and East China Sea are some of the events that have earned a great amount of attention by researchers and scholars. Tensions in the South and East China Sea generate distrust in the region and the US has reinforced its military presence in the Asia-Pacific waters. At the same time, the PRC becomes the permanent member of the UN Security Council to send more troops to UN peacekeeping operations. However, without knowing and realizing the PRC's foreign policy, we will be unable to understand the tasks of the Chinese military, whose development has been quite remarked.

In this way, we will try to map these objectives, the foreign policy goals of the Central Kingdom, so we can establish connections between relevant military developments and foreign policy objectives that the Chinese authorities aim to achieve. Thereby we can understand how the Chinese military plan is contributing to the achievement of the external policy objectives in the PRC.

KEYWORDS: People's Republic of China, Foreign Policy, People's Liberation Army, Armed Forces

Índice

Introdução.....	1
Capítulo I – Contextualização Teórica.....	5
1.1 – Objecto, Relevância e Delimitação Temporal do Estudo.....	5
1.2 – Enquadramento, conceitos e conceptualização.....	8
1.3 – Estado da arte	14
1.4 – Metodologia	16
Capítulo II – A Política Externa da República Popular da China	20
2.1 – Objectivos da Política Externa Chinesa	21
2.2 – Principais Aspectos da Política Externa Chinesa	25
2.3 – Soberania e integridade territorial	40
Capítulo III – O plano militar na política externa chinesa.....	50
3.1 – Estratégia Militar na República Popular da China.....	50
3.2 – O Exército Popular de Libertação e Sua Constituição.....	65
Capítulo IV – A Intervenção do Vector Militar nos Objectivos de Política Externa	71
4.1 – A Defesa da Soberania e Integridade Territorial	71
4.2 – Desenvolvimento Económico.....	87
4.3 – A Construção de uma Imagem de Poder Responsável.....	93
Conclusão	108
Bibliografia.....	123
Apêndice A – Grelha da Entrevista ao Tenente-Coronel Alexandre Carriço.....	i
Apêndice B - Rotas de Transporte das Importações Chinesas	v

Lista de Quadros

Quadro 1 - A Filiação Real da China em Organizações Internacionais e a Filiação Esperada	29
Quadro 2 - Os Principais Eixos da Política Externa Chinesa a partir da década de 90	36
Quadro 3 - Evolução da Composição e Tamanho da SA do EPL	70
Quadro 4 - Capacetes Azuis Chineses em Operações de Peacekeeping da ONU, 1990-2013	101

LISTA DE ABREVIATURAS

A2/AD – Anti-Access/Area Denial
ADIZ – Air Defense Identification Zone
ARATS – Association for Relations Across the Taiwan Strait
ASEAN – Association of Southeast Asian Nations
BBC – British Broadcasting Corporation
C3 – Comando, Controlo e Comunicações
CEI – Comunidade de Estados Independentes
CMC – Comissão Militar Central
CS – Conselho de Segurança
CSTO – Collective Security Treaty Organization
EMP – Electromagnetic Pulse
EPL – Exército Popular de Libertação
EUA – Estados Unidos da América
FPAP – Forças Policiais Armadas Populares
HERF – High Energy Radio Frequency
IDN – Instituto de Defesa Nacional
KMT – Kuomintang
LM-5 – Longa Marcha-5
MINURSO – Missão das Nações Unidas para o referendo no Saara Ocidental
MINUSMA – Missão de Estabilização Multidimensional Integrada das Nações Unidas
no Mali
MP – Milícias Populares
MONUSCO – Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo
MOOTW – Military Operations Other Than War
NATO – North Atlantic Treaty Organization
ONU – Organização das Nações Unidas
PCC – Partido Comunista Chinês
PIB – Produto Interno Bruto
PNA – Poder Nacional Abrangente
PPD – Partido Democrático Popular
RdC – República da China

RPC – República Popular da China
RMA – Revolução nos Assuntos Militares
SA – Segunda Artilharia
SCO – Shanghai Cooperation Organization
SEF – Strait Exchange Foundation
SLOC – Sea Lines of Communication
UE – União Europeia
UNAMID - Missão das Nações Unidas e da União Africana em Darfur
UNIFIL - Força das Nações Unidas para Manutenção da Paz no Chipre
UNMIL – Força Interina das Nações Unidas no Líbano
UNMISS – Missão das Nações Unidas na Libéria
UNOCI – Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul
UNTAG – Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim
UNTSO – Organização da ONU Encarregada de Vigiar as Tréguas
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZEE – Zona Económica Exclusiva

INTRODUÇÃO

“I will mount a long wind someday and break the heavy waves”

Li Bai, citado por Xi Jinping

Durante a Guerra Fria, o sistema internacional caracterizava-se por uma ordem bipolar, facto que não teve continuidade após a queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e da maior parte dos governos socialistas do Leste Europeu. Finda essa época, os Estados Unidos da América (EUA) surgem como única superpotência, tendo em conta a sua superioridade em influir em assuntos políticos, económicos e militares em todo o mundo.

Contudo, nas últimas décadas, assistimos ao aumento da influência política, militar e económica no cenário internacional de outros poderes regionais, como a RPC, a Federação Russa e a União Europeia (UE). Como refere Luís Tomé (2005), poderes que também são determinantes para a resolução de grandes questões internacionais e regionais e que não podem ser ignorados, “cujas capacidades, percepções, ambições e evoluções são atentamente seguidas e ponderadas pela superpotência e por outros actores internacionais, embora não disponham nem do poder nem das ambições universais dos EUA”.

No que respeita ao País do Meio, é inevitável referenciar o seu crescimento a nível mundial, o que nas palavras do antigo Secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger (Lusa, 2011) deve ser entendido como um caminhar “para uma nova ordem mundial na qual a China terá um papel crescente”. No entanto, para que “o gigante asiático” se torne a ou uma “potência dominante do século XXI”, terá de resolver os seus profundos problemas domésticos.

Este crescimento da China é, para muitos autores (Wang, 2013; Medeiros, 2009; Callahan, 2004), o regresso da China como um grande poder (*Da Guo*). Essa ideia é denotada, por exemplo, pelo actual Presidente da RPC Xi Jinping nos seus discursos, ao reconhecer que a China viveu períodos de sofrimento de sacrifícios invulgares na sua história moderna, prometendo uma renovação da nação chinesa. Desde os primeiros anos da década de 90 do século XX, o Partido Comunista Chinês (PCC) tem vindo a

utilizar o *slogan* “Grande rejuvenescência da Nação Chinesa” (*zhonghua minzu de weida fuxing*) como sendo a sua missão, isto é, pretende devolver à China a sua velha glória e o seu estatuto (Wang, 2013, p. 6). Para a recuperação desse estatuto, é fundamental a ascensão económica veiculada pela elevação de todas as áreas da sociedade chinesa. Naturalmente, esta ascensão tem suscitado a atenção a nível mundial, havendo um crescente interesse por se entender o poderio e as actividades militares de uma potência em intenso crescimento como é a RPC. Neste quadro de preocupações, saltam para a ordem do dia as disputas territoriais no Sul e no Este do Mar da China, estreitamente relacionadas com a questão da integridade territorial chinesa, que é fulcral para a referida rejuvenescência da nação chinesa. Entendem as autoridades chinesas, que o que levou ao século da humilhação foi o facto de a China não ser forte o suficiente para fazer frente às conquistas, por parte de potências externas, de território reivindicado pela China. Portanto, uma posição mais forte nestas questões é parte do caminho para a revitalização chinesa. Este mesmo conceito suscitou o aparecimento da teoria da ameaça chinesa (*Zhongguo weixian lun*) da qual fazem parte as acusações oriundas de funcionários do governo norte-americano no princípio da década de 90 do século XX, rapidamente reproduzidas por vários analistas políticos e intelectuais (Yi & Liu, 2012, p. 697). O cerne da preocupação era a ameaça que a RPC poderia constituir para a ordem internacional vigente, e como refere Alastair Iain Johnston, em 2003, uma China “insatisfeita” representa um grande desafio para a ordem internacional tão apreciada pelos EUA (2003, p. 8).

Em 2002, durante o 16º Congresso do Partido Comunista Chinês (PCC), o Presidente Jiang Zemin, avaliou o ambiente externo de segurança como bastante favorável à consecução do objectivo de “revitalização nacional” (Jiang, 2002), podendo a meta ser alcançada, segundo o mesmo, ao fim de 20 anos. Durante este período, a China quadruplicará o PIB, usando-o como alavanca para construir uma sociedade mais próspera e capaz do desenvolvimento económico, social, militar e político.

Esta avaliação prospectiva parte do conceito de “configuração estratégica de poder” (*shi*) que está relacionado com a “propensão das coisas” e com a “disposição estratégica dos elementos” (Tomé, 2006, p. 10). Ou seja, a partir da avaliação do *shi* concluiu-se que a “propensão das coisas” durante o referido período de tempo - 20 anos -, é especialmente benéfica, razão porque esse intervalo de tempo recebeu por parte das autoridades chinesas a denominação de “Janela de Oportunidade Estratégica” (Bastos, 2014). Note-se que tais metas não são aleatórias, mas correspondem a efemérides

marcantes da história recente da China, consentâneas da importância do simbolismo para o povo chinês (sentimentos e orgulho nacionalistas).

A celeridade no processo de modernização das forças armadas chinesas (*wuzhuang liliang*) beneficiou do crescimento económico anual de cerca de 10%, o que permitiu aos líderes manter um aumento do orçamento militar de cerca de 19% em preços correntes, entre 2000 e 2011 (Liff & Erickson, 2013, pp. 808, 809). Nos últimos anos, as autoridades chinesas têm sublinhado a necessidade dos poderes económico e militar se desenvolverem de forma equilibrada (Jiao, 2012, p. 9) e pretendem que as forças armadas tenham um papel activo, estipulado na constituição da RPC. Na defesa da soberania nacional, segurança e integridade territorial e no suporte ao desenvolvimento pacífico do país (People's Republic of China Ministry of National Defense, 2013).

Dos fundamentos atrás evidenciados decorre a pertinência do nosso tema: o interesse em entender a China e a emergência deste *Da Guo*, analisar os objectivos subjacentes ao desenvolvimento das capacidades das suas forças armadas e o papel destas na consecução dos interesses e objectivos nacionais. Ademais, talvez pelo carácter recente das transformações ocorridas, no meio académico português escasseiam estudos sobre esta temática o que faz com que este estudo seja relevante e possa vir a contribuir para o estudo deste tema em Portugal. Durante a nossa pesquisa, deparámo-nos com análises que demonstram uma profunda desconfiança em relação ao processo de modernização das forças armadas chinesas, que parecem ser uma exponenciação inerente a um certo temor face à ascensão da RPC. Este processo de modernização e aquisição de mais capacidades da RPC desperta juízos díspares nos analistas e estudiosos da questão, sendo que este facto funciona como intensificador de interesse no estudo do tema

Este tema é igualmente relevante no nosso país porque, em primeiro lugar, existe uma forte interligação histórica de Portugal com a China. Portugal mantém relações de grande importância com a RPC, tendo o estatuto de parceiro estratégico desde 2015, ao nível de grandes países europeus. Tem, inclusivamente, pontes de comunicação privilegiadas através de Macau e do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. A presença e o grau de importância do investimento chinês em Portugal é cada vez mais notório, o que tem conduzido a uma intensificação das relações bilaterais entre os dois parceiros estratégicos. Portugal está atualmente integrado em novos e emblemáticos projectos do governo chinês, como a

nova rota seda (marítima e terrestre), tendo integrado, como accionista, o Banco Asiático de Desenvolvimento de Infraestruturas, um banco que irá rivalizar com o Banco Mundial e que foi a primeira instituição financeira internacional proposta pela China. O intento deste banco é promover o investimento no sector dos transportes, energia, telecomunicações e outras infraestruturas nos países em desenvolvimento da região asiática. Em virtude da crescente importância destas relações, somos compelidos a reconhecer a necessidade de compreender o País do Meio com quem dialogamos/negociamos.

Em segundo lugar, identificamos ao longo do processo de desenvolvimento deste trabalho que o nosso tema é de grande actualidade e relevância cada vez maior a nível mundial. Com efeito, a acuidade deste assunto e a sua temporalidade foram-nos, progressivamente, mais evidentes, elucidando a necessidade de estudo desta problemática: as menções ao desenvolvimento militar chinês cada vez mais presentes nos discursos de decisores políticos norte-americanos; os temores dos vizinhos asiáticos e a possibilidade que alguns analistas, como Michael Klare, referem de uma escalada de violência nas disputas no Sul e no Este do Mar da China. A presença militar chinesa a intensificar-se nas missões da ONU, mas que agora se estende igualmente às negociações sobre desenvolvimento e alterações climáticas. Tivemos, inclusivamente, por duas vezes a visita da marinha chinesa, representando a diplomacia naval chinesa.

CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

A ascensão da China pode ser a mais importante tendência mundial do século XXI

Kristoff, 1993

1.1 – OBJECTO, RELEVÂNCIA E DELIMITAÇÃO TEMPORAL DO ESTUDO

A política externa chinesa é orientada por macro-objectivos que serão identificados neste trabalho e que influenciam a forma como as forças armadas actuam, se desenvolvem e modernizam. Estas são as duas vertentes que o presente trabalho contempla e pretende desenvolver: a política externa chinesa e o vector militar. Partindo desta premissa, assume-se o objectivo de estabelecer elos de ligação entre as duas dimensões. Para tal, após a identificação dos macro-objectivos da política externa chinesa, é vital a observação do plano militar chinês, o seu desenvolvimento, operações e modernização. A relação entre a vertente militar e os objectivos de política externa leva-nos à compreensão do papel da primeira no cumprimento dos segundos. O que este estudo almeja não parte de uma cisão entre dois campos distintos: política externa e forças armadas. Ao contrário, assume-se que as políticas de segurança fazem parte da política externa de um Estado. Pretende-se verificar como esta última influencia as primeiras.

Assim, o primeiro objecto de análise é a política externa chinesa, a fim de conseguirmos identificar um grupo de metas que constituem os macro-objectivos da política externa da RPC. Esta pretensão abarca temas de natureza distinta a que teremos de estar atentos, como a política energética, a diplomacia, a segurança, as concepções territoriais, o ambiente externo desejado e a participação em instituições multilaterais.

No segundo capítulo deste trabalho, vamos incidir sobre a referida dimensão que funciona como variável independente, pois o presente trabalho debruça-se sobre o domínio militar em função da política externa e de como actua a vertente militar para que sejam concretizados os seus objectivos. A análise aos assuntos militares e aos desenvolvimentos observáveis no âmbito militar, são objecto de tratamento posterior. Esta segunda dimensão é a variável dependente. No estudo da variável dependente procura-se compreender a evolução, desenvolvimento e acção no plano militar, relacionando-os com os macro-objectivos identificados. Esta análise distribui-se por vectores como: a modernização do EPL em termos operacionais, doutrinários ou de

equipamento; a participação do EPL em missões de âmbito internacional; a sua participação em missões nacionais.

O estabelecer destes elos de ligação, a compreensão das formas de participação da vertente militar na política externa, tem lugar no quarto capítulo. São expostas as conexões entre ambas as dimensões – política externa e vertente militar - que explicam como, em cada objectivo identificado, a esfera dos assuntos militares contribui para a concretização dos macro-objectivos da política externa chinesa.

O objectivo do presente estudo conduz-nos à análise do papel desempenhado pela esfera militar chinesa em diversas áreas, chave para o entendimento da sua função na consecução dos macro-objectivos de política externa, uma vez que estes nos encaminham para múltiplos assuntos, respeitantes à política externa da RPC. Assim, vamos procurar de que forma o domínio militar chinês participa e responde a toda a complexidade.

A questão do sistema internacional e a forma como a China o entende, o que a China pretende que ele seja, é um ponto que consideramos ser fulcral. Esta é, porventura, a questão que torna o estudo destes assuntos tão importante, compreender o que uma potência como a China – quer pelo seu extraordinário desenvolvimento, quer pela sua visão do mundo diferir daquela dos EUA, quer pelo papel que assume hoje nas relações internacionais – pode afectar o sistema internacional que conhecemos. Parece-nos de grande interesse notar como o Tenente-General Abel Cabral Couto (Couto, 2000, p. 29) classificava o sistema internacional, uni-policêntrico, unipolar a nível militar, multipolar a nível económico. Ou seja, segundo o estrategista português, é no plano militar que se sustém a unipolaridade norte-americana. Ora, efectivamente o impressionante desenvolvimento económico chinês é insuficiente para pôr em causa o sistema unipolar, sustentado pela supremacia militar, e enorme capacidade económica, política, diplomática e tecnológica dos EUA. Existindo um crescimento da força militar da RPC, questionamo-nos se o País do Meio procura enfrentar a unipolaridade existente. Existe uma necessidade, dir-se-ia global, de compreender este processo. Assim sendo, vinca-se uma vez mais a importância de se proceder, no nosso país, à elaboração de mais estudos sobre a temática em questão.

Chegados a este ponto, torna-se premente balizar temporalmente a investigação, que situa-se no período que medeia da introdução do conceito de “Rejuvenescência nacional”, desde que foi avançado por Jiang Zemin, em 1992 até à presente época. É ainda necessário referir que no caso da análise aos vários assuntos relacionados com as

Forças Armadas, será muitas vezes necessário recuarmos anteriormente à década de 90 para obter o conhecimento sobre a evolução que existiu. Porém, a incidência e foco final deste trabalho é a actualidade. Em suma, pretendemos analisar qual é, presentemente, o papel da vertente militar na consecução dos objectivos de política externa da China.

Hoje, as autoridades norte-americanas reconhecem a necessidade de avançar com a estratégia de *Rebalance toward Asia*¹, que prevê para 2016 um aumento do Financiamento Militar Estrangeiro de 35% para a região e compreende um reequilíbrio do posicionamento da Marinha Norte-Americana de aproximadamente 50/50 entre Atlântico e Pacífico, para 40/60, respectivamente, em 2020 (Hagel, 2014). Tudo isto numa altura em que os EUA conhecem alguma baixa orçamental (Panetta, 2012). Mesmo que uma baixa orçamental para os EUA continue a significar um orçamento cerca de 4 vezes superior ao do país com o segundo maior orçamento, e que os números apresentados sejam, de facto, valores maleáveis, a precaução norte-americana em reiterar a sua presença na Ásia denota uma preocupação com a conjuntura da região. Por isso, este *Rebalance to Asia* é na realidade um *Rebalance to China*, até porque o *pivot* asiático são há bastante tempo os EUA².

Este é um assunto de grande complexidade, quer pelas inúmeras ramificações por onde somos compelidos a viajar, quer por uma paisagem conjuntural à qual nós, inseridos num contexto cultural contrastante, corremos por vezes o risco de ser algo insensíveis. Consideramos que é relevante referir que este estudo não tem como pretensão alinhar por qualquer juízo referente à ascensão da RPC, ao seu crescente poderio militar, à sua concepção de território nacional ou de relações internacionais. Pelo contrário, procura-se uma análise imparcial daquilo que são os factos e os desenvolvimentos destas questões, tentando que exista uma compreensão livre de possíveis ideias pré-concebidas.

¹ Esta estratégia do governo norte-americano tem dois objectivos. Primeiramente, envolver ainda mais os EUA na região mais dinâmica na economia de hoje e, em segundo, impedir que a RPC se torne o grande *pivot* regional. Este reposicionamento assenta em três pilares: económico, político e de segurança. O fortalecer das alianças com Japão e Coreia do Sul, o normalizar das relações com Myanmar ou a participação na Cimeira da Ásia Oriental são alguns sucessos desta política.

² Entrevista ao Tenente-Coronel Alexandre Carriço no dia 29 de Abril.

1.2 – ENQUADRAMENTO, CONCEITOS E CONCEPTUALIZAÇÃO

O presente estudo enquadra-se teoricamente na concepção neo-realista das Relações Internacionais, que tem como maior obra orientadora o livro de Kenneth Waltz, *Theory of International Politics* (Waltz, 1979). Na teoria neo-realista das Relações Internacionais, o sistema internacional é o principal responsável por moldar as políticas externas dos Estados. Para os neo-realistas, o sistema internacional é anárquico, não existe um governo mundial. Assim sendo, os Estados estão por sua conta e risco e o principal objectivo de cada Estado é a sua sobrevivência. Isto não significa que os Estados não procurem outros objectivos, mas caso essa sobrevivência não esteja garantida, eles são relegados para segundo plano. Desta forma, a segurança é a principal preocupação dos líderes políticos, via mais óbvia para garantir a sobrevivência. Contudo, embora o sistema internacional seja anárquico – não possui uma hierarquia –, os Estados têm capacidades diferenciadas. É habitual que, quando se pretende explicar a teoria neo-realista, se use a metáfora da mesa de bilhar, onde, ao mesmo nível e feitas do mesmo material, várias bolas interagem. Contudo, essas bolas têm tamanhos diferentes. Nesta mesa de bilhar alegórica, as bolas mais pequenas e as de tamanho médio tendem a fixar-se nos cantos da mesa, enquanto as maiores circulam por toda ela, interagindo com as bolas mais pequenas, determinando o rumo do jogo (Jakobsen, 2013).

Esta anarquia do sistema internacional leva a que ocorram conflitos, guerras, precisamente porque nada evita a sua ocorrência. A variante-chave é a distribuição de poder – ela influi na ocorrência, ou não, de guerras. A distribuição de poder é um conceito fulcral para os neo-realistas, defensores de que o equilíbrio de poder precisa apenas de duas condições para prevalecer: um sistema anárquico e unidades constituintes que pretendam a sobrevivência. Equilíbrios de poder formam-se regularmente e os Estados tendem a procurar igualar-se ou exceder-se uns aos outros. A aceitação do equilíbrio de poder tem como raiz o medo: os Estados temem não conseguir defender a contento os seus interesses. Ora, atingir os objectivos de um Estado depende da distribuição de poder do sistema internacional. Isto significa que nem todos os Estados procuram maximizar o seu poder: a principal preocupação é a sobrevivência e, caso ela não esteja garantida, a maximização de poder não é prioritária (Waltz, 1979, pp. 102-128).

Em anarquia, a segurança é o maior fim. É o sistema internacional que estimula a procura pela segurança, o Poder pode ou não ser um meio para alcançar esse objectivo. Normalmente, os Estados procuram o equilíbrio de poder e não a estratégia de *bandwagoning*, pois a sua primeira preocupação não é a maximização de poder, mas sim a manutenção da sua posição no sistema internacional. Assim, na hipótese de escolher entre duas alianças, os Estados mais fracos têm mais probabilidade de se juntar ao lado mais fraco, pois o lado mais forte representa a maior ameaça para a sua segurança (Waltz, 1979, pp. 126, 127). No caso da RPC esta é uma questão assaz interessante. Vejam-se as relações com países do continente africano, onde a premissa anterior parece ser empiricamente corroborada: o investimento chinês é hoje uma alternativa que muitas vezes se prefere ao investimento norte-americano por este último exigir contrapartidas menos apelativas e de maior intromissão nos Estados africanos. Desta forma, vários governos do continente berço da humanidade aproximam-se diplomaticamente da RPC, que é a alternativa menos ameaçadora. Saliente-se que, embora a RPC se afirme contra e não promova uma política de formação de alianças, Pequim pretende ter um estatuto de Estado ainda em desenvolvimento que está a fazer a transição para Estado desenvolvido, de forma a poder comparecer em negociações com potências menores como estando na mesma situação, assumindo assim um papel de ponte entre as duas realidade económicas, o que lhe é vantajoso.

O caso do Sul do Mar da China aumenta o grau de complexidade desta questão. No continente asiático onde o equilíbrio de poder é bem patente, urge compreender como estas dinâmicas se desenvolvem. A questão talvez não seja apenas “Quem tem mais poder”, mas sim “quem é que representa uma maior ameaça à sobrevivência das potências do Sueste asiático”. Esta região é marcada por disputas territoriais nas quais a RPC tem um profundo envolvimento e os EUA são determinantes no desenrolar dos acontecimentos.

De qualquer forma, os interesses nacionais estão subordinados aos interesses internacionais. Os pedidos para que os Estados mantenham os interesses internacionais acima dos nacionais são, contudo, irrelevantes, pois num sistema internacional anárquico, cada Estado depende de si próprio na defesa dos seus interesses. Isto faz com que a auto-ajuda e o espírito de iniciativa sejam os princípios de acção necessários numa ordem anárquica. Assim, podemos tirar duas conclusões:

Em primeiro lugar, o destino de um Estado está dependente da forma como este responde ao que outros Estados fazem, pois a possibilidade do conflito ser resolvido

pela força leva, em princípio, à competição no que ao armamento diz respeito. No caso de existir um Estado cuja vertente militar se prove superior a todas as outras, a reacção natural dos outros Estados será copiar esse mesmo modelo, como aconteceu com a Prússia de Bismarck no século XIX. O poderio militar de Estados mais fracos tende a aumentar mais depressa ou diminuir mais devagar do que aquele de Estados mais fortes. Uma alargada imitação é esperada entre Estados que competem entre si (Waltz, 1979, p. 127).

Em segundo lugar, a força é utilizada para interesse do próprio Estado. Os meios militares, assim como os meios políticos, podem ser utilizados para fins económicos, ao mesmo tempo que meios económicos podem ser utilizados para fins militares ou políticos (Waltz, 1979, p. 94).

Os interesses de cada Estado expandem-se consoante o poder relativo desses Estados aumenta (*Big nations have big goals*) (Jakobsen, 2013).

De forma a minimizar os riscos de um sistema internacional anárquico, os Estados formam estruturas hierárquicas. Estas estruturas hierárquicas, que marcam os governos das nações, acarretam alguns problemas: geram uma nova batalha, a batalha pelo poder. Assim, as instituições têm de encontrar maneira de se manter no poder, o que, eventualmente, leva à repressão sobre elementos ou áreas dissidentes. No caso da RPC, a manutenção do PCC no poder é sempre uma prioridade, pois trata-se da sobrevivência de um governo. Concordantemente com o que defendem os neo-realistas, áreas e elementos dissidentes – especialmente quando utilizam meios violentos – são alvo de repressão por parte do governo chinês. Muitos autores apontam dois factores principais que decidem a legitimidade do PCC para continuar no poder: o nacionalismo e o desenvolvimento económico. Tendo em conta que o EPL é um exército partidário, esta é uma questão que está intimamente relacionada com as questões de segurança da RPC.

No que ao quadro conceptual diz respeito, convém cristalizar determinadas noções que são essenciais na nossa análise. Conceitos como Política Externa Guerra, Estratégia, ou mesmo Poder e Estado, devem estar claros na mente do estudioso para que não suscite qualquer equívoco. Em nome desta necessária clareza, consideramos dever proceder ao esclarecimento de conceitos.

O primeiro conceito a esclarecer é aquele de política externa, por ser a variável independente deste trabalho. Raquel Freire defende que a Política externa é “o conjunto de objetivos, estratégias e instrumentos que decisores dotados de autoridade escolhem e

aplicam a entidades externas à sua jurisdição política, bem como os resultados não intencionais dessas mesmas ações” (Freire & da Vinha, 2011, p. 18). Defende que este entendimento de política externa distancia-se de uma conceptualização meramente estatocêntrica e racionalista, assumindo que a agenda, atores, instrumentos e objetivos de política externa não se reduzem ao ‘porquê’ de determinada decisão ou ação, mas antes exigem, pela sua complexidade, respostas ao ‘como’ e para ‘quem’.

O professor F. S. Northedge afirmava que política externa é o uso da influência política de um Estado para levar a que outros Estados tomem decisões políticas da forma desejada pelo Estado que usa a sua influência (Ghosh, 2015, p. 96). Já o director do EU-ASIA Centre, Fraser Cameron, defende que, de uma forma simples, a política externa pode ser definida como uma linha de procedimento consistente seguida por uma nação, para negociar ou relacionar-se com outra nação, uma região, ou resolver um problema internacional. Segundo o autor, a política externa pode ser baseada em valores e interesses, e pode reflectir objectivos nacionais ou uma resposta específica a uma situação em particular (Cameron, 2005, p. xvii). Enquanto a definição de Northedge demonstra como a política externa é um meio utilizado para influenciar o comportamento de outros actores, a de Fraser Cameron revela outro carácter da política externa, o facto de existir uma linha de conduta que varia consoante os interesses e valores de cada país. A capacidade de influência revela-se, depois, no *hard power*, no *soft power* e, mais recentemente, no *smart power*.

Em relação ao conceito de guerra, é impreterível que se cite Clausewitz “A guerra é a continuação da política por outros meios” (Echevarria, 2007, p. 41), frase bastante mediática, quando colocada no devido contexto, demonstra-nos que o estratega prussiano defendia que a guerra é um acto de violência que tem como fim a submissão do adversário. Contudo, neste trabalho adopta-se a concepção de Abel Cabral Couto (1988), estrategista português de incontornável importância para o pensamento militar das Forças Armadas portuguesas, que entende a guerra como “violência organizada entre grupos políticos, em que o recurso à luta armada constitui, pelo menos, uma possibilidade potencial, visando um determinado fim político, dirigida contra as fontes de poder do adversário e desenrolando-se segundo um jogo contínuo de probabilidades e azares”.

Sobre Estratégia, a concepção de Abel Cabral Couto (1988, p. 209) é tão clara quanto poderia ser: A estratégia é “a ciência e a arte de desenvolver e utilizar as forças morais e materiais de uma unidade política ou coligação, a fim de se atingirem

objectivos políticos que suscitem, ou podem suscitar, a hostilidade de uma outra vontade política”. O estrategista português realça que “da essência da estratégia faz parte a existência do «outro»”, opondo-se à ideia de que Estratégia é apenas “um jogo de meios e de fins”, pois existem “adversários que tomam iniciativas e reagem às acções realizadas” opondo-se a esses fins. Assim, a estratégia não engloba apenas capacidades e objectivos, mas também ameaças. Embora a Estratégia seja “una pelo seu objecto e métodos”, quando aplicada, ela divide-se em Estratégias especializadas, formando uma pirâmide de Estratégias interdependentes. No topo desta pirâmide encontra-se a Estratégia Total, que está imediatamente subordinada à política. A sua função é, segundo Cabral e Couto (1988), “concretizar os fins da acção estratégica, à luz dos objectivos políticos, auxiliar a política a definir a missão estratégica própria e dar missões aos vários domínios de acção, combinando as várias Estratégias Gerais”.

Estratégia Militar é uma Estratégia Geral. Ela é componente da Estratégia Total, “a ciência e arte de desenvolver e utilizar as Forças Armadas com vista à consecução de objectivos firmados pela Política” (Couto, 1988). Cabral Couto distingue ainda Estratégias Operacional, Estrutural e Genética. No âmbito da Estratégia Militar, a Estratégia Operacional reflecte-se em Planos de Operações e trata da “concepção e execução da manobra estratégica ao nível dos grandes subordinados”, os responsáveis pelos teatros de operações e teatros de guerra. A Estratégia Operacional pretende entender como devem ser utilizados os meios existentes, tendo em conta as suas características e possibilidades, para que se consigam alcançar os objectivos estabelecidos. A Estratégia Genética, ou Estratégia Logística, deve inventar, construir e obter novos meios, que coloca à disposição da Estratégia Operacional no momento adequado. As decisões neste ramo da Estratégia implicam recursos humanos, materiais e técnicos durante largos períodos temporais. A Estratégia Genética procura saber (atentando à evolução tecnológica mundial e nacional) de que meios e instrumentos se deverá dispor nos próximos 5, 10 ou 20 anos para enfrentar as ameaças que se prevêem para esse período de tempo. Ao par que uma grande potência consegue, de facto, formular uma Estratégia Operacional e ter uma Estratégia Genética que funcione em função daquela, pequenas potências são, normalmente, obrigadas a adaptar a sua Estratégia Operacional às capacidades da sua Estratégia Genética. A Estratégia Estrutural deve detectar e analisar as “vulnerabilidades e potencialidades das estruturas existentes” para que sejam definidas as medidas mais adequadas, com vista a eliminar ou atenuar as vulnerabilidades e substanciar as potencialidades. Esta Estratégia deve

assimilar informação e compreender que estruturas devem ser eliminadas, corrigidas, desenvolvidas ou criadas, para que se reduzam as vulnerabilidades e reforcem as potencialidades. Estas estratégias implicam uma forte inter-relação. Abel Cabral Couto (1988) exemplifica o caso da aquisição de novos transportes, o que pode exigir a construção de novas infra-estruturas.

O Estrategista português divide ainda a Estratégia Total entre Estratégia Directa e Estratégia Indirecta. A primeira é a que foi utilizada nas duas Guerras Mundiais: a dissuasão é concretizada através do emprego das forças militares, sendo estas o principal meio de coacção. A segunda não prevê o uso das forças militares como principal meio de coacção. Mesmo que estas sejam empregues, procura-se que tenham um custo mínimo. Esta foi permanente durante a Guerra Fria. Também neste caso, as duas coexistem. Refere o autor que (Couto, 1988) “o mundo actual é dominado por uma estratégia directa, embora de sinal negativo – estratégia de dissuasão – que tende a neutralizar reciprocamente as Grandes Potências, enquanto que, explorando a estreita liberdade de acção existente, pelas brechas do sistema de dissuasão se insinuam as acções variáveis, matizadas e subtis da estratégia indirecta”.

Poder é, segundo Max Weber (1978, pp. 296, 297), a capacidade de controlar outros, eventos ou recursos, inclusivamente contra a sua vontade. Na verdade, o autor sublinha a utilização do poder em situações de conflito entre aqueles que têm mais Poder e aqueles que têm menos, ou entre aqueles que o têm e aqueles que o não têm. Abel Cabral Couto (1988) concorda que a noção de Poder está associada à imposição de uma vontade, aludindo autores realistas como Raymond Aron e Klaus Knorr. Cabral Couto (1988) subscreve a ideia segundo a qual Poder é a capacidade de um actor político impor a sua vontade sobre outro actor político, sendo que existe uma relação de poder quando as escolhas de um actor são restringidas pelo temor de sanções “explícitas ou supostas” por parte de um outro actor. Poder e Força são conceitos distintos: a Força é um instrumento de Poder, podendo ser bélica, psicológica ou económica. São forças as capacidades e recursos, de qualquer natureza, que um actor político tenha ao seu alcance para atingir o seu objectivo. O conjunto das forças disponíveis de um Estado para a consecução da sua Estratégia, denomina-se Potencial Estratégico.

Em relação à concepção de Estado, Max Weber reconhece a importância da violência no Estado, descrevendo-o como uma organização política de existência obrigatória, que mantém o monopólio do uso legítimo da força sobre um determinado território.

Kenneth Waltz elaborou uma teoria que pretende explicar as origens da intervenção militar. A mesma teoria é constituída por três factores aos quais chamou “imagens”. O primeiro factor, ou imagem, prende-se com o decisor enquanto indivíduo, o segundo situa-se ao nível da política interna ou do sistema socioeconómico, enquanto o terceiro se situa ao nível do sistema internacional. Consideramos que é a inter-relação entre estas imagens que acaba por levar a uma intervenção militar. E que é principalmente no espaço entre as duas últimas imagens – segunda e terceira – que reside o cerne da questão. O sistema internacional imprime variadas pressões sobre todos os Estados, e esta é a principal causa por detrás de uma decisão de política externa como uma intervenção militar. Contudo, sofre também influência de variáveis particulares, como as condições da política interna (Dueck, 2009, p. 144). Para Waltz (1979), as diferentes hierarquias políticas dos Estados condicionam o processo de tomada de decisão e a conseqüente falta de uniformidade. Ou seja, sob um estímulo de natureza semelhante, decisores políticos em sistemas hierárquicos distintos decidem de forma discrepante.

1.3 – ESTADO DA ARTE

Este estudo foca-se na política externa chinesa, sendo que para uma compreensão desta é necessário ter em consideração a história da RPC, várias decisões dos líderes políticos e o quadro internacional em que a China se insere. Dentro das directivas oficiais do Estado chinês releva-se importante para o estudo do objecto em questão, a concepção de segurança que a China apresenta desde 1997 aquando da formulação do Novo Conceito de Segurança, plasmado em vários documentos oficiais e também analisado por estudiosos do tema como David Finkelstein (2003) e Bates Gill (2007). São igualmente fulcrais os conceitos de Poder Nacional Abrangente (PNA, *zhonghe guoli*) (1992) e Janela de Oportunidade Estratégica (2002), ambos formulados pelas autoridades chinesas durante a presidência de Jiang Zemin e utilizados pelos estudiosos portugueses com Alexandre Carriço e Luís Tomé.

Na ligação entre o vector militar e os objectivos e interesses da RPC destacamos os *White Papers* da Defesa, nos quais podemos identificar a visão chinesa do quadro nacional e internacional de segurança, os desafios e ameaças, e os objectivos para as forças armadas chinesas. Constatamos, nestes *White Papers*, que a retórica pacifista do seu desenvolvimento é importante na mensagem que a China pretende passar para o

exterior, uma importância também elucidada por autores como Tow e Rigby (2011) e Alexandre Carriço (2013).

A defesa da soberania e integridade territorial é um aspecto central da política externa chinesa analisado por autores, como Medeiros (2009), Gill (2007) e Mitsuru Kitano. Neste objectivo a vertente militar desempenha um papel particularmente notório e de grande importância, tendo Cordesman (2014) elaborado uma compilação de artigos e textos de fontes oficiais e *quasi*-oficiais em que se pode constatar este facto.

A estrutura e o contributo das várias áreas militares das forças armadas chinesas e a consecução dos objectivos de política externa são estudados igualmente por Cordesman, bem como outros autores, por exemplo Twomey (2014) e Hartnett (2014). Alguns autores apontam a opacidade do vector militar chinês e do processo de tomada de decisão, como Yahuda (2013).

Consideramos que os documentos oficiais como *white papers* ou os discursos dos líderes políticos são importantes para o conhecimento dos assuntos militares chineses que este trabalho exige. No entanto, muitas dos documentos chineses não estão traduzidos do mandarim, o que tendo em conta que não somos fluentes na língua chinesa, nos obrigou a analisar outras fontes para além das chinesas. Sublinha-se a contribuição do Department of Defense dos Estados Unidos da América, cujos relatórios anuais sobre a República Popular da China contém informações importantes e úteis para o tema de análise desta dissertação.

Muitos analistas tais como Huang Chin-Hao (2011), Courtney J. Richardson (2011) e Andrew S. Erickson (2010) debruçaram-se sobre a participação das forças armadas chinesas em missões de manutenção da paz da ONU e nas missões antipirataria no Golfo de Áden. Nas suas obras tentam explicar os motivos que levam a que a RPC atribua considerável importância a estas missões. Em relação às missões de manutenção da paz ONU, a própria organização disponibiliza informação actualizada sobre as várias operações, discriminando as unidades que cada país disponibiliza para o efeito. Em relação à bibliografia, nível internacional, são dignos de destaque alguns estudiosos e académicos como Bates Gill, Dennis Blasko, Evan S. Medeiros, Mitsuru Kitano, Anthony H. Cordesman, Michael Swaine ou James Mulvenon. Em matéria orçamental, é de considerar o contributo de Liff e Erickson. Também os legados de autores chineses como Jiang Liang, Shi Qingren ou Wu Xiaoyan se revestem de considerável importância pois fornecem uma *inside vision* do EPL.

Institutos como *Institute for Security & Development Policy*, *Center for Strategic and International Studies*, *Research and Development*, *Stockholm International Peace Research Institute*, *International Institute for Strategic Studies* produzem frequentemente documentos de interesse e importância para o estudo das forças armadas e da política externa chinesa. As publicações *Asia-Pacific Review*, *China Quarterly* ou o *Journal of Chinese Political Science* merecem também referência pelos contributos que neles encontramos sobre o nosso objecto de estudo. Também as fontes jornalísticas como o *South China Morning Post*, *Russia Today* ou a *BBC* são de referir em questões de actualização da informação, visto tratar-se de um assunto hodierno.

Não menos importantes são os contributos de académicos portugueses, dos quais destacamos o Tenente-Coronel Alexandre Carriço, com várias obras de grande importância e utilidade sobre esta questão – realçam-se as obras *De Cima da Grande Muralha*, *Grande Estratégia e o «Sonho da China» de Xi Jinping*, *Dissuasão no Estreito de Taiwan: 2004-2010* ou *A Diplomacia Militar da China: Tipologia, Objectivos e Desafios*, volumes de profundidade e detalhe em relação à história e pensamento militar chinês. E também o contributo do Professor Doutor Luís Tomé com obras e artigos de grande valor pela sua análise, como *Gato Preto, Gato Branco*, *Geoestratégia da China*, *China e Médio Oriente: Energia, claro, mas não só...* ou *O Conflito China-Japão sobre as Ilhas Senkaku/Diaoyu*.

Sublinha-se ainda o papel do Instituto de Defesa Nacional para a divulgação de estudos sobre este assunto, não só por meio das publicações mas também através da sua biblioteca aberta ao público e com fontes bibliográficas de valor. De igual importância e valor é o trabalho sobre as questões da segurança chinesa, desenvolvido pelo Instituto de Estudos Superiores Militares e seus investigadores. Agradecemos a oportunidade de ter lido trabalhos de investigação individual, elaborados por investigadores do referido Instituto, como o Capitão-Tenente Paulo Alexandre da Silva e Costa, o Major António José Macedo Estrela Bastos ou o Major Rui Miguel de Sousa Ribeiro Rebordão de Brito.

1.4 – METODOLOGIA

Para a realização do presente trabalho foi necessário proceder-se à investigação de dois tipos de fontes: fontes primárias e fontes secundárias. A investigação das fontes primárias tem por objectivo a aquisição de uma base conceptual inequívoca que permita

o entendimento dos processos e das situações em estudo. Destaca-se neste domínio o conceito de política externa, por representar a variável independente deste trabalho, constituindo, na sua essência, o alicerce desta dissertação e seu principal objecto de estudo. No entanto, interessa definir outros conceitos, procedimento que visa impedir o erro de utilização conceptual indevida. Para tal, se usou de recurso a documentos que esclarecem o significado e valor de cada conceito que tem a sua importância para este trabalho. Foram também utilizadas obras que são *per se* definidoras de conceitos.

No presente estudo, procedeu-se também à consulta de fontes secundárias. São constituintes destas fontes os livros, artigos, ensaios, relatórios, notícias e entrevistas analisados. A utilização de fontes secundárias permitiu ao autor um entendimento mais abrangente e simultaneamente mais aprofundado dos processos, dinâmicas e realidades das temáticas sobre que incide este trabalho. Análises à política externa ou à vertente militar chinesa revestem-se de indiscutível relevância, essenciais que são à identificação dos macro-objectivos da política externa deste país. Mas a sua importância ultrapassa esta fronteira. Só esta bibliografia tornou possível alcançar uma visão aprofundada sobre a política externa da RPC, além de nos dar livre-trânsito à assimilação e compreensão das diferenças de análise entre os vários autores ou entre autores individuais e a retórica oficial do Estado chinês.

Esta é uma investigação que segue o método dedutivo, sendo que, para se chegar ao objectivo do trabalho, entender o papel da esfera militar chinesa na política externa da RPC, se adoptou a metodologia de Quivy e Campenhoudt desenvolvida no livro *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (2008).

Tendo em conta que objectivo central desta investigação é compreender o papel do vector militar na consecução dos principais intentos da política externa, consideramos que o mesmo deve ser formulado enquanto questão central, dando lugar a determinado número de questões derivadas da questão central. Posto isto, para orientar toda a investigação, foi definida a seguinte questão central: *Qual o papel da vertente militar chinesa na consecução dos macro-objectivos de Política Externa da República Popular da China?*

Esta questão central da investigação despoletou as questões derivadas:

1. Quais são actualmente os macro-objectivos da política externa chinesa?

Nesta questão foram identificados os eixos problemáticos: A envolvente externa; a retórica das autoridades chinesas; o desenvolvimento económico.

2. Na consecução dos macro-objectivos da política externa chinesa, como está a ser utilizada a vertente militar?

Os eixos problemáticos identificados são: o plano militar da RPC, a sua orientação e acções; os objectivos da política externa.

3. Qual o grau de êxito da vertente militar chinesa nos macro-objectivos identificados?

O método adoptado na realização do presente trabalho enfatiza a pesquisa bibliográfica sobre o assunto em estudo. Para a sua elaboração, contribuíram várias entrevistas exploratórias com o Major Rui Pais dos Santos, professor no Instituto de Estudos Superiores Militares e uma entrevista semiestruturada ao Tenente-Coronel Alexandre Carriço, disponível no Apêndice A.

Uma das principais preocupações aquando da pesquisa para esta dissertação foi conhecer a política externa chinesa, identificando os objectivos da mesma. As leituras sobre o EPL e Forças Armadas chinesas foram extensas, sendo um assunto complexo e com muitas ramificações, a requerer contínuo estudo de termos e domínio de procedimentos próprios a assuntos de segurança. O facto de muitas fontes primárias serem redigidas em mandarim constituiu um obstáculo considerável, pois é uma língua que não dominamos. Felizmente, todas as adversidades são compensadas pelo interesse que esta temática desperta e pela convicção que transmite de que investigamos sobre um tema que não tem, no nosso país, número de estudos proporcional à sua importância.

O estilo utilizado na bibliografia é o Harvard-Anglia, sendo que o é com auxílio de um *software* que permite a referência automática, o *Microsoft Word*. O presente trabalho está redigido sobre as normas do anterior acordo ortográfico de 1945.

Por último, o corpo desta dissertação será dividido da seguinte forma: Após a Introdução encontramos o Capítulo I, onde se insere o actual subcapítulo. Neste capítulo, procedemos à contextualização teórica do tema a ser desenvolvido, embora ao longo deste trabalho enquadremos e desenvolvamos os conceitos centrais para o nosso objecto de estudo. Divide-se por quatro partes: *i)* Objecto, Relevância e Delimitação Temporal do assunto; *ii)* Enquadramento, Conceitos e Conceptualização *iii)* Estado da Arte e *iv)* Metodologia

O Capítulo II – *A Política Externa da República Popular da China*, procede à assunção racional dos macro-objectivos de política externa. Descreve a evolução da política externa chinesa, traça os seus principais princípios e discorre por pontos

específicos, fornecendo-nos os meios necessários para compreendermos os macro-objectivos da política externa do País do Meio. Divide-se em três partes: *i)* Objectivos da Política Externa Chinesa; *ii)* Soberania e integridade territorial e a questão de Taiwan; *iii)* Principais aspectos da política externa chinesa

O Capítulo III – *O Vector Militar na República Popular da China* procede à descrição e explicação da estratégia geral das forças armadas chinesas, bem como da sua constituição. O capítulo encontra-se dividido em duas partes: *i)* Estratégia Militar na República Popular da China e *ii)* O Exército Popular de Libertação e Sua Constituição.

O Capítulo IV – *A Intervenção do Vector Militar nos Objectivos de Política Externa* explana como a vertente militar influi na consecução dos objectivos identificados no Capítulo II. Este capítulo divide-se em três pontos principais: *i)* A Defesa da Soberania e Integridade Territorial; *ii)* Desenvolvimento Económico e *iii)* A Construção de uma Imagem Poder Responsável.

No final encontramos a conclusão, contendo o tecido explicativo das relações estabelecidas no capítulo anterior e onde se tecem considerações relacionadas com as perguntas derivadas.

CAPÍTULO II – A POLÍTICA EXTERNA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

A ascensão da China, a par da Índia e a manutenção do Japão como grande potência, fazem parte de uma grande mudança no poder global – a ascensão da Ásia.

Fareed Zakaria, 2005

Até recentemente, a linha orientadora da política chinesa dominante era a que tinha sido anunciada por Deng Xiaping na década de 90 – “manter um low profile” (*taoguang yanghui*) criando uma ambiente externo favorável para o desenvolvimento do país. Desta forma, a política externa da China era baseada na “paz e no desenvolvimento” (*heping hu fanzhan*). Para assegurar esta característica à comunidade internacional, as autoridades chinesas denominaram o seu processo de desenvolvimento e reforço de estatuto internacional como “Ascensão Pacífica” (*heping jueqi*). Actualmente, a política externa chinesa continua pautada por motivações internas, como o crescimento económico e a estabilidade política, mas é cada vez mais ativa nos seus relacionamentos multilaterais e bilaterais.

A política externa chinesa na Ásia é fortemente influenciada por factores históricos, procurando recuperar a sua posição enquanto líder regional. Para tal, revela uma confiança crescente na demonstração da sua força. Em Outubro de 2013, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Wang Yi, anunciou que a China deveria ser “proactiva” (*zhudong jingju*) (Glaser & Pal, 2014, p. 11). Em janeiro de 2014, desta vez pelo secretário-geral do Partido Comunista Chinês, Xi Jinping, a proactividade voltou a ser referida (*fenfa you wei*). No mesmo ano, o Presidente da RPC promoveu fortemente a nova rota da seda, sob o slogan “one belt, one road”. As autoridades chinesas afirmam que a RPC está pronta a partilhar as suas oportunidades económicas com os seus vizinhos através da rota da seda e quadros do EPL defendem que esta nova rota da seda irá demonstrar a tradição chinesa de pacifismo e afastar o temor de que este projecto serve para promover o poderio das forças armadas do País do Meio. Para tal, resgatam a antiga rota da seda e o explorador chinês Zheng He, afirmando que a China trouxe cultura ao mundo, e não guerra (Beauchamp-Mustafaga, 2015, p. 2).

A RPC é um actor cada vez mais importante na economia mundial e cada vez mais pressionado para cooperar com as economias euro-americanas. Ao mesmo tempo

que não ignora a importância desta cooperação, o nacionalismo patente na população e a memória da humilhação às mãos das potências ocidentais exercem pressão no sentido oposto. Ao mesmo tempo, a defesa daquilo que as autoridades chinesas entendem como seu território soberano, muitas vezes vai contra aquilo que as potências ocidentais e os seus países vizinhos consideram legítimo (Hui, 2011). Este quadro complexo obriga a política externa a adaptar-se às diferentes pressões exercidas.

2.1 – OBJECTIVOS DA POLÍTICA EXTERNA CHINESA

Após o estudo de fontes oficiais e de bibliografia analítica, estamos perante um conjunto de informação que nos permite identificar os objectivos da política externa chinesa. Contudo, antes de se dar espaço à constituição de um grupo fechado de macro-objectivos, é importante conferir as constatações de alguns analistas da matéria.

O Tenente-Coronel Alexandre Carriço sublinha que os três pilares da política externa chinesa são Paz, Harmonia e Desenvolvimento³. Neste sentido, as autoridades chinesas recuperam valores filosóficos confucionistas. Enquanto do ponto de vista interno tentam validar o excepcionalismo chinês, do ponto de vista externo cimentam a ascensão pacífica, procurando tranquilizar a comunidade internacional em relação às pretensões do País do Meio. O mesmo analista afirma ainda que garantir a soberania e integridade territorial é também um objectivo de Pequim.

Evan S. Medeiros (2009) enumera cinco objectivos diplomáticos centrais: i) Desenvolver a China economicamente; ii) Tranquilizar a comunidade internacional; iii) Contrariar coerções; iv) Expandir e diversificar o acesso aos recursos energéticos; v) Reduzir o espaço internacional de Taiwan. Estes cinco objectivos desdobram-se a partir de três prioridades diplomáticas de longo-prazo: a defesa da Soberania e integridade territorial; o Desenvolvimento económico e o Respeito e Estatuto Internacional.

O norte-americano Bates Gill faz referência, na sua obra *Rising Star* (2007), a três objectivos fundamentais em que a nova diplomacia de segurança chinesa se baseia. Em primeiro lugar, manter um ambiente internacional estável, especialmente na periferia, para que Pequim se possa concentrar totalmente nas questões económicas, políticas e sociais internas. Em segundo lugar, aumentar a influência e recursos económicos da China de uma forma que não se assemelhe a uma ameaça para os países

³ Entrevista ao Tenente-Coronel Alexandre Carriço

da comunidade internacional; por último, contrariar aquilo que a RPC considera uma excessiva presença norte-americana na sua periferia, tentando, contudo, evitar o confronto com os EUA.

O autor turco Atilla Sandikili (2010) faz referência a alguns daqueles que considera serem objectivos de política externa chineses. Também este autor considera a importância que Pequim atribui à estabilidade da sua periferia e ajuíza que a segurança da Ásia Central e do Afeganistão são objectivos da política externa chinesa. A estabilidade da periferia permite às autoridades chinesas canalizar os seus recursos para o desenvolvimento económico e garante que as suas importações e exportações continuam a fluir normalmente. É de grande importância para a continuação do desenvolvimento económico que a sua periferia se mantenha estável. Para além do mais, é importante evitar que movimentos extremistas consigam entrar em território chinês, tanto para garantir a segurança dos cidadãos, como para evitar que o poder político seja minado.

Já a dupla de autores norte-americanos Scott Kastner e Phillip Saunders (2012), utilizando as viagens realizadas pelos líderes políticos chineses como dado empírico, salienta a importância que Pequim atribui às relações com os Estados vizinhos, especialmente aqueles com que partilha fronteiras, bem como às relações com as grandes potências internacionais.

Como escreve Sylvia Hui (2011) é difícil aferir de forma perfeitamente linear uma política externa da China. Essa dificuldade foi notada durante a composição do presente trabalho. Contudo, essencialmente, os autores consultados apontam a mesma direcção, sendo Evan S. Medeiros aquele que acaba por elencar os objectivos de forma mais detalhada. No nosso entendimento, após toda a exposição anterior e tendo em conta as conclusões das várias autoridades na matéria, existem três grandes objectivos a nível da política externa chinesa que podem ser desdobrados.

Assegurar a soberania e integridade territorial é o primeiro objectivo identificado. Quer por factores externos, como a importância geopolítica que a questão territorial representa, quer por factores internos, como a manutenção do PCC no poder ou os sentimentos nacionalistas que tal assunto desperta em boa parte da população, esta problemática assume-se de grande importância para as autoridades chinesas. Desde o período maoísta, este objectivo tem estado presente na política externa chinesa. O apoio a movimentos de ideologia socialista ou comunista na década de 50 e nos anos seguintes, tinha como objectivo impedir a influência norte-americana na região.

Posteriormente, embora Deng Xiaoping tenha sido apologista de uma postura *low profile*, tal não significa que as autoridades chinesas tenham preterido esta meta. As negociações que garantiram o retorno de Macau e de Hong Kong à administração chinesa são habitualmente referidas como um grande sucesso da política externa do Pequeno Timoneiro (Medeiros, 2009, p. 14). Sob a tutela de Jiang Zemin, a importância atribuída à integridade territorial chinesa ficou bem patente aquando da terceira crise de Taiwan. Com Hu Jintao e Xi Jinping, as disputas no Sul e no Este do Mar da China demonstram como a questão da integridade territorial continua a ser de grande importância para o País do Meio. Para além disso, a crescente actividade da Organização para a Cooperação de Xangai acompanha a preocupação das autoridades chinesas com a segurança da sua periferia.

A RPC tem também como objectivo o desenvolvimento económico. Segundo Evan Medeiros, este objectivo torna-se uma prioridade da política externa a partir da era reformista de Deng Xiaoping (Medeiros, 2009, p. 15). O desenvolvimento do nível de vida dos seus cidadãos e o aumento do Poder Nacional Abrangente são duas parcelas do processo de rejuvenescimento da China, as quais só podem ser atingidas se existir desenvolvimento económico. O mesmo autor cita a máxima de Deng Xiaoping, segundo a qual “só o desenvolvimento tem real significado” (*fazhan caishi ying daoli*) (Medeiros, 2009). Actualmente, este continua a ser um objectivo de grande relevância para o País do Meio, pois a RPC encontra-se dentro da Janela de Oportunidade Estratégica identificada pelos analistas chineses, que deve aproveitar para, em 2020, ter conseguido quadruplicar o seu PIB e alcançar o rejuvenescimento nacional.

O terceiro objectivo identificado, situa-se entre o que o Tenente-Coronel Alexandre Carriço refere como “Paz e Harmonia” e Evan S. Medeiros como “Tranquilizar”. Também Bates Gill refere a importância da China não surgir aos olhos da comunidade internacional como uma ameaça. Neste trabalho chamar-lhe-emos “Construção de uma Imagem de Poder responsável”. É importante para RPC desconstruir a teoria da ameaça chinesa, que tem vindo a evidenciar-se com o aumento da influência internacional da China. É verdade que desde 1949, os líderes chineses consideram que o estatuto da RPC no mundo se espelha pela sua presença como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Contudo, é principalmente a partir dos incidentes em Tiananmen e após a queda da União Soviética, que a RPC passa a dar uma maior importância ao seu estatuto internacional. (Medeiros, 2009, p. 16). No período de Hu Jintao, a noção da importância deste aspecto toma forma, sendo

que assistimos à formulação de *slogans* como “Ascensão Pacífica” e “Desenvolvimento Pacífico”, que pretendem descrever o processo de ascensão da China.

Existe uma clara inter-relação entre os objectivos assinalados. No fundo, todos eles se inter-relacionam de modo a permitirem o aumento do PNA da RPC. Por esta razão, é importante compreender os objectivos mais específicos que Medeiros elaborou. A diversificação de recursos é algo que vai contribuir para o desenvolvimento económico, e que é de grande importância entender. Os recursos energéticos são fundamentais para o desenvolvimento da RPC, logo, esta é uma questão à qual teremos que atentar. A esta questão, relaciona-se a importância das vias marítimas para o comércio da RPC, factor importantíssimo para a economia do país. Esta inter-relação torna essencial averiguar a relação entre as acções das forças armadas chinesas e a questão da protecção dos canais de comunicação por via marítima. O modo como as forças armadas contribuem para o segundo objectivo – garantir a soberania e integridade territorial – tem resposta indirecta. Ou seja, depende do estudo analítico de outras questões, também enunciadas pelos referidos autores: a questão de Taiwan, a estabilidade da periferia chinesa, e outras que contribuem para o mesmo objectivo, de que são exemplo as disputas territoriais no Sul e no Este do Mar da China. Este objectivo entrará, também, em relação com os outros dois. É importante evitar constrangimentos ao processo de rejuvenescimento da China, como avançado pelas autoridades chinesas. Para tal, a segurança das fronteiras e a estabilidade da sua periferia afirmam-se relevantes. Mas, ao mesmo tempo, é importante que as dúvidas sobre as intenções da RPC para o sistema internacional não sejam, elas próprias, um constrangimento ao citado rejuvenescimento do país. Assim, para além da garantia da soberania e integridade territorial, demonstrar à comunidade internacional que a RPC é um Poder responsável constitui um factor importante para conseguir evitar constrangimentos.

Para compreendermos a como a RPC está a trabalhar para ser identificada como um Poder responsável, teremos que averiguar como é que a RPC utiliza as suas forças armadas para tranquilizar a comunidade internacional e construir laços de cooperação com outros Estados. Como pudemos observar, quando a RPC atingiu elevados níveis de crescimento apelidados de “ascensão”, a comunidade internacional, especialmente os países asiáticos, demonstraram preocupação em relação à benignidade da ascensão chinesa. Provar que o crescimento da China representa uma oportunidade e não uma ameaça é de grande importância para a RPC, até para conseguir manter o

desenvolvimento económico. Para além disso, também em termos de estatuto, Pequim beneficia se a China for entendida como um Estado responsável. Por exemplo, em órgãos multilaterais, é factível que a RPC tenha a preocupação de não ser colocada de parte devido à desaprovação dos outros Estados (Foot, 2001, p. 37).

Portanto, concluímos, que existem três macro-objectivos para a política externa chinesa – desenvolvimento económico, a soberania e integridade territorial e a construção de uma Imagem de Poder Responsável – e inferimos os caminhos que temos que percorrer para compreendermos a actuação das forças armadas da RPC na concretização desses objectivos.

2.2 – PRINCIPAIS ASPECTOS DA POLÍTICA EXTERNA CHINESA

Para que consigamos evidenciar os principais aspectos da política externa da RPC, somos obrigados a recuar no tempo, adoptando um grau de profundidade gradativo. Consideramos que a política externa chinesa não é um vector estanque e que, se adapta de acordo com factores internos e externos, sendo assim necessário para melhor a esclarecermos, contextualizá-la historicamente. Embora nos interesse o seu estudo analítico mais aprofundado a partir do ano 1992, deveremos fazer uma breve contextualização dos principais pontos da política externa no período maoísta.

Nos primeiros anos da RPC, o cerne da sua política externa consistiu no apoio a movimentos revolucionários de ideologia comunista. Entre 1949 e 1953, a China auxiliou militarmente os movimentos comunistas na península da Coreia, no Vietname e outros pontos do Sueste Asiático, contra os EUA, que procuravam impedir o avanço do comunismo na Ásia. A China, por sua vez, pretendia travar a presença norte-americana na sua periferia. Entre 1954 e os primeiros anos da década de 60, observamos a aproximação da China ao Movimento dos Não-Alinhados. Numa orientação influenciada por Zhou Enlai, a RPC rejeita a influência soviética e aproxima-se de países que passaram por processos de descolonização, e da Iugoslávia. Não obstante, este movimento era marcado pela ideologia socialista. Posteriormente, durante a década de 60, a política externa chinesa foi tomada pelas disputas dentro do PCC e pela desordem da revolução cultural. Contudo, devido ao recrudescer dos movimentos de libertação no sueste asiático, esta década foi marcada por um forte internacionalismo. Por último, entre 1989 e 1976, as autoridades chinesas consideravam a URSS uma ameaça tangível. Esta avaliação, juntamente com o recrescer de importância de Deng

Xiaoping na vida política chinesa, conduziu à aceitação da teoria dos três mundos, que advogava uma aliança estratégica com os países ocidentais, seguida principalmente a partir de 1973 até à morte de Mao Zedong em 1976 (The MLM Revolutionary Study Group in the U.S., 2007).

Em 1982 Deng Xiaoping, que iniciara as suas funções como Presidente da Comissão Militar Central (CMC) do PCC e Presidente da Comissão Consultiva Central em 1981, faz uma reavaliação do ambiente internacional, concluindo que existe uma tendência para a paz e desenvolvimento, considerando remota a possibilidade de guerra.

Até ao final da década de 80 e durante boa parte da década de 90 do século XX, a RPC atravessa situações consideravelmente complexas, tanto a nível interno como a nível externo. A nível interno, o descontentamento face ao crescimento da inflação, ao elevado nível de corrupção, à desigualdade entre ricos e pobres, culmina com manifestações estudantis e em confrontos entre forças de segurança e a população na Praça da Paz Celestial, em 1989. Este incidente em Tiananmen teve, por sua vez, repercussões negativas, enfraquecendo a posição internacional da China, com as potências ocidentais a imporem um isolamento diplomático a Pequim. Mediante estas circunstâncias, as autoridades chinesas viram-se “forçadas” a pôr em prática a máxima “paz e desenvolvimento”, estabelecendo relações amistosas com os vizinhos asiáticos, condição *sine qua non* para ultrapassar as consequências das sanções ocidentais (Mitsuru, 2011, pp. 43, 44). Com este objectivo, a RPC dá início à sua diplomacia regional (*zhoubian waijiao*) com os países asiáticos, a nível bilateral e multilateral.

No início da década de 90, Deng Xiaoping formulou o conceito estratégico *Taoguang yanghui* (manter um *low profile* e fazer algumas contribuições)⁴, um guia para a diplomacia chinesa. Deng Xiaoping apelou para que a China mantivesse uma conduta calma, tanto nos assuntos domésticos como na sua acção externa, e para que prosseguisse inabalavelmente a política de reforma e abertura.

Pequim considera que a conjuntura internacional de paz e desenvolvimento é, apesar de tudo, favorável a esta abertura. Assim, em 1993, a China assina o primeiro

⁴ Teoria dos vinte e quatro caracteres de Deng Xiaping: 1- *lengjing guan cha* - observe and analyze (developments) calmly; 2- *lwenzhu zhenjiao* - secure (our own) position; 3- *chenzhuo yingfu* - deal (with changes) patiently and confidently; 4- *taoguang yanghui* - conceal (our) capabilities and avoid the limelight; 5- *shangyu shouzhuo* - be good at keeping a low profile; 6- *juebu dangtou* - never become a leader

acordo de parceria estratégica⁵, com o Brasil, e seguem-se negociações para estabelecer parcerias de natureza diversa com outros Estados. Assistimos nesta altura a uma reaproximação entre EUA e a RPC. Decorria um processo de tentativa de expansão da NATO para os países do Leste europeu, bem como uma presença cada vez mais forte dos EUA na região da Ásia-Pacífico. Por outro lado, acontecimentos a nível internacional, como a queda do muro de Berlim, seguida do *términus* de quase todos os governos comunistas da Europa de Leste, e a guerra do Golfo, na qual os EUA procederam a uma demonstração impressionante do seu poderio militar, dizimando as forças iraquianas que usavam armamento chinês (Gill, 2007, p. 3), levaram a um aumento da pressão interna.

O 14º Congresso do PCC, realizado em finais de 1992, representou o “encerramento de um ciclo de discussões relativo à necessidade de a China voltar a reformular o seu conceito de segurança” (Carriço, 2006, p. 457). Este processo conduziu à aprovação de uma formulação baseada, parcialmente, no “Conceito Multidimensional” do governo japonês. A esta formulação, as autoridades chinesas chamaram Poder Nacional Abrangente, um “conceito político-estratégico de desenvolvimento do potencial económico e do estatuto internacional da China” (Carriço, 2006, pp. 457-459). E que tem como objectivo tornar a China um país desenvolvido, melhorando os níveis de vida da população e desenvolvendo indústrias de alta tecnologia que servirão como preparação para uma base militar forte. Este conceito tem influência a nível da política externa chinesa, sendo que as autoridades chinesas reconhecem que, para o seu êxito, boas relações com os EUA são de imperiosa necessidade (Khalilzad, 1999, p. 5).

Advoga Luís Tomé que a China espera que o seu Poder Nacional Abrangente promova uma “propensão das coisas” favorável à China em termos de “configuração estratégica de poder” (*shi*) (Tomé, 2006, p. 10). Existe, portanto, uma estratégia que consiste em olhar para a situação internacional e compreender como é possível à China, a partir do contexto, maximizar os seus ganhos, ajustando a sua estratégia nacional àquilo que o sistema internacional pode fornecer a Pequim. Esta ideia é coerente com as orientações de Deng Xiaoping no início da década de 90, condensadas naquilo que

⁵ A China tem vindo a estabelecer estes acordos de Parceria Estratégica com vários países, nomeadamente com Portugal em 2005. As Parcerias Estratégicas, segundo as autoridades chinesas, caracterizam-se por: “serem uma evolução das relações bilaterais, mas sem envolverem uma cooperação multilateral; serem um desenvolvimento dos padrões internacionais e de ajustamento das suas relações com as outras potências; serem o ponto de partida e de chegada da sua estratégia internacional; não terem um modelo único definido, nem serem absolutamente estáveis; serem abertas mas não serem dirigidas a países terceiros” (Carriço, 2015, p. 83)

tomou o desígnio de “Estratégia dos 24 caracteres”, como descrito atrás. Esta era a forma como a RPC deveria actuar no sistema internacional para dele poder retirar benefícios.

O PNA representa a totalidade do poder económico, militar e político de um país num determinado período, ou seja, um padrão de medição que permite aferir a posição ocupada por um país no sistema internacional. A partir daqui, há espaço de manobra para planificar o futuro do país e conhecer as áreas que devem ser fortalecidas. O factor económico é visto como determinante para o PNA de um país, sendo a base do seu poder político e militar (Carriço, 2006, p. 461). Não é por isso surpreendente que tenha sido anunciado pelas autoridades chinesas que, com esta “fórmula”, o desenvolvimento económico geraria uma modernização militar mais eficiente, uma diplomacia mais intensa e uma maior influência estratégica (Tow & Rigby, 2011, p. 162).

É dentro deste enquadramento que o *Zhongnanhai*⁶ avança com o “Novo Conceito de Segurança” (*xin anquan guan*), tendo sido apresentado primeiramente no Fórum Regional da Associação de Nações do Sudeste Asiático (em inglês Association of Southeast Asian Nations (ASEAN)) em 1997, e posteriormente, no mesmo ano, integrado na «Declaração Sino-Russa sobre um mundo multipolar e o estabelecimento de uma nova ordem internacional». O lançamento deste *conceito* teve como causa, não só acções por parte das autoridades norte-americanas que a China considerava ameaçadoras – como o fortalecimento de alianças na região asiática –, mas também a imagem deteriorada da China após a tumultuosa Primavera de 1989 que as autoridades chinesas pretendiam melhorar, especialmente junto dos vizinhos asiáticos (Finkelstein, 2003, p. 200). Na verdade, os países do sueste asiático olhavam o crescimento do poder nacional da RPC com desconfiança não apenas devido à questão de Tiananmen, mas também em virtude dos conflitos no Sul do Mar da China e do território reclamado por Pequim na mesma região (Finkelstein, 2003, pp. 200-201). Contudo, só dois anos mais tarde, o Presidente chinês, Jiang Zemin, esclareceu o conteúdo do Novo Conceito de Segurança, que incluía quatro elementos: confiança mútua (*huxin*), benefício recíproco (*huli*), igualdade (*pingdeng*) e cooperação (*hezuo*). A explicação sobre o significado destes quatro elementos aos países do Sudeste Asiático foi realizada em 2002, numa reunião da ASEAN, sendo o último elemento substituído por coordenação (*xiezu*), o

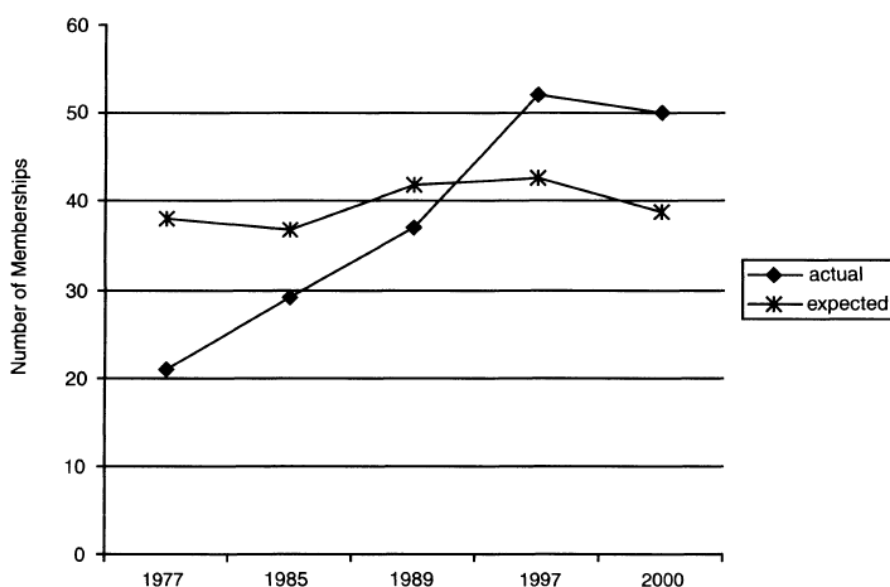
⁶ Complexo de edifícios sede oficial do governo da República Popular da China.

que não representava uma alteração significativa ao âmago do Novo Conceito de Segurança (Martins, 2006, p. 10).

Inclusivamente, o Novo Conceito de Segurança assinala um novo impulso na Política Externa da RPC e como podemos ver no Quadro 1, a participação chinesa nas organizações internacionais foi especialmente forte aquando do lançamento deste conceito.

QUADRO 1 - A FILIAÇÃO REAL DA CHINA EM ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E A FILIAÇÃO ESPERADA

(BASEADO NA REGRESSÃO DE QUADRADOS MÍNIMOS ORDINÁRIOS DO PIB PER CAPITA COMO ESTIMADOR DE FILIAÇÕES)



Fonte: Johnston, Alastair Iain; 2003; *Is China a Status Quo Power?*; International Security; pp. 5-56

Note-se que a China avança com uma visão alternativa do sistema internacional: a RPC caracteriza o sistema internacional como “tendencialmente multipolar”, e resgata os “Cinco Princípios da Coexistência Pacífica” da Conferência de Bandung em 1955⁷, acusando os EUA de perpetuar um sistema de segurança e alianças que se provará perigoso e desestabilizador, tanto em termos regionais como globais⁸ (Finkelstein, 2003,

⁷ Haviam sido pronunciados por Zhou Enlai durante a Conferência de Genebra em 1954-1955, contudo seriam mais publicitados em Bandung. Estes 5 princípios são: Respeito mútuo pela soberania e integridade territorial; Não-agressão mútua; Não-interferência nos assuntos internos de outro Estado; Igualdade e benefício mútuo; Coexistência pacífica

⁸ De facto, a posição da China contra a formação de alianças e hegemonias é algo que tem caracterizado a retórica oficial chinesa. O presidente Hu Jintao referiu em 2002, então ainda Vice-Presidente, que a China

pp. 198-199). O Tenente-Coronel Alexandre Carriço (Carriço, 2013, p. 25) realça que “a condução e execução deste «Novo Conceito de Segurança» tem sido flexível e abrangente, assentando na participação ativa, na contenção de comportamentos beligerantes, na oferta de garantias, na defesa de um mercado livre, na interdependência, na criação de interesses comuns e na redução de conflitos”. Ainda que considere o Novo Conceito de Segurança vago na sua forma de execução e objectivos propostos, David Finkelstein afirma que a formulação representa um “tomar a iniciativa” na apresentação de uma visão alternativa de como os Estados devem procurar a sua segurança nacional que não é concordante com a “teoria dos 24 caracteres” de Deng Xiaoping (Finkelstein, 2003, p. 198).

No Novo Conceito de Segurança, a China espelha a sua pretensão de combater a mentalidade de Guerra Fria. O País do Meio afirma a intenção de ser entendido como um Poder responsável e um actor principal ciente da importância do seu papel no sistema internacional. (Tow & Rigby, 2011, pp. 164, 165). Embora a China houvesse anteriormente expressado o seu desejo de um mundo mais multipolar, Pequim não havia explicado a sua concretização. Pela primeira vez, com o Novo Conceito de Segurança, a RPC apresenta um quadro onde expõe as relações políticas, económicas e de segurança do mundo que anseia.

O isolamento por parte das potências ocidentais que o País do Meio conheceu após os incidentes em Tiananmen acabou por funcionar como o melhor exemplo de que a China só tem a ganhar em criar e manter relações amigáveis com a comunidade internacional. Para além disto, a formulação teórica das autoridades chinesas é demonstrativa da sua preocupação com a reputação internacional da China, o que espelha a noção dos próprios líderes de que o sucesso que a China poderá obter está, cada vez mais, relacionado ou até dependente, da comunidade internacional (Medeiros, 2009, p. 20). Para conseguir um estatuto de Poder responsável junto da mesma comunidade, a RPC deve ser capaz de tranquilizar os Estados de que não representa uma ameaça.

Em 2002, durante o 16º Congresso do PCC, os líderes políticos da RPC oficializam o conceito de “Janela de Oportunidade Estratégica” (*jihui zhi chuang*). Esta formulação conhece o seu advento a partir da prioridade que as autoridades reconhecem ao desenvolvimento económico. Até este ano, o *Zhongnanhai* advogava que o principal

jurara nunca procurar hegemonia, nunca fazer parte de nenhum bloco e nunca criar a sua própria esfera de influências.

objectivo era garantir um nível económico no qual a população estivesse suficientemente alimentada e vestida (*wenbao*) (Medeiros, 2009, p. 16). Neste congresso, este objectivo é dado como alcançado (Medeiros, 2009, p. 16), iniciando-se uma nova era em que a RPC vislumbra um período de tempo propício para a construção de uma sociedade próspera e durante a qual procurará acumular PNA. Esta Janela ou “Período de Oportunidade Estratégica” ocorre durante os primeiros 20 anos do século XXI, culminando no ano 2021, data comemorativa dos 100 anos de existência do PCC. Denota-se aqui a importância do simbolismo na cultura chinesa, a que os dirigentes chineses não são insensíveis. No final deste período, a RPC deverá ter quadruplicado o seu PIB relativamente ao ano 2000 (Carriço, 2013, p. 25).

Um factor determinante para esta avaliação prospectiva das duas primeiras décadas do presente século, é o ambiente externo, no qual as autoridades chinesas detectam um clima favorável, com especial atenção às áreas que circundam a China, e a improbabilidade de uma nova guerra mundial (Gill, 2007, pp. 5, 6). Esta conclusão é fruto de um importante período de debate interno⁹ sobre o acerto da expressão “paz e desenvolvimento” para descrever o ambiente exterior à RPC.

Como vimos, as autoridades pretendem que o País do Meio seja avaliado como Poder responsável, procurando assegurar ao mundo que não constitui uma ameaça para os outros Estados. Pouco depois, é oficializada a noção de que os ambientes interno e externo são propícios a uma significativa acumulação de PNA por parte da RPC. Desta forma, nasce a retórica oficial de “Ascensão Pacífica da China” (*zhongguo de heping jueqi*), que se consolida essencialmente aquando da publicação de um artigo de Zheng Bijian na revista *Foreign Affairs* em 2005, e que tem, mais uma vez, o objectivo de tranquilizar os Estados em relação à crescente presença chinesa nos assuntos internacionais, visando combater a ideia de uma China com pretensões de corromper o *status quo* (Gill, 2007, p. 7). Ao invés, a China é um Poder responsável, concentrado em melhorar o nível de vida dos seus cidadãos e resolver os seus problemas internos antes de interferir nos assuntos globais. Contudo, é ainda em 2002, quando o mesmo Zheng Bijian – um conselheiro do presidente Hu Jintao – lidera uma delegação chinesa aos EUA, que se inicia a formulação deste conceito. O teórico do PCC advoga que a

⁹ Esta discussão interna foi despoletada pelo bombardeamento accidental da embaixada da China em Belgrado por forças da NATO que, por sua vez, levaram a um esfriar das relações sino-americanas. No final do debate e mau grado o bombardeamento, as autoridades chinesas concluíram que a sua avaliação acerca do ambiente externo se mantinha (Medeiros, 2009, pp. 22, 23).

desconfiança norte-americana em relação à estratégia chinesa a longo prazo requer que se desenvolva uma teoria que reflecta a ascensão pacífica da RPC. Hu Jintao apoiaria o estudo desta ideia, alocando 2 milhões de *yuan* para o seu desenvolvimento. Esta “ascensão pacífica” requeria que a RPC participasse no processo de globalização e não se afastasse dele. O conceito implicava que, durante o processo de desenvolvimento económico chinês, Pequim não constituísse um factor de desestabilização da ordem internacional nem oprimisse outros Estados (Glaser & Medeiros, 2007, pp. 293-295). Mais tarde, em 2004, o Ministro dos Negócios Estrangeiros alerta para o benefício de renovar o conceito, mudando-o para “Desenvolvimento Pacífico” (*heping fazhan*), pois o termo “ascensão” poderia colocar a RPC em paralelo com Poderes que, no passado, questionaram a ordem vigente (Tow & Rigby, 2011, p. 165). Esta foi a formulação que Hu Jintao adoptou, como comprova o seu discurso no Fórum Bo’ao (Gill, 2007, p. 8) e que ganhou solidez ao ser apresentado no *White Paper* de 2005, de seu título *China’s Peaceful Development Road*.

O conceito “Desenvolvimento Pacífico” tem como objectivo reflectir a ideia segundo a qual a RPC não repetirá determinados erros que outras potências em ascensão cometeram no passado. O desenvolvimento da China acarretará, portanto, elementos positivos para os outros Estados (Medeiros, 2009, p. 48). Para além disto, este conceito contém ainda o objectivo a longo prazo de contribuir para o estabelecer de um sistema internacional mais “justo e razoável” (*gongzheng heli*) (Carriço, 2013, p. 25). Não sendo, assim, um elemento passivo que se limita a aceitar o *status quo*, advoga que pode melhorar e não deteriorar o sistema internacional.

Esta preocupação semântica representa um ajustamento da ideia a ser projectada: de uma “filosofia de contenda” para uma “filosofia de harmonia”, o que irá culminar num outro conceito, apresentado no Sexto Plenário do Comité Central do PCC em Outubro de 2006: o “Mundo Harmonioso” (*hexie shijie*) (Tow & Rigby, 2011, p. 165). Evan S. Medeiros (2009, pp. 48, 49) considera que este conceito é uma manifestação externa de um outro aplicado internamente, o de “Sociedade Harmoniosa” (*hexie shehui*), formulado por Hu Jintao. Podemos observar que o foco deste princípio é o respeito pela soberania dos Estados e a tolerância que deve existir em relação à diversidade de sistemas e valores políticos nacionais. Em 2007, durante o 17º Congresso do PCC, Hu Jintao advogou que a China iria “trabalhar para tornar a ordem internacional mais justa e equitativa”, o que denota uma suavização do “quase cânone”

de Deng Xiaoping que defendia que a China “estabeleceria uma nova ordem internacional económica e política”.

No mesmo ano de 2007, Hu Jintao afirmou que o caminho para a multipolaridade é irreversível (*bukeni*) (Hu, 2007), enquanto a maior parte dos políticos chineses acredita que um mundo verdadeiramente multipolar terá lugar dentro de 20-30 anos. No *white paper* de 2008, Pequim chama a atenção para a emergência de novas potências que estão a obrigar a um reajuste do sistema internacional (People's Republic of China Ministry of National Defense, 2009). De facto, Alexei Pushkov, Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros da Duma Federal, afirmou, recentemente, que os países constituintes do grupo dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) poderão ultrapassar, dentro de 2 ou 3 anos, o Produto Interno Bruto do conjunto de países que formam o G7 (EUA, Canadá, França, Alemanha, Reino Unido, Itália e Japão) (Russia Today, 2015).

Esta avaliação tem que ser estudada tendo em mente três factores: o primeiro é a insatisfação que a hegemonia norte-americana tem despertado, não só na China e nos países emergentes, mas também na Europa, por exemplo aquando da invasão do Iraque, momento que não foi benéfico para a imagem dos EUA. O segundo factor é a globalização. Globalização e multipolaridade surgem muitas vezes relacionados, sendo que, num mundo globalizado, uma superpotência como os EUA, ao tomar uma medida, afecta outros Estados. Ou seja, as fronteiras entre política internacional e política interna estão cada vez mais diluídas, o que gerou acordos e organizações entre países emergentes que procuram resguardar a evolução das suas economias. Por último, a crise de 2008 deu a conhecer uma baixa na economia norte-americana e, paralelamente, originou um impulso em algumas economias emergentes, factor que descredibiliza o modelo económico liberal e acelera a cooperação entre países em desenvolvimento (Breslin, 2013, p. 625).

Ainda durante a presidência de Hu Jintao, o termo “cooperação” é adicionado ao conceito de “Paz e Desenvolvimento”, tornando comum o uso da expressão “Paz, Desenvolvimento e Cooperação”. Esta é mais uma inovação com o cunho de Hu Jintao, demarcando o compromisso da China e a sua vontade de participar em organizações multilaterais (Medeiros, 2009, p. 48). Esta nova adição conceptual parte da avaliação que as autoridades fazem da conjuntura do sistema internacional. Repare-se que o conceito de “Paz e Desenvolvimento” referia-se ao que o *Zhongnanhai* entendia como a tendência dos nossos tempos. Ao adicionar “cooperação”, Pequim reconhece a crescente

importância de organismos multilaterais, identificando mais um espaço onde a RPC pode actuar e retirar frutos da sua relação com o sistema internacional. É, para além disso, mais uma forma de a China demonstrar que o seu desenvolvimento é também benéfico para os outros Estados e ainda que é capaz de assumir o papel de Poder responsável.

Mais recentemente, em 2013, sob a presidência de Xi Jinping, os líderes chineses apresentaram a formulação de um “objectivo nacional” denominado “O Sonho da China” (*Zhongguo de mengxiang*). Na verdade, o preciso significado deste novo conceito é algo que constitui ainda objecto de estudo para muitos académicos, chineses ou de outras nacionalidades. Contudo, parecem existir condições para que consigamos retirar algumas ideias a partir daquilo que foi apresentado. Wang Zheng (2013, p. 4) destaca o papel que o “rejuvenescimento” da RPC representa no “Sonho da China”, sendo que o actual Presidente Xi Jinping afirma que esta é a aspiração de todos os chineses. O mesmo autor defende que o “Sonho da China” resgata os sentimentos de derrota e orgulho ferido perante a vitória das potências ocidentais e do Japão, presentes na mente de todos os chineses, após o estilhaçar da grandeza alcançada pelos seus antepassados. Isto é, este sentimento é tido como um trauma nacional e para ultrapassar este trauma, a China deve recuperar o antigo estatuto, o que constitui o “Sonho da China” (Wang, 2013, p. 4). É ainda importante notar que esta retórica tem permitido que as autoridades chinesas tenham a capacidade de uma mobilização social massiva.

A recusa em procurar hegemonia tem, possivelmente, raízes na percepção histórica dos líderes chineses. A China considera ter sofrido o século da humilhação devido às derrotas frente às potências ocidentais, aos tratados iníquos que foi forçada a assinar após as Guerras do Ópio, à ocupação japonesa durante a qual foram cometidas graves barbaridades. Estes acontecimentos levam a que as autoridades chinesas percepcionem o seu próprio poder de uma forma muito particular, procurando evitar comportamentos que outras potências tiveram no passado, dos quais a própria China sofreu os efeitos nocivos. Esta narrativa não é, ao contrário do que se possa pensar, uma formulação maoísta fielmente seguida pelos seus sucessores. Como afirma William A. Callahan o “Século de Humilhação Nacional” é não só a visão oficial da história moderna chinesa da RPC, como uma análise partilhada pelos líderes nacionalistas, quer por Sun Yat-Sen, quer por Chiang Kai-Shek (Callahan, 2004, p. 206).

Ao que parece, “o sonho da China” apresenta uma evolução na continuidade. Em primeiro lugar, faz referência ao “Grande Rejuvenescimento da Nação Chinesa”

(*zhonghua minzu de weida fuxing*), conceito *ipsis verbis* introduzido durante a década de 90 do século XX que beneficia de crescente entusiasmo por parte de Pequim (Wang, 2013, p. 6). Em segundo lugar, menciona muitas vezes os conceitos de “Desenvolvimento Pacífico” e “Mundo Harmonioso”, sublinhando o carácter *win-win* da política internacional chinesa, sendo que parece denotar uma continuação do crescendo de assertividade quando refere pretensões de cristalizar o poder da China ou de construir Forças Armadas poderosas. Em terceiro lugar, o Presidente da RPC no dia 29 de Novembro de 2014, numa palestra durante uma *Central Foreign Affairs Work Conference*, reafirmou que a China se encontra numa Janela de Oportunidade Estratégica (Johnson, 2014).

Xi Jinping, faz também referência às questões internas, advogando a “consolidação do espírito patriótico chinês” e sublinhando o objectivo dos dois centenários, o primeiro centenário em 2021 – já enunciado – e o segundo em 2049, centenário do triunfo da revolução chinesa. Finda a primeira meta, a China deve ser uma potência razoavelmente próspera; atingindo a segunda, será uma “sociedade próspera, forte, culturalmente avançada, harmoniosa, num país socialista moderno” (Carriço, 2013, pp. 28, 29). Na verdade, Xi Jinping continua a educação patriótica da população iniciada por Jiang Zemin, colocando um rótulo mais atraente na sua campanha – “O Sonho da China” – do que as campanhas anteriores que se focavam no século da humilhação (*bainian guochi*) (Wang, 2013, pp. 7, 8). Comparando com Rússia, Índia e Japão, a China é o país que demonstra maior confiança económica e no investimento estrangeiro directo, confiança que fica espelhada no “Sonho da China” que pode, contudo, ser algo prematuro devido às especificidades do país: uma população mais numerosa que EUA e UE juntos e um PIB *per capita* no valor de 9 162 dólares¹⁰ (Zheng, 2013, pp. 43, 47).

A estratégia de *low profile* sofre mais um golpe com a linha orientadora de Xi Jinping, o que é explicável pelos objectivos cada vez mais ambiciosos da RPC que, pura e simplesmente, não se coadunam com aquilo que Deng Xiaoping advogava que deveria ser a prática chinesa. A reversão do Novo Conceito de Segurança contínua em processo com o actual presidente da RPC. Como afirma o Tenente-Coronel Alexandre Carriço (2013), este conceito de “Sonho da China” – posteriormente mudado para “Sonho chinês” (*Zhongguo meng*) – nasce da necessidade de gerir a dicotomia entre a

¹⁰ Números apresentados pelo autor. Dados do Banco Mundial apontam para um PIB *per capita* da RPC de \$13 216 em 2014.

continuada ascensão da RPC, que acarreta a inevitabilidade de tomar decisões difíceis, e a formulação de uma retórica que deve continuar a apregoar o desenvolvimento pacífico chinês dentro do referido mundo harmonioso. A linha orientadora de Xi Jinping tenta coordenar e atingir as duas tarefas, não se tratando já de reduzir diferenças face aos actores internacionais, mas sim de gerir e controlar essas mesmas diferenças.

Subsequentemente, no Quadro 2, procedemos à explanação de conceitos e *slogans* que os líderes chineses adoptaram na formulação da política externa da RPC.

QUADRO 2 - OS PRINCIPAIS EIXOS DA POLÍTICA EXTERNA CHINESA A PARTIR DA DÉCADA DE 90

Ano	Presidente	Conceito	Definição	Implicações
1992	Jiang Zemin	Poder Nacional Abrangente	-Conceito político-estratégico de desenvolvimento do potencial económico e do estatuto internacional da China	- Para aumentar o PNA devem ser fomentadas boas relações com os EUA - Ênfase no desenvolvimento económico
1997	Jiang Zemin	Novo Conceito de Segurança	-Adesão aos 5 princípios de coexistência pacífica como regentes da ordem internacional - Tranquilizar os Estados em relação às motivações chinesas	- Abordagem mais proactiva aos assuntos internacionais -Visão alternativa da ordem internacional, principalmente como alternativa ao sistema de alianças dos EUA - Não-interferência nos assuntos internos
2002	Jiang Zemin	Janela de Oportunidade Estratégica	-A primeira década do séc. XXI é um período em que a China tem a oportunidade de alavancar o seu desenvolvimento	- A avaliação do ambiente internacional determinou que Paz e Desenvolvimento continuam a ser a tendência
2002-2004	Hu Jintao	Ascensão Pacífica /	- Tranquilizar a comunidade	

		Desenvolvimento Pacífico	internacional que o desenvolvimento da RPC é benigno e não ameaça Estados terceiros
2005	Hu Jintao	Mundo Harmonioso	- Defesa de uma ordem internacional mais justa e do respeito pela soberania e diversidade de valores políticos
2013	Xi Jinping	O Sonho da China / O Sonho Chinês	- Gestão das diferenças entre a RPC e outros actores internacionais - Consolidação do espírito patriótico chinês - Continuação do afastamento da teoria de <i>low profile</i> - Maior foco nos assuntos internos

Fonte: Quadro Construído pelo autor

A China é um dos maiores beneficiários do actual sistema internacional e, por essa razão, Pequim não pretende, a curto prazo, mudanças abruptas à ordem internacional. Contudo, a RPC denota insatisfação relativamente a algumas instituições e regimes de segurança e defesa. Aliás, nos últimos 5 anos ouviram-se discursos de governantes no sentido do contributo da China ser mais assertivo e construtivo, tornando a ordem internacional mais justa, logo, com maior distribuição do poder. O que a China preconiza é a reformulação do normativo do sistema internacional, por exemplo, em termos de ingerência nos assuntos internos de outros Estados. Porém, até neste aspecto a China começa a aceitar que, em determinadas situações, o direito de proteger pode sobrepor-se ao direito de um Estado à sua soberania. A aceitação da premissa anterior faz com que a China actual seja, no âmbito da ONU, responsável por um debate que separa os apologistas do direito a proteger, “RtoP”, dos apologistas da “responsible protection”.¹¹

De qualquer forma, Pequim tem noção de que os EUA continuam a deter um poder inigualável que consegue levar a sua influência aos quatro cantos do mundo. Por muito que as autoridades chinesas considerem que a tendência do sistema internacional é o caminho rumo à multipolaridade e que a globalização, embora responsável por alargar o fosso entre o Norte rico e o Sul pobre, dá à RPC um privilegiado papel de ponte entre estes dois mundos, elas temem que o poderio norte-americano procure

¹¹ Entrevista ao Tenente-Coronel Alexandre Carriço.

constranger o crescimento económico chinês, bem como as suas capacidades diplomáticas e militares (Medeiros, 2009, pp. 26-30).

Devido à prioridade dada ao desenvolvimento económico, a problemática dos recursos energéticos tem presença obrigatória na agenda política de Pequim. Se qualquer país tem a preocupação de diversificar as suas fontes de recursos energéticos, um país com a necessidade energética da China vê essa preocupação bastante exponenciada. Tanto no *white paper* publicado em 2013, como naquele outro publicado em 2015, as autoridades chinesas fazem referência a esta questão, concluindo que a maior integração da RPC na economia internacional e o crescimento dos seus interesses nacionais, tornam a China mais vulnerável no que diz respeito a vários problemas, sendo que a segurança energética é um deles (2013), (2015).

A RPC começou a importar petróleo apenas em 1993, tendo demorado 10 anos a ultrapassar o Japão enquanto segundo maior consumidor diário de petróleo, apenas atrás dos EUA. A subida no consumo deste combustível representa um enorme crescimento da dependência chinesa do petróleo importado, mais precisamente de 1% em 1993 para 48% em 2004, ou seja, 48% do petróleo utilizado pelos chineses em 2004 era importado (Sandikili, 2010, pp. 54-56). Em Abril do ano de 2015 a China ultrapassaria os EUA como maior importador de petróleo, conseqüentemente à *Shale Revolution* que diminuiu bastante as importações norte-americanas (Sheppard & Meyer, 2015). Já o gás natural representava em 2010 cerca de 4% do consumo energético anual chinês, esperando-se que passasse a representar cerca de 10% em 2020. Enquanto em 1996 a China importava 70% do seu petróleo de Omã, da Indonésia e do Iémen, em 2010 o maior exportador era a Arábia Saudita, cujo petróleo constituía 16,8% de todo o importado pela China. No mesmo ano, seguiam-se Irão (13,8%), Angola (11,8%) e Omã (10,3%) (Sandikili, 2010, pp. 56, 57). Os indicadores apresentados revelam a preocupação das autoridades chinesas em diversificar as suas fontes de abastecimento de petróleo. Como foi referido, esta é uma preocupação compreensível: a dependência de um número reduzido de fontes não é uma forma segura de negociar algo tão importante como os recursos energéticos, que mantêm as engrenagens de um país em funcionamento. Como podemos observar, a China tem grande necessidade de importação de petróleo e é hoje o maior importador mundial dessa matéria-prima. Desta forma, é imperioso que a satisfação deste défice não dependa maioritariamente de duas ou três fontes de recursos energéticos. Para além disto, note-se que a Indonésia deixou de fazer parte do Top 5 chinês. Paralelamente, para assegurar uma maior segurança do transporte da energia

importada, a China tem de diversificar as rotas de transporte atuais que circulam em estreitos como o Ormuz e de Malaca. Já que aumentam a sua vulnerabilidade energética perante outros riscos e ameaças, como por exemplo ataques de pirataria. Neste sentido, as autoridades chinesas têm vindo a apostar na construção de *pipelines*, fontes de abastecimento mais seguras, continentais e capazes de transportar até à China os recursos energéticos das fontes russas, cazaques, ou outras na Ásia Central. Na implementação destas medidas, a China tem celebrado acordos para desenvolver campos de petróleo e construir *pipelines* com países como o Irão, Cazaquistão, Turquemenistão, Kuwait ou Sudão (Sandikili, 2010, p. 58).

Existe uma tentativa clara de reduzir as importações de petróleo da região da Ásia-Pacífico, sendo que estas representavam 55,4 % das importações em 1994 e apenas 4,7% em 2009 (Cao & Bluth, 2013, p. 384). No sentido inverso, África é cada vez mais uma fonte procurada por Pequim, que tem vindo a desenvolver boas relações com vários governos deste continente, apostando na via diplomática para conseguir acordos proveitosos (Zhang, 2011, p. 7613). Essencialmente, a China enfrenta o desafio que é combinar a diversificação das suas fontes de abastecimento com a minimização dos riscos nascidos da geopolítica energética e das linhas de abastecimento. Esses riscos podem florescer de divergências com outras potências como os EUA, que garantem a segurança de linhas de abastecimento por todo o mundo; ou como a Rússia, que detém o controlo das linhas de abastecimento na sua esfera de influência (Cao & Bluth, 2013, p. 382).

Segundo Ma Ying (2011), do Instituto de Estudos Internacionais de Xangai, a dependência da RPC do comércio exterior é superior a 80% e, por sua vez, este é cerca de 90% dependente das vias marítimas. Ou seja, a via marítima não é apenas importante para a segurança energética, mas para o funcionamento da economia chinesa que depende, em boa parte, das exportações e importações de produtos manufacturados.

Em síntese, a segurança energética é indispensável para o desempenho das funções centrais dos sistemas económicos modernos, bem como da sua defesa nacional (Christie, et al., 2010, p. 66), sendo que, no caso da RPC, a via marítima ganha ainda mais importância por representar a via por onde passa grande parte das suas exportações e importações, essenciais para o desenvolvimento económico.

2.3 – SOBERANIA E INTEGRIDADE TERRITORIAL

As questões que dizem respeito à soberania territorial chinesa revestem-se de grande importância, não só pela atenção que os *media* lhes reservam, mas porque as disputas territoriais e o separatismo político na China são questões que entrelaçam nos assuntos de segurança.

É evidente a importância que Pequim atribui à defesa da integridade territorial chinesa. Os esforços diplomáticos que permitiram que Macau e Hong Kong voltassem a pertencer à China demonstram que esta é uma questão relevante, aliás, uma estratégia do EPL afirmou, em 1998, que a recuperação administrativa de Macau e Hong Kong representavam uma “grandiosa tendência histórica” e que influenciariam o desenrolar da questão de Taiwan (Scobell, 2003, p. 172). Tal como afirmou Deng Xiaoping, a soberania não pode ser negociada (Wu, 2014, p. 14). A RPC não aceita que território que considera parte integrante da China seja administrado por terceiros. Esta é a situação observada em Taiwan, onde se refugiaram os sobreviventes do Kuomintang após a derrota para o PCC e que culminou na fundação da República Popular da China em 1949. Pequim considera Taiwan parte integrante do território chinês, não aceitando como legítimo o governo de Taipé. Evitar a independência *de jure* de Taiwan continua a ser uma das principais prioridades do governo chinês (Medeiros, 2009, p. 205).

No caso das disputas territoriais no Sul do Mar da China, verifica-se que existem entre vários Estados da região, sendo que o território reivindicado pelo País do Meio é considerado chinês, e o governo de Pequim afirma a legitimidade da sua administração em tais territórios. No Este do Mar da China, a mediática disputa entre Japão e China advém da mesma noção. Existem ainda movimentos separatistas dentro da RPC, nomeadamente nas regiões autónomas do Tibete e Xinjiang, cuja acção é considerada ilegal por Pequim, dado representarem uma ameaça à integridade territorial chinesa.

No que ao Sul do Mar da China diz respeito, o litígio começou a emergir nos anos 80, especialmente após a ratificação da Convenção das Nações Unidas Sobre o Direito do Mar, em 1982 (Yuan, 2006, p. 6). As disputas são relativas a ilhas, ilhéus, recifes, bancos de areia aos quais se aponta um potencial energético considerável¹² e que são de uma riqueza enorme a nível de recursos piscícolas. Os arquipélagos em

¹² As estimativas do potencial energético no Sul do Mar da China apontam para que a região possa, eventualmente, extrair mais petróleo do que a zona desde a Costa do Marfim até Angola ou do que a região do Mar do Norte. Em relação ao gás natural poderá ultrapassar mesmo o golfo pérsico (Carriço, 2006).

questão são cinco: Paracel (*Xisha*), Spratly (*Nansha*), Pratas (*Donsha*), o Banco de Macclesfield (*Zhongsha*) e o Recife de Scarborough (*Minzhu Jiao*). O primeiro é reivindicado – para além de o ser por Pequim – pelo Vietname e por Taiwan; o segundo é constituído por mais de 750 ilhas, ilhéus, bancos de areia, recifes, várias partes deste arquipélago são reivindicadas pela RPC, Taiwan, Vietname, Filipinas, Malásia e Brunei; o terceiro é reivindicado pela China e por Taiwan; o quarto é reivindicado pelas mesmas duas partes; o último é reivindicado pela RPC, Taiwan e Filipinas.

Pequim advoga que estas suas reivindicações sobre os territórios situados no Sul do Mar da China têm mais de 2100 anos, datam de quando vigorava a dinastia Han, e, desde o século XV, quando o Almirante Zheng He as incorporou oficialmente no território chinês, a China tem exercido autoridade de forma contínua sobre todos estes territórios (Carriço, 2006, p. 399; Severino, 2010). Para além disso, Pequim defende que a China foi o primeiro actor a descobrir, nomear e exercer controlo administrativo sobre as ilhas do Sul do Mar da China, lembrando que em Fevereiro de 1948, as mesmas autoridades chinesas publicaram um mapa que demarcava o território chinês no Sul do Mar da China, no qual estavam incluídas as ilhas Paracel, Spratly e o Banco de Macclesfield. Então, nenhum dos países do Sueste Asiático apresentou qualquer objecção (Wu, 2014, pp. 17, 18). De facto, foi principalmente desde a década de 70, aquando da descoberta do potencial de recursos marítimos da região, que os países do Sueste Asiático aumentaram o número de ilhas e recifes ocupados, o que levou a China a intensificar a sua presença nas Paracel e nas Spratly (Yee, 2011, p. 177).

As questões territoriais no Sul do Mar da China remetem-nos para o que Thomas Christensen escrevia, em 1999, que as questões de segurança no Extremo Oriente têm o potencial para conduzirem a espirais de tensão, segundo a teoria do dilema de segurança¹³, especialmente se os EUA não mantivessem a presença na região (Christensen, 1999, p. 49). Também Alexandre Carriço (2011) previa que a modernização militar chinesa acentuava o dilema de segurança na região. De facto, se a ameaça é o produto das intenções pelas capacidades, se as capacidades estão em crescimento, se há uma janela de tempo para a resolução das questões territoriais, a

¹³ O Dilema de Segurança é um termo utilizado nas teorias realistas das Relações Internacionais, que se refere a uma situação em que um determinado Estado, ao procurar aumentar as suas capacidades de defesa (melhorando o nível das suas Forças Armadas ou formando alianças de defesa com outros Estados) pode levar a que outros Estados que se sintam ameaçados por este aumento das capacidades de defesa respondam com medidas semelhantes, levando a um aumento da tensão entre Estados (Jervis, 1978).

ameaça para os países que estão em litígio com a China está presente¹⁴. O discurso oficial da China é pacífico: defende a paz na região e rejeita a procura pela hegemonia. Contudo, o seu objectivo de garantir a integridade territorial, quando o território em questão está em disputa, torna as suas intenções ameaçadoras.

O País do Meio segue um programa de modernização militar, justificando-o com a necessidade de defender o seu território, mas, porque a intenção é um móbil interno, para os outros países não existem garantias em relação à verdadeira intenção da China e são impelidos a responder ao programa de modernização militar chinês usando os seus programas ou alianças militares: entra-se numa espiral de parada e resposta. A RPC rejeita ser uma potência revisionista. Quando aquilo que ela considera como seu território legítimo for verdadeiramente incorporado na RPC e reconhecido internacionalmente como tal, Pequim ficará satisfeito. Muitas áreas que a China reclama não beneficiam desse reconhecimento e, por isso, assistimos a um dilema de segurança.

No Este do Mar da China, a principal disputa é pelas ilhas Diaoyu/Senkaku e desenvolve-se entre RPC, Japão e Taiwan. Este arquipélago, situado a nordeste de Taiwan, é composto por oito ilhas vulcânicas que ocupam cerca de 7 km quadrados. O Japão procede à sua anexação no ano de 1896, em consequência da vitória sobre a China. O país do sol nascente advogava que as ilhas eram não reclamadas, acrescentando ainda uma retórica semelhante à das autoridades chinesas em relação ao Sul do Mar da China, ou seja, que à época, as autoridades chinesas não proferiram qualquer reclamação (Carriço, 2006, p. 424).

A narrativa chinesa consiste na apresentação de materiais históricos, compêndios, registos e literatura de viagem que datam de séculos anteriores à anexação japonesa (desde o XV até ao XVIII), por exemplo, a obra do Supremo Comandante da defesa da costa do sueste Hu Zongxian “An Illustrated Compendium of Maritime Security” (*Chou Hai Tu Bian*), que data do ano 1561, contém, segundo Wu Xiaoyan (2014), a demarcação das ilhas Diaoyu/Senkaku como fazendo parte da jurisdição da dinastia Ming. Para além disto, existe ainda o argumento de que, aquando da ocupação japonesa, a China foi forçada a assinar o Tratado de Shimonoseki, um tratado de carácter desigual no qual renunciava à posse de Taiwan e suas ilhas contíguas. Este tratado terá perdido a sua validade aquando de um outro tratado posterior, o de Kellogg-Briand, assinado em 1928, bem como pela Declaração de Cairo em 1943 e pela Proclamação de Potsdam que,

¹⁴ Entrevista ao Tenente-Coronel Alexandre Carriço

reclama a RPC, solenemente declararam que o Japão deveria devolver à China os territórios que a ela conquistou (Wu, 2014, p. 16). Segundo Pequim, e inerentemente Taipé, a descoberta das ilhas terá ocorrido em 1372 por chineses (Carrigo, 2006, p. 425).

Em 2012 pudemos assistir a novos desenvolvimentos sobre a questão: no dia 11 de Setembro do ano 2012 o governo japonês adquiriu a ilha Diaoyu/Senkaku e duas ilhas adjacentes, naquilo que Tóquio denominou de nacionalização. Para além de esta acção ter suscitado manifestações de cariz nacionalista e anti-Japão na RPC e em Taiwan, também deu azo a um crescendo de agressividade. Por exemplo, 24 dias depois da referida nacionalização por parte do Estado japonês, uma frota de navios de pesca taiwaneses, flanqueados pela guarda costeira de Taiwan, dirigiram-se para as ilhas em disputa, tendo a guarda costeira japonesa repellido esta abordagem com canhões de água. Seguir-se-ia o anúncio pela RPC de que, a partir do ano seguinte, a polícia de Hainan passaria a ter o direito de revistar embarcações que fossem consideradas como violadoras de território marítimo chinês. Escusado será explicar que tal notícia não foi bem recebida pelos países do Sueste Asiático (Center for a New America Security, s.d.).

Em 2013 a RPC instaurava uma *Air Defense Identification Zone* (ADIZ)¹⁵ no Este do Mar da China, que incluía o espaço aéreo das ilhas Diaoyu/Senkaku.. Embora este tipo de zona não seja de todo ilegal – os EUA foram os primeiros a estabelecer uma ADIZ nos anos 50 – a RPC foi alvo de críticas por parte de vários outros Estado. Na base das críticas dos EUA e do Japão está o facto de estes considerarem o estabelecimento unilateral da ADIZ chinesa uma tentativa de alteração do *status quo* na região, que objectivava a expulsão dos EUA da região para que a China se tornasse a potência regional dominante (Swaine, 2014). O porta-voz do Ministério de Defesa Nacional da RPC, Yang Yujun, explicou que a ADIZ havia sido instaurada de modo a conseguir a protecção da soberania do Estado chinês, bem como a segurança do seu território e espaço aéreo. Segundo o mesmo, a zona foi determinada com base na necessidade de segurança nacional aérea chinesa e tal acção não é direccionada contra um país ou alvo específico (Yang, 2013). Fontes não-oficiais citadas por Michael Swaine (2014) afirmam que a criação desta ADIZ por parte da RPC tem o objectivo de obrigar as autoridades nipónicas a reconhecer o protesto chinês contra a afirmação japonesa de soberania sobre as ilhas em questão.

¹⁵ Uma ADIZ é um espaço aéreo contíguo ou incluso no país a que esse espaço aéreo pertence, dentro do qual ocorre a identificação, localização e controlo de tráfego aéreo, principalmente para servir motivos de segurança nacional (Swaine, 2014).

O essencial a reter é a assertividade na resposta chinesa, o que, juntando à força afirmativa já observada neste estudo em relação às disputas no Sul do Mar da China, denota uma crescente preocupação por parte de Pequim para com as questões marítimas e territoriais. Este crescendo de atenção prende-se com várias questões: em primeiro lugar, a China era um país essencialmente continental e o foco das suas preocupações eram as ameaças que emanavam do continente. Primeiro os EUA e, posteriormente, a União Soviética eram vistos como as maiores ameaças à soberania chinesa. Finda a Guerra Fria, a China resolveu grande parte das disputas fronteiriças – exceptuando duas com a Índia e o Butão – e estabilizou as suas relações com os vizinhos continentais. Em simultâneo, os desafios geoestratégicos provenientes do mar aumentaram. A política de alianças dos EUA, juntamente com o poderio militar dos últimos, passou a constituir um obstáculo aos objectivos chineses na região da Ásia-Pacífico.

Para além disto, já foi referido como as necessidades energéticas da China aumentaram exponencialmente nos últimos anos, fruto das mudanças na estrutura económica do país. A verdade é que cerca de 90% das suas trocas comerciais era, em 2009, realizadas por via marítima (Peng & Cui, 2009), sendo que 86% do petróleo importado pela China chega pela mesma via (Glosny & Saunders, 2010, p. 163). Embora, como atrás explicado, a China esteja a trabalhar para diversificar as linhas de abastecimento e fontes de fornecimento, Pequim reconhece que é imperioso garantir a segurança do comércio marítimo. Devido à transformação das estruturas económicas chinesas e ao facto de que o aumento de consumo trouxe maior necessidade de produtos energéticos, estes territórios revestem-se de uma importância substancial para a RPC e para o PCC. A crescente atenção aos interesses marítimos e a formação da concepção do “Mar enquanto território” (*haiyang guotuguan*), denotam o reconhecimento do potencial marítimo no desenvolver da economia nacional e também a convicção das próprias autoridades de que a China deve melhorar as suas capacidades de protecção sobre aquilo que considera ser o seu território marítimo (Yuan, 2006, p. 7).

Muitos analistas (Christensen, 2002; Carriço, 2005; Medeiros, 2009; Goldstein, 2005), defendem que existem duas fontes de legitimidade do PCC: a sua capacidade para melhorar as condições económicas da população e o nacionalismo. Segundo esta tese, fica claro que o sucesso nas disputas no Sul e no Este do Mar da China podem ser factores de influência na continuação do PCC no poder. O seu falhanço político pode levar a quebras económicas – note-se a importância da via marítima nas trocas comerciais e o potencial energético das zonas em disputa – e também a ondas de

insatisfação de carácter nacionalista, pois estas problemáticas giram em torno de questões territoriais que, no caso de perda, por exemplo, num braço de ferro com o Japão, reacende na sociedade o trauma da humilhação chinesa.

Para além das disputas territoriais no Sul e no Este do Mar da China, uma terceira problemática – assaz complexa, por sinal – surge ainda como matéria relevante para o presente exercício académico.

Como atrás referido, a anteriormente denominada Ilha Formosa foi ocupada por forças do Kuomintang aquando da Guerra Civil chinesa. Incapaz de conquistar a ilha às forças nacionalistas, o PCC ficou com o controlo da China continental, enquanto os nacionalistas passaram a exercer o poder político sobre a ilha de Taiwan e outras ilhas contíguas. Até aos anos 90, a grande questão era a inserção da Ilha na RPC, pois a retórica era de unificação, quer de um lado quer do outro. Pequim afirmava que Taiwan era parte integrante da China, Taipé afirmava o mesmo, sendo que a questão era quem exercia o controlo sobre a China. Por isso, ambas as partes apregoavam a reunificação, o PCC defendia que Taiwan passasse a fazer parte da RPC, enquanto o Kuomintang previa que a reunificação seria alcançada a partir de Taiwan – politicamente denominada República da China – e culminaria com a reunificação da República da China sob o poder do Kuomintang. Em finais da década de 80, Lee Teng-hui sucede a Chiang Ching-kuo como Presidente da RdC. Em 1994 afirma-se contra a política do Kuomintang e defende que a RdC é um Estado soberano. A partir daqui, prevenir uma declaração da independência de Taiwan torna-se um dos objectivos nucleares para as autoridades da RPC, objectivo que se afigura particularmente importante para o PCC. No caso de ocorrer a declaração de independência, e sendo a população muito sensível a esta problemática, pode ser posta em causa a sua legitimidade (Christensen, 2002, p. 12). Como afirmava Zhu De¹⁶, “enquanto Taiwan não for liberta, o sentimento histórico de humilhação do povo chinês não se dissipará” (Carriço, 2006, p. 368).

Com Lee Teng-hui, as relações no estreito mantiveram-se tensas, tendo Pequim cancelado as conversações entre as duas organizações intermediárias¹⁷ depois de Lee Teng-Hui ter declarado que a relação entre RPC e Taiwan era uma relação entre dois Estados. Quando, em 2000, Chen Shui-Bian ganha as eleições, as relações políticas não

¹⁶ Zhu De foi o fundador do Exército Popular de Libertação, bem como um dos pioneiros do Partido Comunista Chinês.

¹⁷ A Strait Exchange Foundation (SEF) representava Taiwan e a Association for Relations Across the Taiwan Strait (ARATS) representava a República Popular da China tiveram a primeira cimeira em Singapura no ano de 1993.

conheceram progressos dignos de nota devido ao carácter independentista do discurso do novo presidente da RdC. Contudo, durante este período, as relações comerciais e sociais conheceram forte expansão, tendo a RPC atingido o primeiro lugar como destino de investimentos taiwaneses. Quando Ma Ying-Jeou venceu as eleições de 2008 e as relações políticas entre as duas partes litigantes sofreram grande alívio. Ma Ying-Jeou não era favorável ao discurso de duas Chinas e os encontros entre as duas organizações intermediárias (SEF e ARATS) foram reactivados, tendo até 2013 reunido 8 vezes e alcançado 19 acordos, marcando uma fase de cooperação entre os dois lados até então inexistente (Li, 2014, p. 68). Embora se observe um aliviar nas tensões ao longo do estreito, bem como um intensificar das relações políticas, comerciais e sociais, o facto de existirem eleições em Taiwan parece aumentar a fragilidade desta complexa relação, na qual a abertura do governo de Taiwan pode variar consoante o presidente eleito. Isto porque as posições do KMT e do Partido Democrático Progressista divergem na concepção de China: o primeiro defende uma só China e o segundo admite a existência de dois Estados separados. Refira-se que, no interior do KMT também ocorrem divergências no que concerne a este assunto. Contudo, o KMT é o partido maioritário na ilha e ganhou pela segunda vez a maioria dos assentos no parlamento (2012) o que parece confirmar um possível vaticínio de estabilidade nas relações através do estreito.

Devemos notar que, do ponto de vista geoestratégico, Taiwan assume valor elevado, a ilha constitui a placa giratória que permite fazer a ligação entre a primeira e a segunda cadeia de ilhas, podendo servir para reforçar a defesa da costa e das Linhas de Comunicação Marítima (SLOC), bem como servir os interesses chineses de projecção de poder (Carriço, 2012). Este factor é um expressivo contributo para o relevo atribuído à questão de Taiwan na política externa da RPC.

Segundo fontes oficiais chinesas, Pequim considera que as forças que procuram atingir a independência de Taiwan prejudicam a unidade da RPC e a sua segurança. Ao mesmo tempo, acusa os EUA por manterem a venda de armamento a Taiwan, minando a segurança no estreito, naquilo que o governo chinês considera ser uma acção que dificulta as relações sino-americanas. (People's Republic of China Ministry of National Defense, 2009). No último *White Paper* emitido pelo Ministério de Defesa Nacional da RPC, Pequim advoga que, nos anos mais recentes, as relações entre RPC e as autoridades taiwanesas beneficiaram de uma época de desenvolvimento pacífico, em que subsistem ameaças à estabilidade, nomeadamente as actividades levadas a cabo pelas forças separatistas (People's Republic of China Ministry of National Defense,

2015). No mesmo *White Paper*, as autoridades chinesas admitem a reunificação da China como uma inevitabilidade. Ao lermos os referidos *White Papers* por ordem cronológica, podemos observar, como também o fez o Tenente-Coronel Alexandre Carriço (2013), que o *White Paper* de 2008 manifesta uma mudança de paradigma na retórica oficial da RPC em direcção a Taiwan: enquanto nos documentos anteriores a RdC era referenciada de forma negativa, a partir de 2008, devido à vitória de Ma Ying-Jeou nas eleições presidenciais e à sua política de maior cooperação com Pequim, o governo chinês começa a realçar a “viragem positiva” nas relações ao longo do estreito.

Realmente, esta é questão acicata as desconfianças chinesas em relação às intenções norte-americanas. Pequim entende a venda de armamento norte-americano a Taiwan como uma tentativa de impedir a reunificação, sendo parte de algo maior: o receio norte-americano de que a ascensão chinesa faça eclipsar a influência norte-americana na região. Esta ideia contribui para uma concepção mais ampla que coloca os EUA numa posição de ameaça aos objectivos chineses (Medeiros, 2009, p. 31). Objectivamente, os EUA representam um dos factores que mais tem dificultado a superiorização da RPC face a Taiwan e os dois países têm conhecido divergências.

Conseguir a superioridade face a Taiwan é, segundo vários autores (Medeiros, 2009; Carriço, 2012), um objectivo relevante para Pequim. Os esforços do *Zhongnanhai* têm-se diversificado: planos para aumentar a dependência económica e cultural de Taiwan face à China evitando acções que provoquem alarme; tentativas de isolar politicamente os partidários da independência através do aumento das relações com outras forças políticas; procurar a superiorização face a Taiwan aos olhos das outras potências regionais; tentativas de limitar a participação da ilha em organizações e fóruns internacionais como a ONU ou a Organização Mundial de Saúde; manutenção de crítica forte à política de venda de armas a Taiwan por parte dos EUA (Carriço, 2012). Note-se que o incremento exponencial do poder financeiro da RPC lhe possibilitou agir usando uma “diplomacia do dólar” junto dos países que estabelecem relações diplomáticas com Taiwan. O objectivo é que os países receptores de pacotes de ajuda financeira por parte de Pequim, passem a reconhecer a RPC como a “legítima China”. Esta prática terá mesmo conseguido alguns frutos, de que são exemplo países como a Costa Rica, Senegal ou Malawi que mudaram a sua posição diplomática (Medeiros, 2009, pp. 59, 60). Hoje, com as relações no estreito estabilizadas, esta prática diplomática perdeu prioridade e foi acordado entre RPC e Taiwan que seria congelada a bem da estabilidade.

Em 1995, Jiang Zemin apresenta um discurso – denominado “Discurso dos Oito Pontos” (*jiang ba dian*) – que, no geral, continua o tom conciliatório de Deng Xiaoping e dos Nove Princípios enunciados no ano de 1983. Este discurso apresentava uma proposta de reunificação concreta que, em alguns aspectos, rompia com a fórmula “um país, dois sistemas” de Deng Xiaoping (Carriço, 2006, p. 373):

1 – A RPC opõe-se a qualquer tentativa de tornar Taiwan independente e dividir a China em duas, pois só pode existir uma China;

2 – Taiwan pode ter relações económicas e culturais com outros países e instituições internacionais, mas não pode representar a China internacionalmente; Taiwan não pode estabelecer relações diplomáticas;

3 – Os dois lados devem negociar a reunificação da China de forma pacífica, pondo fim às hostilidades. As negociações devem basear-se na premissa de que existe apenas uma China e ambos os lados devem aceitar as suas responsabilidades na manutenção da soberania e integridade territorial do país;

4 – Embora devam ser empregues todos os esforços para que a reunificação seja pacífica, a RPC não promete a não utilização da força. Promete, sim, que, no caso de recurso à força, esta não será dirigida aos taiwaneses, mas aos actores externos que procurem dividir a China em duas;

5 – Devem ser reunidos esforços para que se reforce a cooperação e trocas económicas entre as duas partes;

6 – As populações dos dois lados do estreito devem abraçar e ser portadores da herança cultural chinesa;

7 – As autoridades dos dois lados do estreito devem fomentar as relações entre as populações. Todos os partidos políticos de Taiwan devem ter esta atitude;

8 – As questões da reunificação de Taiwan devem ser resolvidas entre as duas autoridades, não havendo necessidade de participação de actores ou instituições internacionais no processo (Taiwan Affairs Office of The State Council PRC, 1995).

Há que ter em conta esta estratégia visto que as relações comerciais e financeiras entre a China continental e a ilha de Taiwan são hoje fortíssimas¹⁸. Assim, não

¹⁸ Em 1992, a China continental era o 26º maior parceiro comercial de Taiwan. Em 2012, o comércio total de Taiwan com a RPC avaliava-se em 121.5 mil milhões de dólares, passando a ser o maior parceiro comercial da ilha. Durante o mesmo período, o investimento taiwanês na China teve também um considerável crescimento, sendo que, em Julho de 2013, este foi avaliado em 58 mil milhões de dólares (Meltzer, 2014). Em 2012, as autoridades da RPC e de Taiwan assinaram um acordo de protecção ao

surpreende que, chegado o ano 2049, Taiwan possa ainda continuar politicamente independente em relação à China, mas haja uma interdependência económica tão forte que Taiwan seja, informalmente, mais uma província da RPC, ainda que esta não exerça o controlo político. É claro que este jogo de relações apresenta uma dimensão sociológica muito particular e que as mudanças são, em certa medida, imprevisíveis.

Para a RPC, a reintegração de Taiwan detém uma importância assente em factores externos: a importância geoestratégica da ilha, mais-valia para a defesa da costa chinesa e para o controlo das SLOC; o acréscimo na capacidade de projecção de poder da RPC; o aumento do número de países que gravitam na órbita da RPC, algo sempre importante dentro de instituições internacionais como a ONU. Contudo, factores internos, como a legitimidade do PCC no poder, são também de grande relevância. Como vimos, as estruturas hierárquicas internas e a luta pelo poder podem ter influência nas relações internacionais, e a verdade é que esta questão pode mostrar-se determinante para a legitimidade do PCC. Se aceitarmos a teoria de que essa legitimidade assenta no desenvolvimento económico e no nacionalismo, somos compelidos a aceitar que esta questão se reveste de grande importância para a sua manutenção. Ela toca nos dois pilares da sociedade chinesa. Taiwan representa uma oportunidade de desenvolvimento económico e criação de novos negócios, facto que acontece neste momento com o aprofundar das relações económicas entre as duas partes. Este assunto é uma seta ao núcleo dos sentimentos nacionalistas do povo chinês. Trata-se de uma clara questão de unidade territorial, um território que a população da RPC considera parte integrante da China e se apresenta como uma separação política forçada do mesmo povo.

Desta forma, surge o dilema: o objectivo do desenvolvimento económico e o de agradar a uma parte considerável da população com forte sentimento nacionalista podem levar a acções em sentidos opostos. Espera-se que a RPC tome uma postura agressiva em relação a Taiwan de forma a ir ao encontro dos desejos nacionalistas dessa parte da população chinesa, o que não pode ter consequências económicas positivas (Christensen, 2002, p. 12). Contudo, especialmente desde que Ma Ying-Jeou subiu ao poder em Taipé, a RPC tem optado por uma aproximação gradual a Taiwan, procurando impedir a independência *de jure* da ilha, por diminuição do grau de agressividade.

investimento, que cria vias formais para a resolução de disputas entre investidores de ambos os lados do estreito.

CAPÍTULO III – O PLANO MILITAR NA POLÍTICA EXTERNA CHINESA

3.1 – ESTRATÉGIA MILITAR NA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

A aquisição de conhecimento sobre a doutrina e estratégia militar é uma base importante para o estudo do tema em questão. A modernização das forças armadas chinesas é a variável dependente deste estudo e é debruçando-nos sobre este aspecto que vamos conseguir estabelecer as conexões entre as acções das forças armadas e os macro-objectivos traçados. Isto é, observando a inter-relação entre as Estratégias Operacional, Genética e Estrutural do Vector Militar da RPC, conseguiremos compreender como este vector tem sido desenvolvido e utilizado com vista à consecução dos objectivos definidos pela Política chinesa. Com a evolução da política externa chinesa observada no capítulo anterior, as forças armadas passam também por um processo de mudança, neste caso de forte modernização. As alterações na doutrina militar reflectem as mudanças a nível de pensamento geopolítico por parte do *Zhongnanhai*, lançando os dados que ditam a forma como as forças armadas se vão desenvolver.

Mais uma vez, considera-se relevante uma breve contextualização histórica. Embora, temporalmente, este estudo se situe entre o início da década de 90 e o hodierno, não podemos escamotear mudanças anteriores que lhe importam.

As Forças Armadas chinesas são constituídas por três componentes principais, sendo que as duas últimas são consideradas forças paramilitares: as forças activas e de reserva do Exército Popular de Libertação (*zhongguo renmin jiefangjun*), as Forças Policiais Armadas Populares (FPAP, *zhongguo renmin wuzhuang jingcha budui*) e as Milícias Populares (MP, *renmin minbing*) (Blasko, 2006, p. 18). Embora este trabalho se foque essencialmente sobre as acções do EPL, pontos existirão em que teremos que mencionar as FPAP e as MP.

Na RPC, Mao Zedong é considerado o primeiro teórico militar da China comunista. A sua teoria provém da experiência aquando da Guerra Civil contra o Kuomintang, quando o Exército Vermelho derrotou as forças nacionalistas. Em primeiro lugar, Mao Zedong introduziu dois conceitos de Estratégia militar que as autoridades chinesas ainda hoje professam: a Guerra Popular (*renmin zhanzheng*) e a Defesa Activa (*jiji fangyu*). Os três grandes princípios que sustentam estes dois incontornáveis elementos da teoria de Mao Zedong são: primeiro, uma estrutura

estrategicamente defensiva com vista a proteger uma China fraca e o PCC; segundo, o envolvimento de toda a população no atingir dos objectivos militares definidos pelo PCC; terceiro, a lealdade de todas as forças armadas ao Partido Comunista Chinês (Hartnett, 2014, p. 84). No conceito de Guerra Popular, Mao Zedong enfatizava o papel do homem na guerra. Colocando o homem acima da arma, defendia que um soldado politizado seria mais habilitado do que um não politizado. Numa tentativa de aproveitar os pontos fortes da China – a sua vasta população e o seu território extenso –, favoreciam-se as táticas de guerrilha empregando técnicas de combate tradicionais chinesas como a velocidade, a surpresa, a emboscada e a ilusão. O segundo conceito, a defesa activa tem como regra fundamental que a RPC nunca atacará sem ser atacada em primeiro lugar. Contudo, e como comprova o conflito com o Vietname, esta regra tem as suas *nuances*. Nas palavras do próprio Mao Zedong “o ponto da questão é quebrar o cerco e a repressão” e por isso “não faz diferença se a ofensiva segue ou precede a defensiva” (Blasko, 2006, pp. 95, 96).

A opção por esta estratégia militar era também influenciada pela percepção das autoridades chinesas de que o ambiente que rodeava o país era susceptível à eclosão de uma “Guerra Total”¹⁹. A partir da década de 60, a China temia eventuais investidas dos EUA, da União Soviética e de Taiwan. Como dois dos potenciais beligerantes eram as duas superpotências mundiais que possuíam um arsenal militar, inclusivamente nuclear, bastante poderoso, Pequim concluiu que a melhor forma de reforçar a sua defesa contra estas ameaças era desenvolver a sua própria bomba atómica. A RPC reforçou a sua capacidade de *deterrence*, ao desenvolver novas armas de que são exemplo a bomba atómica, a bomba de hidrogénio, submarinos a energia nuclear, satélites espaciais, ao mesmo tempo que o potencial humano das suas forças armadas aumentava em 153%²⁰ (Jiao, 2012, pp. 6, 7). A opção de reforçar numericamente os seus exércitos demonstra a tendência maoísta para a guerra de atrição, que privilegia a aplicação de um maior número de forças e poder de fogo²¹.

O 3º Plenário do 11º Comité Central do PCC, em 1978, viria a promover fortes transformações na política chinesa, marcando um importante momento de mudança.

¹⁹ Guerra Total é um conceito introduzido pelo General alemão Erich Ludendorff, segundo o qual a Mobilização Total de recursos e infra-estruturas de um Estado para a guerra é um pré-requisito para se conseguir vencer. A Guerra Total não era apenas dirigida às Forças Armadas inimigas, mas a todo o povo inimigo.

²⁰ Dados relativos ao intervalo de tempo entre 1958 e 1971

²¹ É considerada uma forma mais simplista de fazer a guerra, pois prevê que o inimigo seja derrotado por uma superioridade quantitativa de poder de fogo.

Repudiou-se o radicalismo da Revolução Cultural e em simultâneo decidiu-se enfatizar o desenvolvimento económico. Os partidários de Deng Xiaoping pretendiam uma maior profissionalização das forças armadas, bem como um *upgrade* na sua qualificação técnica e modernidade. Beneficiando de um ambiente político favorável, Deng Xiaoping imprimiu reformas nas forças armadas chinesas que, nos anos finais da década de 80, atingiram um estado de modernização e profissionalização superior (Bickford, 2001).

A visão de Deng Xiaoping sobre a tendência mundial de paz e desenvolvimento veio influenciar o desenvolvimento das forças armadas chinesas, tendo o Pequeno Timoneiro elaborado um conjunto de metas que o Exército Popular de Libertação teria de alcançar: devia manter-se revolucionário, moderno em termos de capacidades e estandardizado em termos de organização (*Geming hua, xiandaihua, zhenggui hua*). Passava de uma força baseada na quantidade para uma força baseada na qualidade (*Cong shuliang xing zhuanxiang zhaliang xing*), com forças armadas bem treinadas e educadas para que a RPC atingisse o estatuto de “Nação próspera com forças armadas fortes” (*Fuguo qiang*) (Kamphausen & Lai, 2014, p. 12).

Tal como Mao Zedong, Deng Xiaoping havia passado parte da sua vida política trabalhando junto de forças militares nas áreas rurais da China, sendo considerado um comandante de confiança, o que contribuiu para que as altas esferas do EPL apoiassem as suas posições. Como por exemplo, quando, em 1981, retirou Hua Guofeng da posição de Presidente da Comissão Militar Central (CMC) e se instalou a si próprio no posto. A sua aposta na modernização e profissionalização das forças armadas contribuiu para que o apoio dos militares fosse possível. Já desempenhando o cargo, constituiu um grupo dentro da CMC, denominado Grupo Principal para a Reforma do Sistema Militar, com o intuito de orientar o processo de reforma nas forças armadas. Este grupo viria a requisitar ao EPL que revolucionasse as suas forças (Li, 2007, p. 247). Em primeiro lugar, é o próprio conceito de Segurança Nacional que sofre uma reformulação, passando com Deng Xiaoping a integrar factores de grande importância como a estabilidade política, a unidade social e a prosperidade económica. Para além disso, após o conflito com o Vietname em 1979 e a realização de um exercício militar no Norte da China em 1981, as chefias militares chegaram à conclusão de que a Força Aérea e o Exército sofriam de uma preocupante incapacidade de levarem a cabo operações conjuntas e combinadas (Carriço, 2006, pp. 332, 333).

Em 1982, o *staff* do Almirante Liu Huaqing, considerado o pai da estratégia moderna naval da RPC, preparou um plano a longo-prazo para o desenvolvimento naval,

que defendia uma transição de defesa costeira (*jinhai fangyu*) para defesa no mar alto (*jinyang fangyu*). Seria necessário que a RPC fosse capaz de exercer o controlo marítimo até à primeira cadeia de ilhas – que vai desde a prefeitura de Okinawa, passando por Taiwan, até às Filipinas – quando atingido o ano 2010; e até à segunda cadeia de ilhas – desde Ogasawara, passando por Guam, até à Indonésia – em 2020. Para além disto, por volta de 2040, a Marinha do EPL deveria ser capaz de desafiar o domínio norte-americano sobre o oceano Índico e o Pacífico Ocidental (Cordesman, 2014, p. 141; Godwin, 2001).

Em 1985 é elaborado um quadro definidor do novo pensamento estratégico chinês: as forças armadas chinesas deveriam, a partir desse momento, preparar-se para guerras locais e limitadas. Para vencer seria necessário um exército profissional e com tecnologia moderna. Esta era a doutrina da “Guerra Popular sob Condições Modernas”.

Na sequência da adopção destes princípios, nos dois anos seguintes o EPL sofreu uma redução de pessoal de cerca de um milhão de tropas que visava uma maior especialização e também a alocação de capitais com vista ao melhoramento da tecnologia de defesa. Durante este período, o número de regiões militares foi reduzido de 11 para 7, bem como os 37 exércitos de campo, que foram reformados e reduzidos para 24 grupos de exército. Ainda no ano 1985, o Pequeno Timoneiro declarou que a irrupção de uma grande guerra seria bastante improvável. O líder chinês avaliava como mais provável a eclosão de guerras locais e limitadas na periferia chinesa. Esta declaração deu o mote para que os teóricos militares chineses começassem a desenvolver a doutrina de Guerra Local. À medida que esta nova teoria se generaliza no pensamento das chefias militares chinesas, conclui-se que as forças armadas da RPC deviam instaurar novas reformas. Considerava-se especialmente a acuidade da criação de unidades de reacção rápida, entendidas como passo essencial na doutrina de Guerra Local (Blasko, 2001, pp. 54, 55).

Contudo, Deng Xiaoping sabia que os resultados das suas reformas não seriam imediatos. O próprio afirmava que os chineses deviam esperar pacientemente por uma verdadeira modernização do equipamento militar, pois tal só seria possível tendo como base uma boa economia (Li, 2007, pp. 247, 248). A base económica não era então vantajosa, visto que, até ao final da década de 80, os orçamentos militares eram “magros”, não permitindo a modernização do equipamento, preconizada pelo Pequeno Timoneiro (Blasko, 2001, p. 55). De facto, é com Jiang Zemin que as forças armadas chinesas passam de essencialmente rurais para profissionais (Li, 2007, p. 271). Para

além disso, é também com Jiang Zemin que a diplomacia militar passa a estar estreitamente relacionada com a política externa, devido ao Novo Conceito de Segurança, já referido no capítulo anterior (Carriço, 2015, p. 73).

Entrando nas balizas temporais do presente estudo, a década de 90 viu surgir grandes transformações mundiais que tiveram a sua quota-parte na modernização das forças armadas chinesas. Em primeiro lugar, a queda da União Soviética acabou por significar que, uma vez divididas, as ex-repúblicas soviéticas representavam um perigo ainda menor para a China. O perigo trazido pelo desmembramento da URSS traduzia-se na possibilidade de transbordar e penetrar em território chinês, como por exemplo na Mongólia Interior, em Xinjiang ou no Tibete. Para além disto, a criação da CEI era vista pelos líderes chineses como uma oportunidade para a China alargar a sua política externa. Assim, não podendo estabelecer negócios de armamento com as potências ocidentais, o País do Meio iniciou uma política de exportação de algum do seu armamento mais sofisticado, em especial para o Médio Oriente (Carriço, 2006, pp. 362, 363).

Foi precisamente nesta zona que irrompeu a Guerra do Golfo que veio provar a inferioridade do armamento chinês. Neste conflito, foi utilizado pelas tropas de Saddam Hussein armamento *made in China*. Através da observação e análise deste confronto militar, as chefias militares chinesas chegaram à conclusão de que estava em curso uma Revolução nos Assuntos Militares (RMA)²² da qual se destacam algumas características:

1 – As guerras vão ser cada vez mais curtas e o poder de fogo sobrepõe-se aos recursos humanos;

2 – Ênfase nas forças de reacção rápida em vez daquelas preparadas para defesa de posição;

3 – O “Campo de Batalha electrónico” traz a possibilidade de localizar alvos para além do horizonte e, por isso, requer uma “quase transparência” do teatro de operações sob qualquer condição atmosférica;

4 – As contra-medidas electrónicas têm a capacidade de confusão e danificação dos sistemas de comando, controlo e comunicações (C3);

5 – Satélites e meios de vigilância serão fontes de informação crítica de grande importância para os comandantes;

²² A sigla deriva da expressão inglesa *Revolution in Military Affairs*

6 – As operações de forças conjuntas serão assaz importantes, sendo uma área onde o treino deve ser reforçado (Carriço, 2006, p. 365).

Ainda no ano de 1990, o novo líder da RPC, Jiang Zemin, elaboraria as “5 máximas”, segundo as quais o EPL deveria ser “qualificado a nível político, competente a nível militar, ter um bom estilo de trabalho, uma forte disciplina e o apoio logístico adequado” (Fravel & Blasko, 2013). Em 1993, a Universidade de Defesa Nacional liderou um processo para uma nova reestruturação do EPL, findo o qual concluiu que este devia cumprir os seguintes objectivos:

- 1 – Reduzir ainda mais o número de soldados, melhorar o equipamento, a qualidade do treino e a capacidade de combate;
- 2 – Priorizar a aquisição de armamento convencional tecnologicamente sofisticado, relegando o armamento nuclear;
- 3 – Introduzir tecnologia de topo no sistema de armas;
- 4 – Acelerar a construção de uma força de reacção rápida (Carriço, 2006, p. 367).

Ao observar a guerra do Golfo, as autoridades chinesas viram-se obrigadas a admitir que as suas forças armadas precisavam de forte modernização. Após a Operação *Desert Storm*, a viabilidade da utilização de alta tecnologia no teatro de guerra deixou de ser uma dúvida para a chefias militares chinesas. Todas as alterações pretendidas para as forças armadas chinesas constituem uma nova mudança na avaliação dos assuntos militares por parte de Pequim. Considerava-se agora que as forças armadas deviam preparar-se para uma Guerra Local Sob Modernas Condições *High-Tech*, doutrina que marcou a presidência de Jiang Zemin. A Guerra do Golfo foi avaliada dentro dos moldes da mesma doutrina (Blasko, 2001, pp. 56, 57).

A redução do número de tropas parece ter sido uma prioridade para as autoridades chinesas. Em 1987, o EPL era constituído por cerca de 3.9 milhões de chineses, número que seria reduzido para cerca de 2.6 milhões em 1996 (Shambaugh, 1996, p. 8). Em 1985 foi anunciada uma redução de um milhão de forças. Entre 1985 e 1987, a força do EPL foi reduzida de 4.23 milhões para 3.24 de tropas (Jiao, 2012, p. 7). Em 1997 foi anunciada uma outra redução de 500 000 (People's Republic of China Ministry of National Defense, 2006). Durante esta redução, as forças terrestres sofreram um corte de 19% do pessoal, enquanto a Força Aérea e a Marinha foram reduzidas em 11% (Blasko, 2006, p. 22).

Durante a presidência de Jiang Zemin, houve também grande preocupação em reforçar a Segunda Artilharia e desenvolver o armamento *high-tech* da RPC. A aposta chinesa concentrou-se na modernização da força nuclear, mísseis balísticos intercontinentais, armas anti-satélite, vírus informáticos e bombas guiadas por laser. Para além disto, o combate à corrupção no EPL, bem como o reforço da lealdade do EPL ao PCC foram reforçados (Shambaugh, 1996, pp. 8, 9). No que respeita à última questão, recorde-se que esta relação entre EPL e PCC havia sofrido uma prova de fogo aquando das manifestações na Praça de Tiananmen em 1989, que terminaram com o EPL abrindo fogo sobre os manifestantes, em cumprimento de ordens provenientes da Comissão Permanente do Politburo que classificara a situação como uma revolta contra-revolucionária. Contudo, casos houve de membros do exército que decidiram não respeitar as ordens das chefias militares, o que acabou por gerar algum desconforto nas relações entre as duas organizações (Li, 2007, pp. 266-268). Compreende-se que uma das prioridades de Jiang Zemin fosse, precisamente, o reforço do papel do EPL enquanto força armada partidária.

Ainda no final da década de 90, Jiang Zemin definiu como objectivo a longo-prazo a recapitalização das forças armadas para que estas atingissem a mecanização completa e informatização parcial até 2020 (Fravel & Blasko, 2013). Contudo, aquando do 15º Congresso do PCC, Jiang Zemin reafirmou a prioridade do desenvolvimento económico, científico e técnico, confirmando que das “quatro modernizações”²³, a militar era, porventura, a menos prioritária (Wortzel, 1998).

Com Hu Jintao, continuou-se a tendência de redução de forças (McReynolds & Mulvenon, 2014, p. 226). Em 2005 foi proposta uma nova redução de pessoal, desta vez apontando para um corte de 200 000 pessoas, que ficou concluído no final do mesmo ano (People's Republic of China Ministry of National Defense, 2006). As forças terrestres voltaram a ser o principal alvo de cortes, tendo sofrido uma redução de mais de 130 000 tropas (Li, 2013, p. 15). As autoridades chinesas entendem que o EPL deu mais um passo na direcção do seu objectivo de ter o tamanho adequado, otimizar a estrutura, simplificar a sua organização, flexibilizar o seu comando e fortalecer a sua capacidade de combate (People's Republic of China Ministry of National Defense, 2006). A redução de tropas tem acontecido a nível de quadros, divisões e regimentos.

²³ As quatro modernizações são um grupo de objectivos delineados por Zhou Enlai em 1963, e que seriam postos em prática a partir do momento que Deng Xiaoping chegou ao poder. As modernizações deveriam concretizar-se, segundo Zhou Enlai, nas áreas da indústria, agricultura, ciência e tecnologia e defesa nacional. Já com Deng Xiaoping, a última era a menos prioritária.

Procura tornar as unidades mais modulares e multifuncionais. Este processo é parte da optimização organizacional do EPL, que procura desenvolver novas capacidades de combate, melhorar as condições de treino em ambientes digitais e aumentar a mobilidade das forças armadas (Li, 2013, p. 16).

O Presidente Hu Jintao zelou ainda pela actualização da estratégia militar. Uma das mais importantes marcas que deixou nas Forças Armadas chinesas foi a inclusão das Novas Missões Históricas do EPL no quadro teórico definidor da vida militar chinesa. Este conjunto de missões que o *Zhongnanhai* atribuiu ao EPL foi apresentado durante uma sessão da CMC, em Dezembro do ano de 2004, sob o título oficial “Missões Históricas dos Nossos Militares no Novo Século da Nova Era” (*xin shijie xin jieduan wo jun lishi shiming*), frequentemente denominadas “Novas Missões Históricas”.

As Novas Missões Históricas são um grupo de quatro directrizes pelas quais o EPL se deve reger. Elas são:

- 1 – Reforçar a lealdade ao PCC;
- 2 – Assegurar o desenvolvimento económico da RPC, defendendo a sua soberania, integridade territorial e mantendo a segurança interna;
- 3 – Defender os interesses nacionais da China, especialmente nos domínios marítimo, espacial e ciberespacial;
- 4 - Prevenir a eclosão de conflitos / Manter a paz (Cooper, 2009, p. 3; Hartnett, 2014, pp. 33, 34).

Em relação à primeira tarefa, é assaz oportuno lembrar que o EPL é um exército partidário que não deve a sua lealdade ao Estado chinês, mas sim ao PCC. Por isto, o EPL – assim como sucede com as FPAP - é um dos garantes da manutenção do PCC no poder e é reforçando esta ligação ao PCC que se garante que o EPL continua a desempenhar a sua função. No discurso de apresentação das quatro Novas Missões Históricas, Hu Jintao apontou o dedo a “várias forças hostis” que, aproveitando algumas contradições e problemas na construção do socialismo na China, levam a cabo acções de destruição e agitação com o objectivo de minar o sistema socialista chinês (Hartnett, 2014, p. 41).

A segunda tarefa vai ao encontro dos macro-objectivos de política externa identificados no capítulo anterior. Por esta razão, é importante considerar o que as autoridades chinesas entendem por “assegurar” o desenvolvimento económico, defender a soberania a integridade territorial e manter a segurança interna. Embora seja positiva e

tendencialmente pacífica a avaliação do ambiente de segurança, durante a Janela de Oportunidade Estratégica, as autoridades chinesas consideram que o EPL deve estar preparado para situações potencialmente problemáticas: disputas territoriais com países vizinhos que não estão ainda totalmente resolvidas; movimentos separatistas em Taiwan que constituem, segundo Hu Jintao, sérias ameaças à soberania e integridade territorial chinesa; outros movimentos separatistas na China continental que conduzem actividades terroristas e contribuem para a instabilidade nacional; problemas de estabilidade social interna, consequência da forte transformação estrutural do país (Hartnett, 2014, pp. 44, 45).

A terceira tarefa revela os domínios cujo desenvolvimento Pequim considera fulcral para a defesa dos interesses chineses: Os domínios marítimo, espacial e ciberespacial. A retórica da imprensa e autoridades chinesas considera que a expansão dos interesses nacionais da RPC implica a expansão dos seus interesses de segurança. Ou seja, como pudemos constatar, há uma inserção progressiva da RPC na comunidade internacional que lhe exige um processo de globalização e informatização complexo, mas de grande intensidade. Assim sendo, a intensificação da informatização e da globalização, leva a que os interesses nacionais da China se expandam para o oceano, para o espaço e para o ciberespaço. A necessidade de protecção dos mesmos interesses aumenta o nível de exigência das forças armadas (Hartnett, 2014, pp. 47-49). Esta tarefa do vector militar prende-se essencialmente com a sua actuação no exterior, visto versar a expansão dos interesses da RPC e sua protecção.

Foi também observada a importância da via marítima trocas comerciais chinesas, especialmente para a importação de recursos energéticos vitais para o desenvolvimento económico da China. Tendo em conta as palavras do professor Ma Ying (2011), do Instituto de Estudos Internacionais de Xangai, a dependência da RPC do comércio exterior é superior a 80% e, por sua vez, este é cerca de 90% dependente das vias marítimas. Portanto, não é surpreendente que o domínio naval seja referenciado na Novas Missões Históricas do Presidente Hu Jintao. No *white paper* intitulado *China's National Defense in 2004*, é referenciado o reforço da Marinha do EPL em termos de poderio militar visando o intensificar da preparação para batalhas navais, a defesa da soberania chinesa e a protecção da sua integridade territorial (People's Republic of China Ministry of National Defense, 2004).

Verifica-se que as autoridades chinesas têm em conta a progressiva importância da segurança espacial e ciberespacial. Para além de reconhecerem a sua dimensão no

sucesso de operações militares conjuntas e combinadas²⁴, consideram existir uma crescente militarização do espaço, palco relevante na relação entre os Estados e terreno estratégico de desenvolvimento e segurança. Em relação ao domínio espacial, Hu Jintao afirmou:

Space is the new area for contemporary international cooperation, competition, and confrontation; the development and use of space resources open up a broad prospective for the future development of human society. A few great powers are currently intensifying the pursuit of a military advantage in space, and the process of space weaponization is speeding up (Hartnett, 2014, p. 52).

Em relação ao ciberespaço²⁵, Pequim acentua que, devido à intensa informatização do globo, o domínio do ciberespaço é fundamental para a investigação científica, comunicação e tecnologia. As autoridades chinesas consideram o ciberespaço o “quinto campo de batalha”, depois de terra, mar, ar e espaço, assumindo especial importância na doutrina de *Guerra Local sob Condições de Info-Mecanização*. No sentido de assegurar o normal funcionamento de actividades económicas e sociais da RPC, Pequim sublinha a importância da educação na área que abrange a segurança do ciberespaço (Hartnett, 2014, pp. 53-55).

Sobre o conceito de *Guerra Local sob Condições de Info-Mecanização*, é uma visão doutrinária da defesa militar chinesa que constitui uma evolução que tem sido visível ao longo das últimas décadas. Esta evolução inicia-se no conceito de Guerra Popular, evoluindo para *Guerra Popular sob Modernas Condições*, *Guerra Local*, *Guerra Local sob Condições High-tech* e *Guerra Local sob Condições de Info-Mecanização* (Carriço, 2006, p. 515). Esta doutrina pressupõe que, no futuro próximo, as guerras sejam geograficamente localizadas, principalmente na periferia chinesa; limitadas no seu alcance, duração e meios; e conduzidas sob condições de info-mecanização (Cordesman, 2014, p. 121). Leng Feng explica que melhorar as

²⁴ Operações conjuntas e operações combinadas são dois tipos diferentes de operações militares. Classificam-se como operações conjuntas aquelas em que se aplicam operacionalmente mais do que um ramo das Forças Armadas de um país sob o mesmo comando e com o objectivo de levar a cabo uma missão. Operações Combinadas são realizadas por duas ou mais Nações aliadas com o objectivo de cumprir uma missão.

²⁵ O Ciberespaço é o espaço virtual onde circula a informação transmitida através da rede de computadores. A expansão deste espaço obriga a um esforço cada vez maior pela sua defesa, uma vez que nele ocorrem troca de informação de grande importância, respeitante a todas as áreas da sociedade.

capacidades de combate sob condições de info-mecanização, significa adaptar-se à forma de guerra e a padrões operacionais em que a informação desempenha o papel central, estar preparado para a superioridade de info-mecanização do adversário, e conseguir operar num campo de batalha informatizado (Leng, 2014, pp. 14-15). Como afirma o analista chinês, as capacidades de treino do EPL sob as referidas condições estão ainda em processo de iniciação (2014, p. 19).

A última missão do EPL, manter a paz impedindo a eclosão de conflitos, tem origem na conclusão das autoridades chinesas de que as exigências da globalização obrigam a China a conectar-se a todo o mundo. Portanto, a RPC não está imune às consequências de conflitos graves que surjam em diferentes pontos do globo (Hartnett, 2014, p. 55). Em termos económicos, a RPC teme os efeitos nefastos de conflitos que ocorram noutras partes do mundo. Este aspecto condiciona a participação chinesa nas Nações Unidas, órgão que tem o propósito de manutenção da paz. A participação da RPC como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, bem como a participação do EPL em missões de *peacekeeping*, são formas colaborativas de levar a cabo essa missão de paz. Neste âmbito, Daniel Hartnett (2014, pp. 56-58) enumera quatro acções que o EPL deve realizar de forma a ser bem-sucedido: Dar o seu contributo em missões internacionais de manutenção da paz; Responder rapidamente a crises não relacionadas com a guerra; Deter e conter a guerra; Vencer uma guerra, caso seja necessário.

As Novas Missões Históricas fazem parte de uma revisão teórica mais alargada, elaborada pelas autoridades chinesas, no intuito de modernizar as forças armadas. No 16º Congresso do PCC em 2002, Hu Jintao apresentava aquela que era a grande linha orientadora para o desenvolvimento das forças armadas: “Desenvolvimento Científico” (*kexue fazhan guan*). As Novas Missões Históricas eram descritas como uma manifestação lógica da utilização do método do Desenvolvimento Científico, e condição para acompanhar as transformações no sistema internacional e no ambiente de segurança (Mulvenon, 2009).

Paralelamente às Novas Missões Históricas, outra actualização levada a cabo por Hu Jintao vai contribuir para a consolidação da sua linha orientadora de Desenvolvimento Científico. Está patente no *White Paper* da Defesa de 2004, quando ali se menciona a *Guerra Local sob Condições de Info-mecanização*²⁶. No mesmo *white*

²⁶ Neste trabalho optou-se por esta tradução porque é aquela usada pelos principais estudiosos portugueses desta matéria. Contudo, sublinhamos a importância do conhecimento das expressões

paper são referidas as prioridades das forças armadas chinesas para conseguirem vencer este tipo de guerra: desenvolver armamento e equipamento militar, construir a capacidade de actuar em operações conjuntas e combinadas, aderir ao conceito de Guerra Popular, desenvolvendo as suas estratégias e táticas (People's Republic of China Ministry of National Defense, 2004). Este conceito de Guerra Local sob Condições de Info-Mecanização provém da avaliação, por parte das autoridades chinesas, da evolução das forças militares da mecanização para a digitalização, “ao abrigo da qual a confrontação entre sistemas tenderá a ser o elemento essencial do campo de batalha” (Carriço, 2006, p. 512). Tal avaliação acaba por potenciar a importância que se atribui às tecnologias de informação que alteram não só a metodologia tradicional das guerras mas, no campo bélico, afirmam-se também como factores decisórios. Ou seja, o seu domínio pode despoletar ou inibir um conflito armado (McReynolds & Mulvenon, 2014, p. 216).

Tecnologicamente, a Marinha do EPL continua num patamar inferior ao da *US Navy*. Contudo, comparando com os restantes Estados do Sueste Asiático, a RPC conseguiu alcançar uma posição de superioridade. Os exercícios aéreos e navais realizados no ano de 2010 no Sul do Mar da China tiveram o intuito de demonstrar a supremacia tecnológica das forças armadas chinesas e levar a crer que, caso as disputas territoriais escalem para uma luta armada, os Estados vizinhos da RPC não conseguirão vencer (Dorminey & Gray, 2014, pp. 14-15).

Durante a era de Hu Jintao no poder ocorre também a actualização de conceitos centrais na doutrina militar chinesa, como por exemplo as estratégias de Guerra Popular e Defesa Activa. No *white paper* de 2002, ainda antes de Hu Jintao ocupar a posição de Presidente do CMC, a Defesa Militar é descrita como Estratégia Militar e simultaneamente Orientação Militar Estratégica. E a Guerra Popular é entendida como a união do povo com os militares, constituída em primeiro lugar por uma força activa, capaz e de baixo número (militares), e em segundo por uma força de reserva numericamente extensa (povo). A união entre estas duas forças depende de um sistema de mobilização de defesa nacional (People's Republic of China Ministry of National Defense, 2002). No *White Paper* de 2004, refere-se a intenção de alargar a Revolução nos Assuntos Militares às forças armadas, e a mobilização de toda a economia como

avanzadas pelas versões dos Livros Brancos em língua inglesa *Local Wars Under Conditions of Informationalization*, e por autores que escrevem na mesma língua *Local Wars Under Conditions of Informationization*, o que parece denotar a importância das tecnologias de informação.

componente integrante da construção da defesa nacional (People's Republic of China Ministry of National Defense, 2004). No mesmo documento, mas relativo ao ano de 2008, afirma-se taxativamente que a China pretende desenvolver e modernizar a Guerra Popular transformando-a a nível formal e de conteúdo por exploração de novas abordagens, estratégias e táticas sob Condições de Info-Mecanização (People's Republic of China Ministry of National Defense, 2009). Nota-se, assim, a persistência nos conceitos avançados por Mao Zedong, agora alvos de actualização e utilizados – principalmente o conceito de Guerra Popular – dentro de uma estratégia de *deterrence* (Blasko, 2014, pp. 97-98).

Salienta-se ainda um terceiro conceito relevante e “relativamente novo” (Blasko, 2014, p. 106) o conceito de Defesa Marítima. Este conceito havia sido aprovado, em 1985, como componente naval da orientação estratégica de Defesa Activa, e sofreu uma evolução ao longo dos anos, passando de uma capacidade de realizar operações marítimas defensivas (People's Republic of China Ministry of National Defense, 2000) para uma “transformação estratégica das operações de defesa marítima” compreendendo operações em águas distantes. Para além disto, a Marinha aplicou-se a desenvolver capacidades nas operações marítimas conjuntas, assim como conduzir tarefas de cooperação em águas distantes e enfrentar ameaças não-tradicionais (People's Republic of China Ministry of National Defense, 2009). Do exposto, resulta a visão do carácter evolutivo do conceito de Defesa Marítima, sendo a aproximação às questões das ameaças não-tradicionais suficientemente clara.

É interessante notar que os chineses têm consciência das suas limitações. Ao contrário do que alguns autores ocidentais advogam²⁷, Pequim está consciente das fragilidades das suas forças armadas e, nesta perspectiva, identifica duas incompatibilidades (*liangge buxiang shiying*) entre o que se pretende alcançar e as condições existentes para o fazer. A responsabilidade desta avaliação é atribuída a Hu Jintao e é publicada pela primeira vez, em 2006, no jornal *People's Daily*, ao referir que “A principal contradição (*zhuyao maodun*) na construção das nossas forças armadas é que o nível da nossa modernização é incompatível com a exigência de vencer guerras locais em condições de info-mecanização e as nossas capacidades militares são incompatíveis com a exigência de desenvolver as novas missões históricas no novo século na nova era” (Blasko, 2013).

²⁷ Um adido militar de um país ocidental membro da NATO em Pequim terá utilizado a seguinte expressão: “Our assessment is they are nowhere near as effective as they think they are” (Blasko, 2013)

À semelhança das “5 máximas” de Jiang Zemin, ou das “Novas Missões Históricas” de Hu Jintao, Xi Jinping, presidente da RPC e da CMC desde Março de 2013, rapidamente elaborou uma nova fórmula na qual são plasmados os eixos orientadores das forças armadas chinesas: fortes, obedientes ao comando do PCC, capazes de vencer guerras mediante um bom estilo de trabalho (Fravel & Blasko, 2013). Actualmente, a imprensa chinesa tem vindo a repetir um conceito muitas vezes considerado pedra angular do pensamento estratégico de Xi Jinping. Trata-se do conceito *jinglue haiyang*, recentemente aprovado pelas autoridades como parte da estratégia de poder marítimo e que significa Gestão Estratégica do Oceano²⁸. Enquanto conceito estratégico, *jinglue haiyang* data de 1996, aquando da sua utilização num *paper* publicado no *Pacific Journal*. Advoga a utilização de meios políticos, militares, tecnológicos e diplomáticos, para uma gestão abrangente e de alto nível dos interesses nacionais no domínio marítimo, bem como o emprego de medidas enérgicas para acelerar a exploração e desenvolvimento marítimos (Martinson, 2015, p. 6).

Embora este conceito não detenha o estatuto de política oficial, ganha cada vez mais importância junto das autoridades chinesas, como comprova a sua crescente utilização no jornal oficial da Marinha do EPL, *People's Navy*. O referido preceito passa de Zero (0) referências no ano de 2010 para vinte e uma (21) em 2014, sem contar com os últimos dois meses desse ano (Martinson, 2015, p. 7). Para além deste facto, o almirante Zhang Zhaoyin refere que, aquando das visitas de Xi Jinping à frota chinesa do Sul do Mar da China, o actual presidente da RPC sublinhou que a Marinha devia olhar para a questão dos direitos de protecção dessa região (2015, p. 7).

Enquanto esta estratégia demonstra uma maior assertividade na forma como a RPC entende a defesa marítima, tal não significa obrigatoriamente que este crescendo de assertividade não obedeça a um plano. Como referem Fravel e Blasko (2013), o aumento da assertividade na defesa marítima foi bastante notório em situações anteriores, como quando nos anos 2007 e 2008 a China se opôs ao investimento de empresas estrangeiras em blocos petrolíferos vietnamitas. Os mesmos autores afirmam que Xi Jinping procura estabelecer uma relação forte com as forças armadas chinesas, naquilo que constitui mais um passo no tentamen de cimentar o seu estatuto enquanto secretário-geral do PCC e presidente da CMC, como fizeram Deng Xiaoping e depois Jiang Zemin. Desta forma, a abordagem geral da RPC às forças armadas mantém-se

²⁸ *Haiyang* significa Oceano, enquanto *jinglue* é composto por *jing*, que significa Gestão, e *lue*, que é a palavra chinesa para Estratégia

inalterada, sendo leais ao Partido Comunista Chinês e não ao Estado e devendo cumprir as metas indicadas por Jiang Zemin com o objectivo de alcançar a completa modernização em 2049. A meta da concretização do “Sonho Chinês” também no ano de 2049 aparece agora como propósito e não como coincidência.

O aumento do orçamento para as forças armadas constitui uma prova da crescente importância que o governo chinês atribui a este vector. No caso da Marinha, existe uma ênfase cada vez maior em relação ao seu papel enquanto protectora dos interesses económicos da RPC, argumento também utilizado para engrossar o orçamento da Marinha (Fravel & Liebman, 2011, p. 54). Yao Wenhui, almirante de duas estrelas, defendia, ainda em 2007, um aumento da percentagem do orçamento para a Marinha, precisamente porque esta já não funciona apenas como instrumento de defesa territorial, mas também como protectora e participante do bom desempenho económico da RPC (Fravel & Liebman, 2011, p. 75). Beneficiando de um aumento do PIB que se situou, em média, nos 10% na primeira década do presente século, e em cerca de 8% na primeira metade da corrente década, as autoridades chinesas tiveram a possibilidade de promover um aumento do orçamento para as forças armadas na escala dos 10% ao ano, ao longo do período mencionado. Para 2015, mantém-se a previsão de um aumento de cerca de 10%. Segundo dados do SIPRI, em 2014, o orçamento militar chinês estabeleceu-se nos 216 mil milhões de dólares, bastante inferior ao orçamento norte-americano para a defesa no mesmo ano, de cerca de 610 mil milhões de dólares. (Liff & Erickson, 2013, p. 808; Office of The Under Secretary of Defense, 2013).

Sendo um país em desenvolvimento, a segunda maior economia mundial, futuro maior PIB em paridade de poder de compra, é natural que sejam estabelecidas metas a longo prazo como a acima referida: alcançar a modernização até 2049. Em 2009, Xu Caihou, vice-presidente da CMC, afirmou que o desenvolvimento militar da RPC nasce de uma base fraca, tendo como objectivo equiparar-se às grandes potências na modernização militar, em meados do século XXI (Liff & Erickson, 2013, p. 817). Ora este passo não se concretiza sem uma forte aposta nas forças armadas, o que requer gastos financeiros consideráveis, justificando plenamente os actuais orçamentos de defesa da RPC. Para além disto, a referida modernização requer sistemas tecnológicos de ponta, o que exige forte aposta económica na área em causa. No entanto, em termos relativos, o aumento do orçamento de defesa chinês não é muito superior ao crescimento económico do país – a média do crescimento económico chinês entre 2002 e 2011 foi de 10,6%, enquanto a média do crescimento do orçamento militar no mesmo intervalo

temporal foi de 15,4% em preços correntes – e entre 2002 e 2011 nunca chegou a representar 1,5% do PIB nacional (Liff & Erickson, 2013, p. 810).

3.2 – O EXÉRCITO POPULAR DE LIBERTAÇÃO E SUA CONSTITUIÇÃO

O Exército Popular de Libertação é o ramo militar mais importante para este estudo, pois é a vertente que mais participa nos objectivos de política externa do país. Interessa, portanto, perceber a sua estrutura.

O órgão máximo das Forças Armadas da RPC é a Comissão Militar Central (*Zhongyang Junshi Weiyuanhui*, CMC). Existem duas CMC, uma Estatal, outra partidária, ou seja, a CMC da RPC e a CMC do PCC. Contudo, na prática, não existe distinção pois os membros são os mesmos e uma não reúne separadamente da outra. A CMC é eleita pelo Comité Central do PCC, sendo que a sua presidência é nomeada pelo Comité Permanente do Politburo. Tradicionalmente é o Presidente da RPC e Secretário-Geral do PCC que preside a CMC, tal como acontece actualmente (Weitz, 2013, p. 15). A CMC comanda quatro departamentos: o Departamento de Estado-Maior, o Departamento de Política Geral, o Departamento de Logística Geral e o Departamento de Armamento Geral. O Departamento de Estado-Maior exerce o comando sobre as sete Regiões Militares do EPL, sobre a Marinha, a Força Aérea, a Segunda Artilharia, os Centros de Investigação e as FPAP. Os outros três departamentos devem administrar as mesmas áreas. Mais detalhadamente, o Departamento de Estado-Maior é responsável pelas decisões sobre pessoal em todo o EPL. A sua primeira missão é executar e supervisionar a política de defesa nas forças armadas e servir como comando geral do EPL. O Departamento de Política Geral supervisiona a implementação da doutrina política nas forças armadas e garante lealdade política, disciplina e moral elevada das forças do EPL. O Departamento de Logística Geral organiza serviços de transporte e abastecimento para as forças armadas e garante outros serviços como assistência médica e alojamento. O Departamento de Armamento Geral gere os testes de armamento e equipamento, bem como a sua manutenção e aquisição. Efectua, quase exclusivamente, a fiscalização de produção e armazenamento do armamento nuclear (Cordesman, 2014, p. 149). Os quatro departamentos gerais servem como Sede Nacional do Exército do EPL. A Marinha, Força Aérea e Segunda Artilharia têm a sua própria Sede Nacional (Lawrence, 2013, p. 10).

O EPL utiliza um sistema de divisão territorial por regiões militares. Antigamente existiam 11, agora restringidas a 7 (Shenyang, Beijing, Lanzhou, Jinan, Nanjing, Guangzhou e Chengdu). Contudo, a CMC não precisa do “filtro” do Departamento de Estado-Maior, exercendo também o controlo sobre as regiões militares, Força Aérea, Marinha, Segunda Artilharia, etc. Por sua vez, o Ministério de Defesa Nacional não possui papel de comando ou sequer de administração – obedece ao Conselho de Estado, estando sob autoridade da CMC (National Bureau of Asian Research, 2013).

O EPL divide-se em quatro ramos: Forças Terrestres, Marinha, Força Aérea e Segunda Artilharia. As Forças Terrestres eram, em 2012, compostas por cerca de 1.25 milhões de funcionários, em época de transição de uma força essencialmente defensiva e estática, orientada para campanhas ofensivas posicionais, móveis, urbanas ou em montanha no interior do território, para uma força tendencialmente orientada para a guerra de manobra, organizada e equipada para levar a cabo missões na periferia da China. As forças terrestres do EPL foram alvo de programas de modernização, tendo-se registado avanços em quase todas as suas áreas. Através destes programas, produziram-se novos carros de combate, de que são exemplo os tanques de batalha de terceira geração Tipo-99, que melhoraram significativamente o poder de fogo, a mobilização e capacidade de protecção em relação ao Tipo-98. Procedeu-se também à aquisição de veículos armados para transporte de tropas. O EPL combinou tecnologia russa e chinesa na construção de veículos anfíbios de assalto de nova geração ZBD-04, que os tornam dos melhores veículos de combate ao nível da infantaria. As Forças Terrestres do EPL adquiriram novas peças de artilharia, como por exemplo o sistema de lançamento múltiplo de mísseis e um número, ainda em expansão, de obuses autopropulsionados. Foi apenas em 2010 que o EPL realizou o primeiro exercício a nível de grupos de exército das forças terrestres, o *SHIMING XINGDONG*, em que forças terrestres de três regiões militares diferentes praticaram manobra, coordenação terra-ar, e projecção a longa distância através de recursos militares e comerciais. Note-se que duas das três regiões militares presentes eram Chengdu e Lanzhou, que se situam ao longo das fronteiras chinesas. Desta forma, os cenários dos exercícios foram baseados em cenários de conflito fronteiriço e seguiram as regras da guerra limitada (Sharma, 2012, pp. 45-49). A defesa aérea das forças terrestres sofreu grandes alterações qualitativas com o desenvolvimento de novos sistemas terrestres de defesa aérea, mísseis terra-ar tanto de desenvolvimento indígena, por exemplo, o HQ-16 (*all-weather, all-direction* e

capacidades de interceptação multidirecional); como de criação russa, por exemplo, o SA-20 (Sharma, 2012, pp. 52-55).

A Marinha do EPL possui actualmente mais de 300 navios de superfície, submarinos, navios anfíbios e embarcações de patrulha armados com mísseis, sendo que, desde 2000, este ramo do EPL tem aplicado esforços para desenvolver, até 2020, a sua capacidade de combate através obtenção e melhoria de capacidades operacionais (Office of Naval Intelligence, 2015, p. 10). Segundo informações relativas ao ano de 2014, a Marinha estreou mais de 60 embarcações. As deficiências tecnológicas da Marinha têm vindo a ser reduzidas através de um *upgrade* na qualidade de equipamentos produzidos na China, autonomizando progressivamente esta área militar em relação às importações. A última importação de uma grande plataforma deu-se em 2006 (o *Destroyer SOVREMENNY* de Classe II) Tanto as fragatas da classe JIANGKAI (Tipo 054A), como os *destroyers* da classe LUYANG (Tipo 052B/C/D) são *made in China* e normalmente considerados equipamentos modernos e capazes, muitas vezes equiparados aos mais desenvolvidos modelos ocidentais (Office of Naval Intelligence, 2015, p. 10). Relembre-se o lançamento do LIAONING, primeiro porta-aviões da Marinha chinesa que, embora limitado na sua capacidade de combate, marca um momento importante na história militar do País do Meio. A posse de um porta-aviões potencia, teoricamente, uma maior dissuasão e, por outro lado, simboliza o acréscimo de prestígio de um país (Carrico, 2006, p. 483). Pode ainda servir de tubo de ensaio para a construção de porta-aviões novos e indígenas. Em relação à frota de submarinos, a Marinha do EPL possui um vasto número deste tipo de embarcações. O Pentágono afirma que a RPC ultrapassou os EUA em número de submarinos, com uma frota superior a 60 submarinos (Russia Today, 2015), enquanto o relatório do *Office of Naval Intelligence* aponta para uma frota de mais de 50 submarinos. Esta frota, maioritariamente constituída por embarcações de energia convencional, encontra-se vocacionada essencialmente para a consecução de missões regionais e batalha anti-superfície, no sentido de proteger as SLOC mais próximas (Office of Naval Intelligence, 2015, p. 16).

Ao nível do treino, a Marinha do EPL tem vindo a reforçar a complexidade do seu treino desde o início do século XXI. Há cerca de uma década, o treino da Marinha chinesa estava demasiado limitado a exercícios anti-superfície, área onde hoje atingiu considerável proficiência. Presentemente, a Marinha tem focado o seu treino na defesa aérea de uma área específica e na batalha anti-submarino em águas profundas, tendo

alcançado uma evolução meritória. Cada vez mais realista e complexo, o treino da Marinha do EPL expandiu-se desde o litoral chinês, aproximando-se cada vez mais da primeira cadeia de ilhas. Exercícios levados a cabo no Sul do Mar da China são, hoje, rotina. Os exercícios em águas profundas têm evoluído de forma inequívoca em termos de frequência, complexidade e distância. Sete acções de superfície no mar das Filipinas em 2012 e nove em 2013, bem como a primeira acção de treino no Este do Oceano Índico comprovam esta evolução (Office of Naval Intelligence, 2015, pp. 24-25).

Em relação à Força Aérea, as autoridades japonesas clamam que este ramo possui cerca de 2580 aeronaves de combate (Japanese Ministry of Defense, 2014), enquanto o *Department of Defense* norte-americano refere 2575 aeronaves entre Bombardeiros, Caças e aviões de transporte (Department of Defense, 2014). A Força Aérea do EPL tem modernizado a sua estrutura no intuito de dar resposta à estratégia de Guerra Local, aumentando os tipos de aeronave e reduzindo a proporção entre aeronaves alocadas ao papel de interceptação. Cerca de 3000 caças interceptores foram removidos do inventário das Forças Armadas, as aeronaves interceptoras representavam cerca de 80% da Força Aérea, constituindo actualmente cerca de 50%. Em sentido contrário, caças de ataque terrestre aumentaram a sua presença mais de 2,5 vezes. Isto denota uma ênfase maior no ataque terrestre, transporte e missões de treino, ou seja, um alinhamento com a estratégia de Guerra Local (Cordesman, 2014, p. 271). Segundo o *white paper* de 2013, a Força Aérea do EPL tinha, então, uma força constituída por 398 000 homens e um comando aéreo em cada uma das regiões militares. É composta, principalmente, por aviação, defesa terra-ar, radares e armamento de medidas de protecção electrónica (People's Republic of China Ministry of National Defense, 2013).

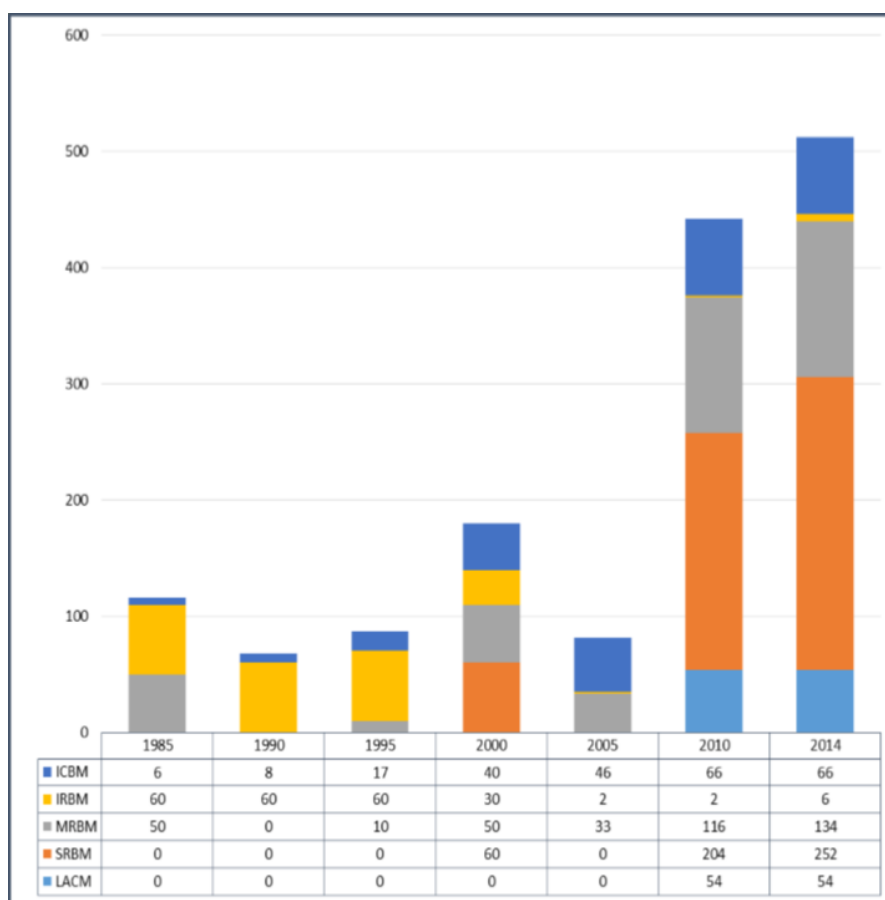
A Força Aérea do EPL está a meio de um processo de substituição de aviões obsoletos e aeronaves de tarefa única, por veículos modernos, capazes de exercer várias funções. Estima-se que neste momento a Força Aérea seja “1/3 moderna”, o que representa um avanço qualitativo por comparação com os anos 90, quando a Força Aérea chinesa dependia de aeronaves russas. Em termos de pessoal, este ramo do EPL manifesta tendência redutora (Cordesman, 2014, p. 262). A Força Aérea tem aumentado a bom ritmo o número de aeronaves de caças modernos de quarta geração, sendo que continua a importar aviões da russa Sukhoi, dos quais se destacam o Su-27 e o Su-30, o último com capacidades de ataque anti-navio e anti-superfície. As autoridades japonesas afirmam que a China tem produzido massivamente o indígena J-11B, que é apontado como uma imitação do russo Su-27 (Japanese Ministry of Defense, 2014). Até ao ano

2018 deve terminar o desenvolvimento de aeronaves de quinta geração, de manobrabilidade elevada, baixa observabilidade e compartimento de armas interno (Department of Defense, 2014). Pelo menos dois deles serão construídos na RPC, o J-20 e o J-31.

Os Veículos Não Tripulados têm sido uma aposta da Força Aérea chinesa, o que aumenta as capacidades de observação e ataque à distância do EPL. O primeiro *drone* furtivo de construção chinesa realizou o primeiro vôo em Novembro de 2013. As autoridades japonesas salientam que a RPC não melhora as suas capacidades de combate aéreo apenas para protecção territorial, mas para conseguir superioridade aérea em zonas distantes do seu território, advogando que é neste sentido que aposta em aeronaves com capacidades anti-navio e anti-superfície, bem como capacidades de transporte em longas distâncias (Japanese Ministry of Defense, 2014).

A RPC explodiu a sua primeira arma nuclear em 1964, seguindo-se duas décadas de um armamento nuclear pouco sofisticado, insuficientemente diversificado e demasiado vulnerável (Fravel & Medeiros, 2011, pp. 53, 54). Todas as gerações de líderes da RPC reconheceram a importância do armamento nuclear na estratégia de *deterrence*, mas só com Jiang Zemin se daria um notório passo em frente. Na publicação oficial *Science of Strategic Artillery Campaigns*, citada por Anthony Cordesman (2014, p. 298), é mencionado que, após a Guerra do Golfo, Jiang Zemin lançou a nova tarefa de “dupla *deterrence*, duplo combate” (*shuangchong weishe, shuangchong zuozhan*). Esta nova tarefa vem marcar a mudança de uma força nuclear baseada em mísseis nucleares de médio alcance para uma força com mísseis nucleares de alcance intercontinental e médio alcance, combinados com mísseis convencionais poderosos (Cordesman, 2014, p. 288). No *White Paper* de 2013 intitulado *The Diversified Employment of China's Armed Forces*, as autoridades chinesas afirmam que a Segunda Artilharia do EPL é vital para a estratégia de *deterrence* da RPC. O arsenal da SA do EPL é maioritariamente constituído por mísseis nucleares e convencionais, como se pode observar no Quadro 3, e é responsável por assegurar que potenciais países adversários não utilizam armas nucleares contra a RPC. Pequim assegura que as capacidades de *deterrence* estratégica (*zhanlue weishe*) e de contra-ataque nuclear da SA estão a ser fortemente melhoradas (People's Republic of China Ministry of National Defense, 2013).

QUADRO 3 - EVOLUÇÃO DA COMPOSIÇÃO E TAMANHO DA SA DO EPL



ICBM - Intercontinental Ballistic Missile; IRBM - Intermedium Range Ballistic Missiles; MRBM – Medium Range Ballistic Missiles; SRBM - Short Range Ballistic Missiles; LACM - Land-Attack Cruise Missiles

Fonte: Cordesman, Anthony H.; 2014; p.299

De facto, Michael S. Chase (2014, pp. 303, 304), novamente de acordo com o *Science of Second Artillery Campaigns*, escreve que a força de mísseis estratégicos é a “carta de trunfo” para vencer guerras locais sob condições de info-mecanização. O facto de uma fonte oficial apresentar esta relação directa entre a SA e a doutrina militar desenvolvida por Hu Jintao ilustra a relevância que Pequim atribui a este tipo de força. Mas este não é o único caso que demonstra essa importância durante a presidência de Hu Jintao. Note-se ainda o sublinhado do presidente da RPC de que esta é uma força estratégica sob o comando directo da CMC e do Comité Central do PCC. A elevação do comandante da SA a membro da CMC, bem como a crescente relevância de que beneficia a SA nas campanhas conjuntas do EPL é mais uma demonstração da relevância deste ramo das forças armadas (Chase, 2014, pp. 304, 339).

CAPÍTULO IV – A INTERVENÇÃO DO VECTOR MILITAR NOS OBJECTIVOS DE POLÍTICA EXTERNA

4.1 – A DEFESA DA SOBERANIA E INTEGRIDADE TERRITORIAL

4.1.1 - Anti-acesso e Negação de área (*Anti-access/Area Denial, A2/AD*)

As capacidades A2/AD são uma componente essencial na defesa da integridade territorial de qualquer jurisdição. Representam a pretensão de negar a uma terceira parte – normalmente um adversário – tanto o acesso como a capacidade de manobra em determinado território. Este conceito foi criado pelo pentágono, não sendo utilizado na retórica oficial chinesa (McDevitt, 2011, p. 191). Contudo, Pequim utiliza outros conceitos que se aproximam do Anti-acesso, como Defesa Activa ou Operações de Contra-intervenção (McDevitt, 2011; Department of Defense, 2012), Sistema de Sistemas (*tixi zuozhan*) e os “três não” (*san fei*): *Noncontact* (*fei jie rong*), *nonlinear* (*fei xian shi*) and *nonsymmetric* (*fei duichen*) (Peng, et al., 2010, p. 42; Twomey, 2014). Para os chineses, a Contra-intervenção refere-se a um conjunto de tarefas operacionais com o intuito de prevenir a intervenção estrangeira num conflito, sendo que a estratégia A2/AD é colocada ao serviço deste intuito (Fravel & Twomey, 2015, p. 171).

Destacamos a importância dos “três não” para as autoridades chinesas, modo como descrevem a natureza da guerra na actualidade, denotando a presença destas técnicas militares na guerra do golfo e nas operações da NATO na Sérvia. A *não linearidade* (*nonlinearity*), trazida por um campo de batalha cada vez mais tecnologicado, busca uma rápida mistura e confusão das tropas no campo de batalha, em parte para mitigar os efeitos da precisão do golpe inimigo (McAuley, 2012, p. 3), assentando em ataques aéreos fortes ao núcleo da capacidade de ataque adversária (Twomey, 2014, p. 146). Torna-se cada vez mais difícil obter fiabilidade em áreas como reconhecimento e contra-reconhecimento, ou emboscadas e defesa contra emboscadas. Torna-se também mais difícil obter precisão total nas acções que se realizam no campo de batalha. O termo/conceito *Noncontact* consiste em atingir o adversário a partir de longas distâncias, com sistemas informatizados e capacidades *over the horizon*. Christopher Twomey (2014) afirma que as capacidades de Informação, Vigilância e Reconhecimento são um pré-requisito para efectuar ataques à distância (*non-contact*).

Assimetria (Nonsymmetric) é um conceito muito utilizado nas obras que examinam esta matéria. Faz parte da estratégia chinesa procurar armamento assimétrico, métodos não-convencionais que permitam, perante um adversário com capacidades notoriamente superiores, diminuir-lhe a vantagem. Trata-se de diminuir o valor da superioridade (Colin, 2009).

Em artigos militares chineses é cada vez mais frequente a utilização do termo *Shashoujian*, normalmente traduzido para inglês como *Assassin's Mace*²⁹. Embora não se consiga saber com segurança a que se refere o termo, podemos, no entanto, conjecturar que seja um elemento assaz destrutivo, como uma ogiva nuclear, um míssil capaz de destruir grandes embarcações, ou uma infraestrutura bastante avançada de guerra informática, que corrompa os sistemas de transporte, a matriz de comunicação ou a rede elétrica de um determinado Estado. De facto, Christopher Twomey (2014, pp. 146-148) refere que armas de elevado grau destrutivo continuam a fazer parte da busca pela assimetria. Contudo, este termo engloba, presentemente, uma significação mais abrangente onde não se inserem apenas *silver bullet weapons*, mas também a integração de sistemas, a capacidade de realizar operações conjuntas, bem como as capacidades de Informação, Vigilância e Reconhecimento.

Este aspecto está totalmente em conformidade com a promoção do “Desenvolvimento Científico” por Hu Jintao: o desenvolvimento científico das forças armadas chinesas é essencial para que estas estejam aptas a combater nas guerras actuais, altamente exigentes a nível tecnológico. Esta conexão entre “Desenvolvimento Científico” e necessidades de desenvolvimento tecnológico na área militar está plasmada nos crescentes esforços de aprofundar a informatização e natureza científica do treino do EPL (Twomey, 2014, pp. 150, 151).

Na perspectiva das autoridades norte-americanas, as capacidades A2/AD são uma área que Pequim pretende reforçar, o que é conivente com a relevância que a defesa da soberania e integridade territorial tem para o *Zhongnanhai*

Um instrumento de medição da importância das técnicas de A2/AD é o investimento em equipamento militar que permite desenvolver a capacidade de anti-acesso. Estas capacidades são bastante importantes para a Marinha do EPL, pois quase todas as disputas fronteiriças terrestres que envolvem a China foram parcialmente

²⁹ Uma possível tradução para a língua portuguesa é o bastão do assassino. É um termo que deriva de um conto popular chinês sobre uma arma que um herói costumava carregar e que lhe permitia vencer adversários mais fortes.

resolvidas, sendo que o foco de tensão recai, actualmente, sobre as disputas no Este e no Sul do Mar da China, tendo sempre a questão de Taiwan em atenção. Estes três palcos, com forte componente marítima, exigem capacidades que neguem o acesso de um possível adversário ou litigante. Na Marinha, o reforço das capacidades A2/AD fica bem patente na frota de destroyers com mísseis teleguiados (tanto os *Sovremny* importados da Rússia, como os chineses *Lu Zhou*), uma numerosa frota de pequenos barcos lança-mísseis, bem como submarinos bastante silenciosos (tanto os importados à Rússia da classe *Kilo*, como os indígenas da classe *Yuan*). Os submarinos são, porventura, a capacidade mais importante do EPL nas operações A2/AD. A localização de um submarino silencioso é uma das tarefas militares mais difíceis (McDevitt, 2011, p. 207). Este equipamento está apto a lançar mísseis de cruzeiro antinavio, alguns deles muito capacitados, capazes de contrariar os dispositivos norte-americanos equipados com o sistema de defesa antimíssil Aegis.

Podemos observar exemplos onde este ramo do EPL foi chamado para negar o acesso a uma determinada área. Por exemplo após aquisição das ilhas *Diaoyu/Senkaku* pelo governo japonês, o envio de patrulhas marítimas regulares nas imediações das ilhas teve o intuito de demonstrar as pretensões chinesas de controlo das ilhas. Numa outra situação, Pequim aproveitou o aprisionamento de pescadores chineses, que pescavam junto do recife *Scarborough* por parte das autoridades filipinas, para conseguir o controlo do recife (Glaser & Pal, 2014, p. 10). Ainda no Sul do Mar da China, o início da década de 90, o EPL construiu um aeródromo na Ilha Woody, pertencente às *Paracel*, e montou uma antena parabólica no recife *Mischief*, que faz parte das *Spratly* (Severino, 2010, p. 42; Yuan, 2006), *modus operandi* que continua a ser aplicado por Pequim.

O relatório de 2014 do Departamento de Defesa norte-americano referente à RPC, refere o controlo e domínio do espectro da informação como pré-requisito essencial à estratégia A2/AD. Reconhece-se a eficácia da medida como forma de uma potência se superiorizar, colocando-se em posição vantajosa face a um adversário, através do controlo e bloqueio da informação. A observação por parte das chefias militares chinesas das operações norte-americanas, levou à conclusão de que o espaço é essencial para a Guerra da Informação (Department of Defense, 2014, pp. 30-32). Entre 2006 e 2012, a RPC lançou 16 satélites *Yaogan*, destinados a experiências científicas: a reconhecer recursos naturais e a prevenir catástrofes, através das pesquisas efectuadas. Para além desta classe de satélites, a RPC lançou satélites das classes *Tianhui*, *Huanjing*, *Ziyuan*, *Haiyang*, *Fengyun* e *Beidou* (Department of Defense, 2014). Estes satélites têm

diferentes funções, desde mapeamento do território, pesquisa de recursos naturais, investigação climática, monitorização de desastres, comunicação ou experiências científicas (Department of Defense, 2014, p. 11). Estava previsto o lançamento de mais 100 satélites chineses ao longo do ano 2015. Em simultâneo, a RPC está a desenvolver um programa para limitar o acesso ao seu espólio espacial em tempo de conflito.

O EPL olha para a Guerra da Informação como algo essencial tanto em tempos de guerra como em tempos de paz, pois a soberania da informação é parte importante do poder nacional de um Estado (Cordesman, 2014, p. 128). A *Information Warfare* é parte importante da doutrina de Guerra Local, que prevê que o EPL seja capaz de, rapidamente, obter a supremacia tecnológica, ou de aceder e processar informação numa rede de Informação, Reconhecimento e Vigilância eficaz. O EPL criou a *Integrated Network and Electronic Warfare*, para organizar e estruturar as suas forças no sentido de obter a supremacia da informação no princípio de um conflito, ou mesmo antes (Cordesman, 2014, p. 125)

A Segunda Artilharia (SA) desempenha também papel importante para a obtenção de uma capacidade A2/AD eficiente, dado que através dela se consegue resolver a questão da assimetria sem contacto directo com as forças adversárias, usando armas de tal forma destrutivas que, mesmo sendo o seu detentor mais fraco no total das forças militares, repele o adversário e pode prevenir o início de uma guerra. Como explicado anteriormente, as capacidades de *deterrence* estratégica (*zhanlue weishe*) e de contra-ataque nuclear da SA estão a ser fortemente melhoradas (People's Republic of China Ministry of National Defense, 2013). Através do desenvolvimento das capacidades da Segunda Artilharia, as autoridades chinesas procuram deter forças adversárias e impedi-las de conduzir exercícios ou missões no espaço por elas delimitado. Num relatório elaborado pelo US National Air and Space Intelligence Center, refere-se a contribuição da Segunda Artilharia do EPL para o aumento das capacidades de A2/AD e de *deterrence* a nível regional:

China continues to maintain regional nuclear deterrence, and its long-term, comprehensive military modernization is improving the capability of its ballistic missile force to conduct high-intensity, regional military operations, including “anti-access and area denial” (A2/AD) operations. The term A2/AD refers to capabilities designed to deter or counter adversary forces from deploying to or operating within a defined space. Currently, China deploys the nuclear armed CSS-2, CSS-5 Mod 1, and CSS-5 Mod 2 for regional nuclear deterrence. China is also

acquiring new conventionally armed CSS-5 MRBMs to conduct precision strikes. These systems are likely intended to hold at-risk or strike logistics nodes, regional military bases including airfields and ports, and naval assets. Notably, China has likely started to deploy the DF-21D, an ASBM based on a variant of the CSS-5 (US National Air and Space Intelligence Center, 2013).

A lógica base da dupla *deterrence*, segundo Anthony Cordesman, é que, através do desenvolvimento de um arsenal misto de mísseis convencionais e nucleares, se neutralizem potenciais adversários da RPC. O autor sublinha a importância dos mísseis de cruzeiro na estratégia A2/AD. Recorde-se que o EPL detém uma variada gama de mísseis de cruzeiro, que podem ser lançados da terra, ar ou mar, quer à superfície quer debaixo de água (Cordesman, 2014, p. 312). Para além disso, o mesmo autor refere ainda as capacidades anti-satélite da SA do EPL, que podem impedir a recolha de informação sobre o seu território por parte de potenciais adversários.

4.1.2 – As Forças Armadas Chinesas nas Organizações Regionais

O papel das organizações multilaterais regionais e internacionais para a consecução do objectivo de defender a soberania e integridade territorial chinesa não deixa de ser importante para este estudo, em particular, como é que a segurança multilateral e a utilização do vector militar dentro deste quadro podem contribuir para este objectivo da política externa chinesa.

Um aspecto marcante do Novo Conceito de Segurança foi a catalisação e o fortalecimento das relações bilaterais e multilaterais da RPC. O estímulo das relações da China com o mundo iniciou-se com o fortalecimento das relações bilaterais, em especial com a Rússia, alargando-se mediante a inclusão da China em programas de segurança multilaterais, como é o caso do Fórum Regional da ASEAN em meados da década de 90, ou da sua participação na criação de novos mecanismos de segurança multilaterais, como é o caso da Organização de Cooperação de Xangai (SCO, em inglês *Shanghai Cooperation Organization*) (Gill, 2007, p. 29). Estes são dois casos paradigmáticos da participação da RPC em órgãos de discussão multilateral.

Em relação à ASEAN, a China estabeleceu contactos oficiais com a organização quando as suas relações bilaterais com os seis Estados que naquela altura a compunham não se encontravam completamente normalizadas, no ano de 1991. Neste ano, o

Ministro dos Negócios Estrangeiros chinês, Qian Qichen, foi convidado a comparecer na cerimónia de abertura do Encontro de Ministros dos Negócios Estrangeiros da ASEAN. Desde então, estreitaram-se as relações entre as duas partes. Em 1994, a RPC participou no Fórum Regional da ASEAN, obtendo o papel de Parceiro de Diálogo Consultivo, estatuto que seria elevado em 1996 para Parceiro de Diálogo Completo. Em 1997, o Presidente Jiang Zemin e os líderes dos países membros da ASEAN, do Japão e da Coreia do Sul, organizaram a primeira cimeira deste género, e anunciaram que tinham acordado estabelecer uma parceria de boa vizinhança e confiança mútua entre RPC e ASEAN. Esta foi a primeira cimeira da ASEAN +3, que reúne os Estados-Membros da ASEAN mais os três Estados mencionados. Em 2003, é assinado o documento que sela a Parceria Estratégica entre a organização e a RPC (Yuan, 2006, pp. 5,6; Gill, 2007).

Vários factores terão contribuído para o rápido aprofundamento do vínculo entre China e ASEAN. Relembre-se que durante a década de 90, um leque de intelectuais e políticos norte-americanos começou a mostrar-se preocupado com o crescimento da RPC, temendo que este facto constituísse uma ameaça para o mundo (Callahan, 2005, pp. 704-707). Esta teoria mereceu boa aceitação junto dos líderes políticos do Sueste Asiático, devido à assertividade e ocasional uso da força com que a China defendia os territórios por si reclamados. Combinando este facto com a memória do que acontecera na praça de Tiananmen, Pequim considerou que este organismo multilateral (ASEAN) era bom palco para demonstrar que o seu crescimento não constituía uma ameaça para os países do Sueste Asiático. Para além disso, as sanções impostas pelos países ocidentais obrigavam a RPC a procurar mercados alternativos (Yuan, 2006, pp. 5, 6; Mitsuru, 2011; Medeiros, 2009).

Em 1992, com o intuito de prevenir o início de um conflito no Sul do Mar da China, os Estados-membros da ASEAN ratificaram a Declaração Sobre o Sul do Mar da China, que exortava à cooperação entre os Estados em áreas diversas, tais como o combate à poluição marítima, a navegação segura, a coordenação de operações de busca e salvamento, o combate à pirataria e o tráfico de drogas. A RPC não participou no delinear destes princípios, mas Qian Qichen sublinhou que o *Zhongnanhai* os subscrevia. Esta subscrição de princípios não impediu que, ao longo dos anos, a RPC tenha optado por construir instalações em vários dos recifes e ilhéus em disputa.

As questões inerentes à segurança da região têm o seu espaço de discussão no seio da ASEAN. As relações oficiais com a organização permitiram a Pequim

estabelecer diálogos de segurança com vários Estados-Membros e com a organização propriamente dita. Em 2002, China e os países da SEAN assinaram a Declaração de Conduta das Partes Envolvidas no Mar do Sul, onde se acorda a promoção da protecção ambiental marinha, pesquisa científica nos oceanos, segurança na navegação e comunicação nos oceanos, operações de exploração e salvamento e o combate ao crime transnacional, como o tráfico de droga e de armamento e a pirataria (Cai, 2015). A RPC acordou, em 2006, a patrulha marítima conjunta no Golfo de Tonkin com o Vietname (Yuan, 2006, pp. 14, 15).

A questão da pirataria é tema relevante nos diálogos de segurança China-ASEAN. Em 2002, foi assinada a Declaração Conjunta sobre Cooperação nos Assuntos de Segurança Não-Tradicional. Cinco anos mais tarde, em 2007, numa cimeira ASEAN +1, chegou-se a um acordo de cooperação militar em assuntos de segurança não-tradicional e a um acordo de cooperação na monitorização do Estreito de Malaca. Em 2009, realizou-se o primeiro encontro ministerial formal China-ASEAN para debater o crime transnacional e o primeiro *workshop* sobre segurança regional China-ASEAN com militares de alta patente (Arase, 2010, pp. 821-822).

No 16º Encontro de Líderes ASEAN-China, no Brunei, em 2013, o Primeiro-Ministro chinês, Li Keqiang, propôs cooperação em sete áreas, sendo que o aumento da cooperação marítima e o fomento da partilha na área da segurança figuravam nessas sete áreas. Li Keqiang voltou a referir um “Novo Conceito de Segurança”, que engloba uma segurança comum, cooperativa, abrangente, através do diálogo transparente. As relações com a ASEAN permitiram à RPC fomentar relações bilaterais com alguns Estados-membros. Na última década, a cooperação em matéria de segurança com a Indonésia e a Malásia tem conhecido considerável aprofundamento. Em Outubro de 2013, os líderes políticos chineses e indonésios acordaram fortalecer a coordenação e comunicação relacionada com a segurança, através de consulta a nível dos ministérios da Defesa e de diálogo a nível da Marinha. Já o encontro entre os líderes chineses e malaios, em 2012, anunciou a continuação do intercâmbio militar de alto nível e a cooperação em áreas como o treino e a segurança não-tradicional (Thayer, 2013).

O outro caso paradigmático mencionado, a Organização de Cooperação de Xangai, tem natureza distinta. Esta organização nasceu formalmente em Xangai, em Abril de 1996, quando os chefes de Estado da RPC, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão e Tajiquistão decidiram estabelecer o “Fórum dos Cinco de Xangai”. Durante este encontro em Abril de 1996, os cinco países assinaram um acordo com vista ao

fortalecimento da confiança no plano militar nas zonas de fronteira entre os Estados em causa. O acordo visava uma relação de compromisso entre os subscritores no qual comprometiam-se a não atacar militarmente um Estado subscritor, havendo direito à informação respectiva aquando da realização de actividades militares importantes nas zonas de fronteira³⁰ (Baizakova, 2013, pp. 60, 62).

Em 2001, na cimeira em Xangai, com aceitação do Usbequistão como Estado-membro, foi alterado o nome do Fórum para Organização para Cooperação de Xangai. Esta alteração foi acompanhada pelo alargamento do seu âmbito, do espaço de discussão e de cooperação entre chefes de Estado, passando para uma organização intergovernamental de cooperação económica de segurança e de actividades militares.

Esta organização permite a Pequim fortalecer as relações políticas, económicas e de segurança com os vizinhos da Ásia Central e a aprofundar a cooperação no combate ao terrorismo, separatismo e extremismo (Gill, 2007, p. 38; Shieves, 2006). Ainda que, a partir de meados da primeira década deste século, a organização expanda os seus objectivos, note-se que foi criada tendo em vista resolver questões de segurança, em especial as relativas ao terrorismo. A RPC mantém-se como um dos actores mais dinâmicos dentro da organização (Goldstein, 2005, p. 121) dado que a mesma é fundamental na consecução do macro-objectivo da política externa chinesa garantir a soberania e integridade territorial.

Em primeiro lugar, a RPC pretendia uma organização intergovernamental que facilitasse a resolução das questões das disputas fronteiriças com os países da Ásia Central. No que toca a este problema, a SCO revelou-se bem-sucedida tendo sido firmados acordos com vista à redução de forças nas zonas fronteiriças durante a década de 90. O abrandar da preocupação com as zonas de fronteira permitiu que a organização se focasse primordialmente nos três objectivos centrais da SCO acima referidos (McDermott, 2012, p. 57; Stobdan, 2008).

Com as questões fronteiriças resolvidas, atendeu-se aos movimentos separatistas no Xinjiang que procuraram alcançar a independência da região de forma activa e violenta durante a década de 90; à ocorrência de vários ataques à bomba na região do Turquestão chinês em 1992, provavelmente causados pelo generalizar de movimentos independentistas após a queda da União Soviética; e à prevenção da infiltração destes

³⁰ No fundo, trata-se de *Confidence Building Measures*, ou seja, medidas que visam reduzir a tensão ou temor que possa existir entre Estados, de forma a impedir uma escalada de hostilidades ou, neste caso, cimentar a confiança entre Estados. Tornar as acções de um Estado previsíveis para outro Estado diminui a desconfiança em relação às intenções.

movimentos em território chinês, que colocavam em risco não só a população mas também o governo chinês (Grieger, 2015). Entretanto, foram estabelecidos canais de transporte entre a RPC e os vários países da Ásia Central recém-formados, o que permitiu não só o desenvolvimento de trocas comerciais, mas também o fluxo de migrantes, aumentando a interação entre gentes turcas. A conjugação de factores contribuiu substancialmente para a penetração do pan-nacionalismo turco em território chinês. Note-se que o *Zhongnanhai* pretende evitar qualquer actividade que coloque em causa a integridade territorial chinesa. Devido à sucessão de ataques bombistas no Usbequistão e no Quirguistão no final da década de 90 por parte de grupos extremistas religiosos, as autoridades chinesas identificam estes movimentos como terroristas (Shieves, 2006, pp. 207-210), sendo que o combate a estas actividades é do interesse de Pequim e também dos países da Ásia Central, não só da RPC. A RPC, por uma questão de integridade territorial, pretende impedir as acções de movimentos separatistas, questão que é também de grande relevância para a estabilidade dos países da Ásia Central (Grieger, 2015).

De facto, é notória a cooperação militar dentro da SCO no combate a este problema, a zona permanece bem isolada, e a fronteira do Xinjiang beneficia de vigilância contínua e é utilizadora de sistemas electrónicos, forças policiais e militares. A troca de informação entre a China e os países da Ásia Central é muito forte e tem prevenido que os ataques por forças separatistas não têm recorrido a armamento sofisticado, o que atenua a letalidade do ataque e a sua expressão mediática³¹. Contudo, os esforços conjuntos no âmbito da SCO não foram suficientes para impedir a ocorrência de ataques separatistas (Grieger, 2015; Agence France-Presse in Beijing, 2014).

Outra referência importante desta organização são os exercícios combinados. Foi no âmbito da SCO que o EPL participou num exercício militar conjunto em território chinês, o *Cooperation 2003*. Este foi o primeiro exercício militar conjunto no domínio da SCO, que enfatizou medidas antiterroristas e contou com mais de mil tropas da RPC, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão e Tadjiquistão. Atente-se ainda nos exercícios levados a cabo entre RPC e Cazaquistão em 2006, que combinaram elementos da guarda fronteiriça e unidades especiais. Ou os exercícios antiterroristas intitulados Tien-shan, ocorridos em 2006 e 2011 – no último ano realizados na região autónoma do Xinjiang.

³¹ Entrevista ao Tenente-Coronel Alexandre Carriço.

Destacam-se ainda os exercícios militares denominados *Peace Mission*, iniciados por RPC e a Rússia, entretanto alargados a todos os membros da SCO (McDermott, 2012, p. 62). A evolução desta série de exercícios ao longo da primeira década do século XXI realça importantes aspectos:

1 – Entre 2005 e 2010, os exercícios evoluíram de actividades em grande escala (com carros de combate, bombardeiros e submarinos) para, de menor escala, com maior enfoque na luta contra o terrorismo. Em 2010, voltou a realizar-se um exercício de grande escala;

2 – O EPL demonstra progressos na sua operacionalização, ultrapassando as capacidades do exército russo em áreas específicas. Especialistas militares russos notaram que durante os exercícios de 2009 e 2010, a velocidade a que as Forças Armadas russas conseguiam transportar e distribuir as tropas a grandes distâncias em vários eixos estratégicos era inferior à do EPL;

3 – As capacidades demonstradas pela Força Aérea do EPL confirmam a sua aptidão para conduzir operações na Ásia central sem a obtenção prévia do direito de permanência na região, bem como uma potencial vontade política de intervir militarmente numa futura crise;

4 – Partilha por todos os Estados-membros da SCO do interesse na modernização militar;

5 – Os exercícios de 2010 pareceram ter o intuito de enviar uma mensagem internacional de que não será tolerado qualquer envolvimento externo na Ásia Central (McDermott, 2012, pp. 62-64)

Em 2014, realizou-se o *SCO Peace Mission 2014*, que juntou cerca de 7 000 tropas dos Estados-membros em exercícios antiterroristas na Mongólia Interior. Não obstante, ocorreram atentados terroristas em território chinês em 2013, bem como o primeiro atentado terrorista em Pequim no ano de 2014 (Grieger, 2015).

A Rússia, durante a sua presidência na organização em 2008-2009, procurou aumentar a eficácia da luta contra o terrorismo e reforçar o papel de coordenação da Estrutura Regional Anti-terrorista, de forma a pôr em prática o programa da organização de contrariar actividades terroristas, separatistas e extremistas (Contessi, 2010, p. 121).

Após os atentados do 11 de Setembro, a SCO tentou fazer parte da luta contra os grupos terroristas, cooperando com os EUA em diversas situações, inclusive com a criação do Centro Regional Antiterrorismo, em Biskeque, ponto de troca de

informações sobre actividades terroristas. Em consequência destas medidas, os EUA incluíram o grupo terrorista Uigur – que lhes era ignoto – na sua lista dos mais de 30 grupos terroristas registados. Embora não participando directamente nas actividades militares no Afeganistão, a SCO tem providenciado à aliança de forças que intervêm no país, notável auxílio técnico, logístico e de transporte, inclusivamente fechando a sua fronteira com este Estado e impedindo o êxodo dos talibãs para a China (Baizakova, 2013, p. 70; Gill, 2007).

Constata-se que, no âmbito da SCO, a protecção das fronteiras dos seus Estados-membros é um ponto importante da organização. Hoje em dia as fronteiras da RPC com os países da Ásia Central têm vigilância apertada, existindo uma forte troca de informação entre as várias autoridades. As autoridades utilizam esta cooperação para impedir golpes separatistas e garantir a integridade territorial chinesa e a soberania nacional sobre o Xinjiang, principalmente.

Para além deste ponto, os exercícios combinados no combate ao terrorismo têm sido bastante fomentados no seio da organização, o que desenvolve a experiência das tropas chinesas no combate a esta ameaça. Melhorando o nível dos seus militares, e tendo uma boa capacidade de resposta combinada com forças de outros países, a RPC fortalece a sua capacidade de proteger a sua população e de impedir que a integridade territorial seja colocada em causa.

4.1.3 – Taiwan

A questão da reunificação de Taiwan continua a ser parte imprescindível do objectivo de Pequim, embora as preocupações relativamente a uma declaração de independência da ilha não sejam neste momento tão elevadas. De qualquer forma, a corroborar a importância que as autoridades chinesas atribuem à questão de Taiwan, estão os exercícios militares aquando da denominada Terceira Crise do Estreito de Taiwan em meados da década de 90 e a acesa discussão interna no PCC que a precedeu.

A recusa por parte do governo de Taiwan, liderado por Lee Teng-Hui, à proposta dos “Oito pontos” atrás assinalada, colocou Jiang Zemin sob forte pressão dos sectores mais conservadores do PCC. Quando Lee visita a Universidade de Cornell, nos EUA (a sua *alma mater*), em Maio de 1995, os líderes políticos da RPC encaram este episódio como mais um passo na direcção da independência *de jure* de Taiwan e, segundo a sua

interpretação, a confiança e audácia nas posições independentistas sofria uma variação directamente proporcional ao apoio concedido pelos EUA. Desta forma, o Pequeno Grupo de Líderes para os Assuntos de Taiwan reuniu de emergência para discutir as políticas a adoptar perante aquilo que foi entendido como uma provocação por parte do governo da ilha³². Neste grupo, estavam presentes três militares que sublinharam que a garantia da soberania e integridade territorial chinesa eram tarefas primárias do PCC e do EPL e pediam que fosse assumida uma posição de força em relação à Ilha Formosa. Ao que tudo indica, os líderes civis que se opunham a esta proposição haviam perdido espaço de manobra e não conseguiram convencer os restantes da eficácia de uma posição mais moderada, alicerçada em sanções semi-económicas e políticas, que parecia ter falhado após recusa da proposta dos “Oito Pontos” e da acutilância diplomática revelada por Lee Teng-Hui (Carriço, 2006, pp. 375-377).

Posto isto, entre 21 e 25 de Julho de 1995 o EPL levou a cabo um exercício militar no Este do Mar da China, denominado Baleia Azul-5, durante o qual foram lançados seis mísseis balísticos (quatro DF-15 e dois DF-21) a 150 km da costa de Taiwan (Carriço, 2006, p. 378). Entre 12 e 25 de Agosto, uma nova sequência de exercícios militares foi efectuada pelas forças armadas da RPC, desta feita com o lançamento de mísseis a 136 km da costa da Ilha Formosa. Uma terceira série de exercícios teve início em 15 de Novembro do mesmo ano, uma semana antes do lançamento da campanha eleitoral em Taiwan. Certamente não por coincidência, estes exercícios anfíbios foram “os mais ambiciosos e complexos levados a cabo pelo EPL até então” (Carriço, 2006, p. 380). A operação contou com cerca de 18 mil efectivos, duas centenas de lanchas de desembarque e cem outros navios. O seu planeamento foi conduzido pela CMC, juntamente com elementos dos Estados-Maiores das sete regiões militares. A 1 de Dezembro, um dia antes das eleições legislativas em Taiwan, o *Zhongnanhai* anunciou a realização de novos exercícios militares que ocorreriam antes das eleições presidenciais em Março de 1996, após a descoberta de “zonas mortas” nos radares de Taiwan. Este episódio provocou uma quebra de 2,5 pontos percentuais na bolsa de valores de Taiwan num espaço temporal pouco superior a uma semana (Carriço,

³² Antes da visita de Lee aos EUA, várias situações ocorreram que aumentaram as tensões ao longo do estreito. Porventura aquela mais intensa, no Lago das Mil Ilhas em Qiandoahu três criminosos assaltaram e queimaram 24 turistas taiwaneses vivos. Embora Pequim tenha prendido os culpados apenas um mês depois e encarado a situação com seriedade, a imprensa na Formosa lançou suspeitas do envolvimento de militares do EPL no incidente. Lee Teng-Hui nada fez para apaziguar a situação, tendo afirmado que o PCC era constituído por “forças do mal” e que a RPC era um “regime de bandidos”.

2006, p. 380). A verdade é que, após a contagem dos votos, o Kuomintang perdeu 7 lugares, o Partido Popular Democrático (PPD) ganhou apenas 4, enquanto o Novo Partido – que defendia a reunificação – passou de 7 deputados para 21. Para os exercícios de Março de 1996, a RPC activou a rede clandestina de colaboradores que possuía em Taiwan com vista a descredibilizar tanto o KMT como o PPD, ameaçando ainda com a possibilidade de recorrer à utilização de armas nucleares caso os EUA decidissem uma intervenção militar. Dois testes nucleares subterrâneos, realizados no Xinjiang, tornaram mais credível essa possibilidade (Carriço, 2006, pp. 380, 381).

O General taiwanês Tang Fei afirmou que a RPC estava a mobilizar uma unidade míssil da sua base em Jiangxi para um exercício no Fujian, concluindo que os mísseis só seriam lançados no final dos exercícios militares. Na verdade, Tang Fei não estava correcto e o primeiro míssil terra-terra foi lançado a 8 de Março. Este exercício representou uma escalada em relação ao anterior, visto que as duas zonas delineadas para os mísseis aterrarem ficavam a cerca de 75 km a Oeste da costa Sul e a cerca de apenas 48 km a Este da costa Norte de Taiwan. Qualquer das zonas interceptava rotas quer marítimas, quer aéreas, sendo que as autoridades taiwanesas confirmaram que quatro mísseis caíram nas duas zonas (quatro DF-15s). Para além disto, a coincidir temporalmente com o lançamento dos referidos mísseis, o EPL agendou exercícios de tiro real em que participaram a Marinha e Força Aérea do EPL, envolvendo cerca de 10 navios e 40 aeronaves, das quais faziam parte os novos caças de combate Su-27 (Fisher Jr., 1997, pp. 172, 173).

Entretanto, a reacção dos EUA à diplomacia coerciva de Pequim conheceu também uma escalada na sua assertividade. Se durante os exercícios realizados ao longo do Verão de 1995, os norte-americanos não enviaram os meios navais que tinham no Japão, e em 19 de Dezembro apenas ostentaram o porta-aviões nuclear *Nimitz* e quatro navios de escolta, em relação aos exercícios de Março as autoridades norte-americanas demonstraram a sua preocupação, enviando 14 navios de combate para as proximidades da Ilha Formosa. Dois grupos de combate foram enviados para a zona, dois porta-aviões (primeiro o *Independence* e o *Nimitz* juntar-se-ia poucos dias depois), dois *destroyers*, um cruzador, uma fragata e dois submarinos de ataque faziam parte da frota expedida, o que resultou de um erro de cálculo chinês em não considerar a relevância do papel desempenhado pelo Partido Republicano dos EUA nesta questão, pois àquela altura detinha o controlo do parlamento americano (Carriço, 2006, p. 384; Fisher Jr., 1997).

Apesar desta demonstração de força por parte da Marinha norte-americana, os exercícios militares chineses decorreram entre 8 e 15 de Março.

Embora a diplomacia utilizada tenha sido de carácter coercivo, a RPC não tinha o ataque a Taiwan como possibilidade, tal como Liu Huaqiu, Director do Gabinete de Política Externa do Conselho de Estado e Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, havia confidenciado a Anthony Lake, um dos conselheiros de segurança nacional de Washington, durante uma visita aos EUA. Na verdade, a decisão chinesa de utilizar a força através de exercícios militares ao largo de Taiwan teve o intuito de reduzir a possibilidade de uma declaração de independência por parte das autoridades taiwanesas, clarificando que Pequim ver-se-ia obrigado a atacar a ilha caso tal sucedesse. As ameaças militares foram efectuadas para evitar um verdadeiro conflito armado no estreito de Taiwan. Este *modus operandi* seria repetido em 1999, quando o presidente Lee afirmou que considerava Taiwan um Estado separado da China, ao que Pequim respondeu com o anúncio da capacidade de utilizar a bomba de neutrões, a que se seguiram operações militares na costa situada *vis-à-vis* com a Ilha de Taiwan e ameaças de recurso à força caso fosse avançada uma declaração de independência (Carriço, 2006, p. 391). Em suma, seguem-se as orientações ancestrais de Sun Zi de “vencer o inimigo sem o combater” através de uma “demonstração de dissuasão”, em que a RPC utiliza demonstrações de força para passar a mensagem às autoridades taiwanesas de que não irá tolerar uma declaração de independência (Carriço, 2005, p. 147).

Devido a um quadro mais favorável e a um maior pragmatismo, a presidência de Hu Jintao não conheceu conflitos de maior gravidade com Taiwan. Como referido anteriormente, a subida de Ma Ying-Jeou ao poder na Ilha Formosa veio amenizar as relações entre os dois lados do estreito, dentro de um quadro de crescente confiança económica da RPC e de um pragmatismo notório da parte do seu presidente, plasmado nas políticas de reconciliação realizadas durante o mandato (Chang & Chao, 2009, pp. 103, 104). São exemplo as subvenções económicas na forma de acordos e políticas que beneficiam os agricultores, pescadores e investidores taiwaneses. O pragmatismo de Hu Jintao está exposto nas políticas que pretendem mudar a opinião da população da Ilha Formosa relativamente à reunificação (Li, 2014, p. 74). Contudo, promulga a Lei Antissecessão em 2005, que gerou alguma polémica por introduzir oficialmente a possibilidade do uso da força pela RPC no caso de uma declaração da independência da Ilha de Taiwan.

Esta questão vê a sua relevância consideravelmente exponenciada quando entendemos que o conflito pode ser palco de confrontação entre EUA e RPC. Na verdade, tal confronto já existe a nível diplomático. Mas a guerra é de tal forma impactante na vida das populações, que a simples possibilidade da sua ocorrência – por cúmulo, entre as duas maiores potências mundiais – lhe atribui grau de importância máxima. Neste sentido, urge averiguar como se prepara a RPC para a eventualidade.

Pequim reconhece a superioridade tecnológica e militar norte-americana, admitindo que, no caso da irrupção de um conflito, não será capaz de defender plenamente as suas valências de combate aéreo, e que essa superioridade aérea norte-americana tornaria hercúlea a tarefa de proteger o espaço aéreo chinês. Igualmente, a marinha chinesa não está no mesmo patamar da americana e esta, pela sua capacidade tecnológica e de operações conjuntas, teria, à partida, alguma facilidade em levar a melhor sobre a Marinha do EPL. Contudo, este cenário tem sido alvo de estudo por parte do EPL e a RPC parece ter delineado alguns planos que podem contrariar os EUA, através do desenvolvimento de capacidades assimétricas. O Tenente-Coronel Alexandre Carriço escrevia, em 2005, que “o cerne da questão gira em torno do papel das armas nucleares no emprego convencional da força”. Esclarecia que “o reconhecimento da superioridade tecnológica americana tem impellido os analistas militares chineses a procurarem o desenvolvimento de capacidades assimétricas como meio de explorarem potenciais vulnerabilidades no sistema de informação das forças militares de Washington”. Trata-se de procurar a exploração das vulnerabilidades do adversário no sentido da consecução de objectivos limitados. A degradação das capacidades de informação do adversário, a guerra electrónica através de vírus, ou “soft destruction” (*ruan cuihui*), têm merecido a atenção dos militares chineses enquanto meio para atingir essa assimetria. Os investigadores militares do EPL chegaram também à conclusão de que as capacidades de mobilidade e camuflagem serão de grande importância no caso de um eventual conflito, devido à necessidade de esconder os silos onde se encontram os mísseis apontados a Taiwan (Carriço, 2005, pp. 150-152).

A RPC tem procurado alcançar uma situação militar vantajosa neste teatro de operações em particular, e a verdade é que, as actuais capacidades militares da China continental são claramente superiores àquelas que possui a Ilha Formosa. Uma das estratégias de Pequim foi alcançar superioridade esmagadora em sistemas balísticos convencionais de curto alcance, arsenal que não necessita de tecnologia sofisticada, mas que dota as Forças Armadas chinesas de uma capacidade credível de infligir ataques

ruinosos para a sociedade taiwanesa. Em 2005, Pequim havia desenvolvido cerca de 750 mísseis deste tipo (Ross, 2006, pp. 371, 372). Notícias de que a RPC ultrapassou os EUA no número de submarinos (Russia Today, 2015) têm também um significado importante para esta matéria, representando um fortalecer claro das capacidades de anti-acesso de Pequim neste teatro de operações. Neste campo, a superioridade numérica tem valor assinalável. Embora os EUA tenham submarinos mais avançados do que a RPC – que possui poucos submarinos nucleares – a superioridade numérica na questão de Taiwan pode fazer a diferença, há uma série de estratégias capazes de retirar proveito desta vantagem³³. Já em 2006, Robert Ross concluía que as capacidades navais e aéreas desenvolvidas, combinadas com uma vasta gama de mísseis convencionais colocados ao longo da costa chinesa *vis-à-vis* a ilha de Taiwan, eram suficientes para lançar ataques devastadores sobre a Formosa, sem que a força militar norte-americana o conseguisse impedir (Ross, 2006, p. 372).

Existe ainda outra arma que os chineses desenvolveram e que pode influenciar o rumo dos acontecimentos no estreito. O *carrier killer* é um míssil que Pequim clama estar apto a destruir um porta-aviões norte-americano. De seu nome original *DongFeng-21 F*, a Marinha norte-americana afirmava em 2009 que se funcionar como é esperado, assinala a primeira vez que um míssil balístico é desenvolvido para atacar embarcações no mar com sucesso. Os navios de hoje em dia não possuem, ainda, capacidades de defesa contra um míssil balístico (United States Naval Institute, 2009). A posse deste míssil é mais uma forma de dissuasão que a RPC encontrou para impedir a declaração de independência de Taiwan. As formas de dissuasão têm que ser convincentes ou não resultam, “devem ameaçar ou infligir punições e não trocar ameaças que descambem num suicídio nuclear mútuo” (Carriço, 2005, p. 136), e quando a RPC ameaça Taiwan com o uso da força, caso a Ilha avance com uma declaração de independência, esta ameaça deve ter em conta um potencial apoio dos EUA a Taiwan. Como afirma Li Chien-Pin (2014, p. 72), a melhor moeda de troca da RPC para alcançar um acordo de paz é a promessa de não utilizar a força em troca da promessa da não independência de Taiwan. Porém, para que esta moeda de troca tenha valor, a possibilidade da utilização da força deve ser suficientemente real e atemorizante, condicionando as autoridades taiwanesas a preferir a outra hipótese. A verdade é que este entrelaçar do aumento das capacidades militares chinesas no teatro de operações de Taiwan com o estreitamento

³³ Entrevista ao Tenente-Coronel Alexandre Carriço

das relações políticas e económicas entre os dois lados do estreito, parece ter fortalecido a possibilidade de acordo (The Diplomat, 2013).

4.2 – DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

O Desenvolvimento Económico assume-se um objectivo de grande importância para a RPC, pois é factor importante no aumento de PNA de um país, sem o qual é impossível a China conseguir o seu objectivo de revitalização nacional. Note-se que o desenvolvimento económico alimenta um leque de factores: o estatuto internacional, a capacidade de influência, as capacidades de *soft power*³⁴, o acesso a recursos variados, o nível de vida da população do país, são aspectos que sofrem alavancagem com o aumento do poder económico. As autoridades chinesas afirmam que as forças armadas têm, como função, tomar parte no desenvolvimento nacional e servir a situação de desenvolvimento e reforma que o país atravessa. No *White Paper* de 2013 (People's Republic of China Ministry of National Defense) é, ainda, referido que dão significantes contributos para as economias locais, através de um apoio local activo aos projectos de infra-estruturas. O desenvolvimento científico e a educação são também área que merecem a atenção das forças armadas chinesas, tendo existido um forte investimento em programas de investigação tecnológica e no apoio à construção de escolas.

A RPC é, presentemente, um dos maiores importadores mundiais de *commodities*³⁵. Neste subcapítulo devemos notar a importância que as SLOC detêm para o desenvolvimento económico da China. Para além disto, há que atentar na interligação entre os três objectivos identificados. Repare-se que a estabilidade das fronteiras tem um valor assaz relevante para o desenvolvimento económico chinês, pois um ambiente desfavorável – com disputas territoriais acasas, o risco de separatismo – não permitiria que as autoridades chinesas se concentrassem no desenvolvimento económico do país, vector determinante na fase que a RPC atravessa. Assim, Pequim

³⁴ *Soft Power* é um conceito utilizado nas Relações Internacionais que se refere à capacidade que um país tem de afectar as preferências de outro através da cooptação em vez do uso da força ou suborno, persuadindo e atraindo para a obtenção dos resultados pretendidos.

³⁵ Segundo dados do Hong Kong Trade Development Council (2015), as importações chinesas de *commodities* (sem Hong Kong e Macau), durante o ano de 2014 atingiram o valor de quase 145 mil milhões de dólares. Este valor só é ultrapassado pelas importações norte-americanas, japonesas, sul-coreanas e taiwanesas.

manifesta fortes pretensões contributivas para um ambiente exterior estável, beneficiário do seu fortalecimento económico (Medeiros, 2009, p. 51; Tomé, 2008).

Neste aspecto, repare-se na participação do vector militar no desenvolvimento económico no quadro das organizações multilaterais. No caso da ASEAN, existe uma forte preocupação em fomentar a cooperação para monitorizar mais eficientemente o Estreito de Malaca, de forma a combater o tráfico de armamento e de droga, e a proteger as embarcações que atravessam esta importante linha de comunicação (Arase, 2010). É com este aprofundar da coordenação com outras forças armadas que, no âmbito das relações com a ASEAN, o EPL participa na protecção de embarcações que atravessam o estreito de Malaca. Sabendo que cerca de 90% do comércio da RPC com o exterior é feito por via marítima (Ma, 2011), e que a grande maioria das importações de recursos energéticos do continente africano atravessa o oceano Índico até à RPC (Erickson, 2010), podemos aferir que esta é uma SLOC relevante para a economia chinesa.

Em relação à SCO, observámos que um dos objectivos da organização é o de manter as fronteiras dos seus Estados-membros seguras, principalmente contra ameaças terroristas, separatistas e extremistas. Por um lado, o vector militar chinês participa, no âmbito da SCO, na protecção da fronteira chinesa, procurando manter a estabilidade fronteiriça para permitir que as autoridades possam concentrar os seus recursos no desenvolvimento económico do país. Por outro lado, a SCO estabelece condições que promovem com sucesso o desenvolvimento das relações económicas bilaterais, com vista a uma integração a longo-prazo (Baizakova, 2013, p. 73). Foram celebrados acordos relevantes relativamente ao transporte e venda de recursos energéticos para a China. Podemos apontar casos paradigmáticos como o oleoduto Cazaquistão-China, completo desde 2009, com cerca 2228 km de comprimento e que transportava 14 milhões de toneladas de petróleo por ano em 2013 (Energy Global, 2013), ou o gasoduto Ásia Central-China, que possui cerca de 6 800 km de comprimento, atravessando Usbequistão, parte do Cazaquistão até ao Xinjiang, e que tem capacidade anual máxima de 40 mil milhões de metros cúbicos (Gurt, 2009). A questão é que a China, impulsionada pelo seu músculo económico, começa a utilizar a organização, criada com intuítos de segurança, para um tipo de cooperação mais alargada, passando a englobar assuntos que dizem respeito, precisamente, à política energética. E, desta forma, uma organização inicialmente criada com o intuito de resolver problemas de segurança, como o terrorismo, o separatismo e o fanatismo religioso, passa também a deter um papel importante no quadro da segurança energética da RPC.

4.2.1 – Segurança Energética e das SLOC

Pequim afirma que é uma estratégia de desenvolvimento nacional essencial tornar a China uma potência marítima e proteger os mares e os oceanos, pelo imenso espaço e abundantes recursos que a China pode aproveitar. Defendo que as suas forças armadas têm a tarefa de salvaguardar os direitos chineses além-mar, bem como de reforçar a defesa das pescas chinesas e da exploração de recursos energéticos no oceano (People's Republic of China Ministry of National Defense, 2013).

Como atrás foi mencionado, a RPC é, desde Abril de 2015, o maior importador mundial de petróleo (Sheppard & Meyer, 2015), envidando esforços para diversificar as rotas de transporte mas sendo, ainda assim, compelida a utilizar SLOCs que não garantem os padrões de segurança desejados. Estão neste caso os estreitos de Malaca, Sunda, Ormuz ou Bab El-Mandeb, com problemas sérios de pirataria, sequestro e pilhagem de embarcações. Contudo, funcionam como via para boa parte das suas importações (vide Apêndice B). A instabilidade política é também uma questão preocupante para a RPC e que ocorre nos países exportadores de recursos energéticos, como a Venezuela ou o Sudão do Sul.

Esta insegurança nas rotas de transporte marítimo do comércio chinês, seja nos recursos energéticos ou mercadorias, faz com que as autoridades chinesas procurem reforçar a segurança marítima enquanto, em simultâneo, procuram rotas alternativas que apresentem riscos menos elevados. No caso específico dos recursos energéticos, nota-se uma crescente preocupação em reforçar o comércio com os países da Ásia Central, que são fontes menos expostas aos perigos das rotas marítimas.

Investigadores militares da Marinha do EPL advogam que, para resolver a problemática da falta de segurança das rotas marítimas, a RPC deve, primeiramente, explorar os recursos existentes no seu território marítimo. Para que tal seja possível, o território marítimo chinês e a sua zona económica exclusiva devem ser protegidos. Mediante o que identificámos sobre as disputas territoriais no Sul e Este do Mar da China, constata-se que esta concepção é passível de gerar conflitos. Pela mesma razão, analistas da Marinha do EPL acreditam que Pequim deve continuar a modernização e construção de um poderio naval que permita que a RPC consiga proteger a sua Zona Económica Exclusiva e explorar os seus recursos marítimos. A comprovar esta convicção estão as afirmações do Professor Tang Fuquan, da Academia Naval de Dalian, em 2006, que defende que a Marinha do EPL não deve focar-se num possível conflito

com outra Marinha, mas sim esforçar-se por defender a Zona Económica Exclusiva (ZEE) chinesa, acrescentando que a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar pode dar azo a que os conflitos relativos aos interesses marítimos se tornem violentos (Fravel & Liebman, 2011, pp. 55-59).

Desta forma, a construção de instalações militares em ilhas no Sul do Mar da China, referida no subcapítulo anterior, é uma forma de a RPC garantir o seu controlo sobre determinadas zonas de conflito. Para além disto, atente-se nos vários pequenos confrontos entre embarcações chinesas e de outros países do Sueste Asiático – principalmente Filipinas e Vietname – em disputa nas zonas de grande potencial energético (Buszynski, 2012, pp. 141, 142), o que leva à procura de maior projecção de força tendo em vista a superiorização militar na zona.

Podemos observar o *modus operandi* chinês através do sucedido no Verão de 2014 e repetido no Verão de 2015, quando Pequim instalou uma plataforma petrolífera numa zona em que a ZEE chinesa e vietnamita se intersectam e sobrepõem. Alvo de críticas por invadirem a ZEE vietnamita, as autoridades chinesas começaram a perfuração de poços de petróleo pela plataforma *Haiyang Shiyou 981* (Chen, 2014). Em 2014, a plataforma foi acompanhada por um número considerável de embarcações, nas quais se contavam vários navios rebocadores, embarcações pesqueiras e navios da guarda costeira (Yep & Ma, 2014). Este episódio foi criticado pelas autoridades vietnamitas que enviaram também embarcações de pesca e da guarda costeira para a zona onde a RPC havia instalado a plataforma. Na sequência destas acções, ocorreram pequenos confrontos, como colisão entre embarcações que ditaram o naufrágio de uma embarcação pesqueira vietnamita (Panda, 2014).

O que é interessante e demonstra a crescente assertividade chinesa nesta matéria, é o facto de Pequim ter reincidido, voltando a movimentar a plataforma petrolífera para um local onde as Zonas Económicas Exclusivas se sobrepõem: após dois meses de impasse, na Primavera/Verão do ano de 2014, a RPC acabaria por mover a plataforma para um local afastado. Entretanto, turistas e emigrantes chineses no Vietname começavam a sofrer com a onda anti-China que o episódio levantou no país do Sueste Asiático (Spegele & Khanh, 2014). Menos de um ano depois da ocorrência, apontada por alguns *media* como causa do maior afastamento entre os dois regimes desde a guerra sino-vietnamita nos anos 70, a RPC volta a colocar a mesma plataforma em acção a 167 km da costa do Vietname, meio de demonstrar que não teme a resposta do Vietname, mas também que esta matéria é de tal modo importante, que o País do Meio

arrisca um acentuar da tensão nas relações de vizinhança. Contudo, existiram outras formas de conseguir espaço para perfuração de poços de petróleo, como é o caso da compra dos direitos de exploração de 2.5 milhares de hectares no Mar do Sul da China pela Brightoil³⁶ à norte-americana *Harvest Natural Resources*. No entanto, interessa-nos esclarecer como, no plano militar chinês, é jogado este jogo.

Para além da procura por fontes de recursos naturais que diminuam a dependência chinesa das importações, é fulcral que estas sejam protegidas, até porque, por muitos recursos de que a RPC consiga os direitos de exploração, a sua necessidade é de tal ordem que acusará sempre elevado volume de importações. Sabendo que muitas das importações chinesas continuam a ser conduzidas por via marítima, os estreitos de Malaca, Sunda e Lombok são três das principais SLOC por onde as importações energéticas com destino à RPC fazem a sua viagem. Estes locais constituem pontos vulneráveis para este tipo de importação, pela insegurança e por serem zonas de grande agitação político-militar. Deste modo, a expansão das capacidades chinesas de projecção de força é, em boa parte, consequência da necessidade de Pequim proteger as suas importações (Cordesman, 2014, p. 224). Aliás, segundo o *white paper* de 2015, a China deve desenvolver uma força marítima moderna, capaz de defender os seus interesses de desenvolvimento e segurança nacional e proteger a segurança estratégica das SLOC e os interesses chineses além-mar (People's Republic of China Ministry of National Defense, 2015).

O Almirante Chefe da Marinha do EPL, Wu Shengli, afirmou, em Abril de 2009, que a RPC procedia à construção de um sistema de defesa marítimo para proteger a segurança marítima e o seu desenvolvimento económico. A verdade é que a RPC desenvolveu seis novas classes de *destroyers* e quatro novas classes de submarinos durante as últimas duas décadas, assim como colocou um porta-aviões em actividade, como já foi descrito. Ter um porta-aviões é uma compreensível projecção de força se pensarmos no alcance de tal instrumento enquanto *pivot*. É indubitável que a posse de um porta-aviões aumenta a capacidade dissuasora sobre terceiros (Carriço, 2006, p. 483).

Repare-se que, no Verão de 2015, as autoridades chinesas anunciaram a construção de uma doca para porta-aviões no Sul do Mar da China, que é neste momento a maior do mundo (Silva, 2015). A escolha da sua localização denota a importância estratégica da zona para a RPC. Este é um facto que vai permitir à Marinha

³⁶ Empresa petrolífera sediada em Hong Kong com fortes relações com o poder político central da RPC.

do EPL agilizar a eficiência das patrulhas nas SLOC, por onde transitam os recursos energéticos.

Na sequência do processo, várias embarcações consideradas obsoletas têm sido substituídas nos últimos anos por outras bastante mais modernas, especialmente a nível de navios de combate. A contrastar com a antiga frota, a Marinha do EPL possui neste momento fragatas e *destroyers* capazes de executar várias tarefas. Parecendo mais directamente relacionados com a protecção das importações de recursos energéticos, os navios-patrulha foram modernizados, tendo as autoridades chinesas substituído boa parte da frota antiga pelo novo modelo *Houbei*, que pode carregar até oito mísseis antinavio e cujo casco, desenhado para perfurar as ondas, permite atingir velocidades consideráveis. Tal conjunto de factores aumenta a capacidade chinesa de protecção das SLOC e, por consequência, das suas importações e exportações. O facto de a capacidade antissubmarino não ter sido alvo da mesma atenção por parte das autoridades chinesas, pode significar que Pequim dá prioridade ao equipamento que possa ser utilizado na protecção das importações (Cordesman, 2014, p. 230). Embora não existam fontes chinesas explicitando como se reparte o orçamento pelos vários serviços, a Marinha do EPL, mesmo sendo por vezes apontada como a área que recebe a mais pequena fatia - entre Exército, Força Aérea e Marinha -, beneficiou de forte investimento.

O último *White Paper* emitido pelo Ministério da Defesa chinês, no ano de 2015, traz novos elementos que os documentos anteriores não possuíam, embora tenham lançado as bases. Assim, um dos principais focos do *White Paper* de 2015 é a defesa marítima, adicionando a defesa dos interesses chineses além-mar como uma tarefa estratégica (People's Republic of China Ministry of National Defense, 2015). Para além de esta evolução significar que a Marinha do EPL passará de uma estratégia de defesa da costa para uma de defesa oceânica, consideramos que significa também que a RPC poderá vir a reforçar o seu controlo no Sul do Mar da China, ou envidar esforços nesse sentido. Aliás, como é referido no *White Paper* de 2013 (People's Republic of China Ministry of National Defense), explorar, proteger e utilizar os mares e oceanos e fazer da China uma potência marítima, é uma estratégia de desenvolvimento nacional essencial. O que aqui foi descrito parece apontar nessa direcção: desde a construção da doca para porta-aviões até aos exercícios militares de grandes dimensões levados a cabo na região, esta procura pelo controlo da zona é, simultaneamente, uma procura pelo controlo das SLOC, fontes de recursos energéticos e piscícolas e o consequente reforço de influência e estatuto.

A segurança marítima, e o fortalecimento das capacidades de segurança marítima, asseguram que menos embarcações são abordadas por piratas aquando da sua travessia. Ao conseguir aprofundar a cooperação militar com a ASEAN no combate à pirataria, a RPC garante também que as forças armadas de países com os quais mantém litígios não atacarão nem avançarão com provocações contra embarcações comerciais chinesas ou que transportam interesses chineses.

Por outro lado, o melhoramento das capacidades da Marinha do EPL reforça as capacidades de protecção dos interesses económicos chineses em território marítimo da RPC. Visto que muito do território marítimo que Pequim reclama como seu é disputado por outros países, o poder militar naval pode demover tentativas de outras potências de afastar a presença chinesa ou de proceder à extracção de recursos nessas áreas em disputa.

4.3 – A CONSTRUÇÃO DE UMA IMAGEM DE PODER RESPONSÁVEL

A partir da década de 90 do século XX, a ascensão económica chinesa impulsionou o surgimento de um debate, fundamentalmente nos EUA, na Europa e no Japão, sobre a questão se esta ascensão poderia representar uma “oportunidade ou uma ameaça” para o sistema internacional. A esta discussão acabaram por juntar-se autores chineses, que recorreram a conceitos já aqui referenciados – como *responsible power*³⁷ ou a própria “Ascensão Pacífica” – com vista a assegurar à comunidade internacional que a RPC não constituía uma ameaça (Callahan, 2005, pp. 701, 702).

A teoria da ameaça chinesa conhecia várias derivações. Em primeiro, a modernização militar que a RPC começava a pôr em prática e que podia desestabilizar a segurança regional estabelecida. Se assim fosse, o investimento económico chinês, ao invés de uma oportunidade, representava um perigo para os países da região; por outro lado, a raiz ideológica do governo chinês, um país comunista com um desenvolvimento económico espantoso que, a juntar a um eficiente uso do *soft power*, podia representar um modelo alternativo ao apregoado principalmente nos EUA e Europa (Broomfield, 2003, p. 266; Findley, 2011; Yi & Liu, 2012).

Contudo, a principal questão apontava para o desenvolvimento económico chinês, condição fulcral para o desenvolvimento militar. O potencial problema que esta

³⁷ Foi o Secretário de Estado norte-americano, Robert Zoellick, que primeiro propôs que a RPC fosse encarada como um *responsible power* (Yong, 2015).

situação colocava era se a RPC representava uma ameaça militar ou uma oportunidade económica (Callahan, 2005, p. 702). A percepção que alguns autores ocidentais demonstraram em relação à RPC, ao seu desenvolvimento e crescimento internacional, está bem patente na obra *Red Dragon Rising: Communist China's Military Threat To America*, na qual os autores afirmam claramente que o EPL é uma ameaça bem real para o próprio povo chinês, para toda a Ásia, para os EUA e para todos os países democráticos do mundo (Timperlake & Triplett II, 1999, p. 14). De facto, em alguns dos defensores da teoria de que a RPC representa uma ameaça à estabilidade regional, é discernível uma aversão ao PCC, cuja raiz remonta, provavelmente, à época da Guerra Fria, sendo que após os confrontos na Praça de Tiananmen, o sentimento de desconfiança adensou. Como comprova o embargo ao comércio de armas com a China por parte dos governos ocidentais, os incidentes na emblemática praça de Pequim marcaram um distanciamento entre RPC e os governos euro-americanos, que se encontravam em processo de reaproximação (Roy, 1996, p. 758).

Entretanto, o debate sobre a ameaça chinesa não desapareceu. Em Junho de 2015, foi publicado na revista norte-americana *The Atlantic* um artigo cujo título é *Just How Great a Threat is China?* (The Atlantic, 2015).

Desta forma, a RPC decidiu tomar medidas para se aproximar da comunidade internacional, em especial dos países asiáticos. Desenvolvendo ofensiva de charme através da cooperação, da diplomacia e da participação em organismos regionais ou em fóruns multilaterais de cooperação com parceiros asiáticos, de forma a manter boas relações de vizinhança, mostrando que o seu crescimento era uma oportunidade e não uma ameaça.

Na última década, o *soft power* chinês também tem vindo a estabelecer-se nos oceanos, com a Marinha do EPL a promover activamente a diplomacia naval. Entre Setembro e Dezembro de 2013, uma frota de três embarcações chinesas cruzaram pela primeira vez o estreito de Magalhães, parando na Argentina, Brasil e Chile, naquilo que constituiu um marco histórico (Office of Naval Intelligence, 2015, p. 26). Em Janeiro de 2015, outra frota de três embarcações chinesas visitaram o porto de Hamburgo, na Alemanha, como parte de uma campanha de diplomacia naval por toda a Europa. Esta foi a segunda vez que a Marinha do EPL visitou um porto alemão, sendo que o Contra-Almirante Zhang Chuanshu sublinhou a necessidade da cooperação militar sino-germânica (Gady, 2015). Em 2014, as autoridades chinesas enviaram uma frota de quatro embarcações para participar no exercício *Rim of Pacific* no Havai. Também este

acontecimento representa um marco histórico nas relações entre a Marinha do EPL e a Marinha Norte-Americana (Office of Naval Intelligence, 2015, p. 26). Também no nosso país têm existido exemplos desta diplomacia. Em 2013 a Marinha chinesa atracou em Lisboa, num acontecimento em que o embaixador chinês em Portugal aproveitou para defender uma solução pacífica para a península da Coreia (RTP, 2013).

No plano militar, o conceito de *Military Operations Other Than War* (MOOTW) assume, a este ponto, considerável importância. O EPL descreve as MOOTW como actividades militares cujo foco não é a guerra – missões de *peacekeeping*, assistência em catástrofes, missões antipirataria no golfo de Áden, contra terrorismo, apoio médico militar regional e segurança doméstica para grandes eventos (Kamphausen, 2013). Um exemplo deste tipo de operações foi a *National Extraction Operation* levada a cabo pela Marinha do EPL na Líbia, em 2011. A situação tumultuosa no país do Norte de África colocou em risco de segurança as instituições, empresas e cidadãos chineses na Líbia. As forças armadas chinesas resgataram 35 860 cidadãos chineses da Líbia, fazendo-os regressar à China, naquela que foi a maior operação de evacuação além-mar desde a fundação da RPC (People's Republic of China Ministry of National Defense, 2013). Em Abril de 2015, a RPC voltou a organizar uma missão de resgate, desta vez no Iémen, enviando uma fragata que evacuou 225 pessoas de 10 países diferentes, nenhum deles sendo a China. Esta foi a primeira vez em que militares chineses evacuaram cidadãos não-chineses numa missão de assistência humanitária (Panda, 2015).

Durante a última década, a Marinha do EPL tem promovido activamente a diplomacia naval. Entre Setembro e Dezembro de 2013, uma frota de três embarcações chinesas cruzaram pela primeira vez o estreito de Magalhães, parando na Argentina, Brasil e Chile, naquilo que constituiu um marco histórico (Office of Naval Intelligence, 2015, p. 26). Em Janeiro de 2015, outra frota de três embarcações chinesas visitaram o porto de Hamburgo, na Alemanha, como parte de uma campanha de diplomacia naval por toda a Europa. Esta foi a segunda vez que a Marinha do EP visitou um porto alemão, sendo que o Contra-Almirante Zhang Chuanshu sublinhou a necessidade da cooperação militar sino-germânica (Gady, 2015). Em 2014, as autoridades chinesas enviaram uma frota de quatro embarcações para participar no exercício Rim of Pacific no Havai. Também este acontecimento representa um marco histórico nas relações entre a Marinha do EPL e a Marinha Norte-Americana (Office of Naval Intelligence, 2015, p. 26). Também no nosso país têm existido exemplos desta diplomacia. Em 2013 a Marinha chinesa atracou em Lisboa, num acontecimento em que o embaixador chinês

em Portugal aproveitou para defender uma solução pacífica para a península da Coreia (RTP, 2013).

4.3.1 – Missões de *Peacekeeping*

A RPC afirma que o seu desenvolvimento e segurança estão relacionados com a paz e a estabilidade no mundo. Segundo o *White Paper* de 2013 (People's Republic of China Ministry of National Defense), é no sentido de fomentar a paz mundial e a estabilidade regional que a China vai continuar a aumentar a cooperação com forças armadas de outros países, bem como participar em missões de segurança internacional. Pequim sublinha a participação do EPL em missões de manutenção da paz no âmbito da ONU, defendendo que as forças armadas chinesas respeitam estritamente todas as normas e leis dos Estados anfitriões, bem como os hábitos e religiões locais, ganhando, assim, o respeito de todas as populações com que contacta.

As autoridades chinesas são peremptórias na recusa em constituir alianças com outros Estados ou fazer parte de blocos militares como a NATO. Pequim critica esta organização, especialmente os EUA, pela manutenção de uma mentalidade de Guerra Fria (Zhao, 2004, p. 81; Wee, 2014). Em consequência, procura um *modus operandi* diferenciado, de forma a incluir as suas forças armadas em actividades militares. A este aspecto realce-se que a RPC sempre considerou as Nações Unidas como um órgão com legitimidade para tomar decisões relativas à segurança internacional, sendo a partir deste organização multilateral que Pequim tem muitas vezes procurado participar em exercícios e missões a nível militar.

A participação do país em missões de *peacekeeping* da ONU, *juntamente com* assistência em catástrofes, missões antipirataria no golfo de Áden, contra terrorismo, apoio médico militar regional e segurança doméstica para grandes eventos, são actividades militares descritas pela EPL cujo foco não é a guerra (*military operations other than war*, MOOTW) (Kamphausen, 2013). A participação nas MOOTW não deixa de estar subjacente ao interesse da RPC de mostrar que é um Estado responsável, Nas palavras do Vice-Chefe do Estado-Maior do EPL, proferidas numa entrevista em 2006, :

China is a peace-loving country. In addressing grave issues involving peace and security, we are a responsible country (...) Chinese peacekeeping activities demonstrate our country's image as a

responsible superpower. The quality of our troops is highly praised by international organizations and other countries [and] in the course of our peacekeeping activities under the UN Charter, China sets a glorious example (Richardson, 2011, p. 288).

Nesta afirmação podemos confirmar a estreita relação entre a participação das forças armadas chinesas em missões de *peacekeeping* e o intento do País do Meio de ser considerado um Estado responsável, afirmando-se como um país “amante da paz”. Este tipo de missões sob a bandeira das Nações Unidas serve também o interesse em refazer qualitativamente a imagem que o mundo tem do País do Meio.

A RPC tem vindo a aumentar o envio de tropas para as missões de manutenção da paz da ONU, num tempo de sobrecarga na capacidade operacional da organização, sendo que as autoridades chinesas são bastante específicas no tipo de tropas que enviam: forças policiais individuais e oficiais de ligação, ao mesmo tempo que unidades de polícia constituída, habituadas a trabalhar em equipa; e ainda, tropas especializadas em Informação, Vigilância e Reconhecimento, neutralização de materiais explosivos ou saúde que colmataram necessidades comuns e urgentes nos exércitos de países africanos (Richardson, 2011).

É com Jiang Zemin que a RPC inicia a sua participação em missões de *peacekeeping* da ONU. Colaboração que começa por ser cautelosa, testando o envio de unidades de engenharia ou de observadores, tentando mobilizar escassa força de combate. Em 1989, a RPC incluiu 20 observadores militares chineses no Grupo de Assistência das Nações Unidas para o Período de Transição (UNTAG) e em 1992 enviou 400 engenheiros e 49 observadores militares para a Autoridade provisória das Nações Unidas no Camboja (Huang, 2011, p. 258). Em 1997 dá-se o salto qualitativo e quantitativo. Com o novo conceito de segurança, a China participa em pequenos exercícios multilaterais que ocorrem sobretudo na Ásia e são essencialmente navais. Desta forma, o EPL treinava manobras e exercícios militares ao mesmo tempo que reabilitava a sua imagem. Recorde-se que, com o Presidente Jiang Zemin, a modernização militar ganha novo ímpeto e que, se a aquisição de experiência através da prática é um aspecto importante para a consecução de um verdadeiro *upgrade* no âmbito militar, pode igualmente gerar controvérsias indesejáveis. Ora, sob a bandeira das Nações Unidas, os militares chineses obtêm experiência no terreno, sem suscitar discórdia.

Em 2005, Hu Jintao frisou que em regiões nas quais emergissem conflitos, assegurar o Estado de Direito e da Justiça devia passar a ser parte integrante do esforço geral para alcançar a paz e a estabilidade, protegendo assim interesses dúplices, os das populações locais e os interesses da estabilidade social. Isto no seguimento de uma declaração segundo a qual a China apoiava uma estratégia abrangente em que estivessem patentes a prevenção, restauração e manutenção da paz e a reconstrução pós-conflito. Esta é uma evolução no entendimento chinês do conceito de soberania. Repare-se como a concepção de inviolabilidade da soberania dos Estados sofre uma alteração em favor das intervenções externas. Certamente, a concepção chinesa não passou a ser similar à norte-americana: a China aceita que, em situações específicas, o direito de proteger pode-se sobrepor ao direito de um Estado à sua soberania. Isto acabou por levar a que Pequim seja hoje, no âmbito da ONU, responsável por um debate que divide os apologistas do direito a proteger, “R to P”, e os apologistas da *responsible protection*. Esta mudança foi fruto de um forte debate interno durante os anos 90, em que académicos, políticos e advogados reavaliaram a importância que conceitos como soberania, *peacekeeping* e recursos humanos detinham junto da comunidade internacional. Constatou-se que seria benéfico para a imagem da RPC flexibilizar o seu *modus operandi* e a sua retórica em relação a estas questões. Na publicação *Zhongguo Faxue* (Estudos Legais da China), o número de artigos que abordam as obrigações do Estado para com os cidadãos aumentou; a China admite, pela primeira vez, a ingerência da comunidade internacional na política interna, caso um Estado falhe as suas responsabilidades básicas para com os cidadãos. (Huang, 2011, pp. 258-260).

Posto isto, no ano de 2002, a RPC participa no Sistema de *Standby Arrangement* das Nações Unidas. Em 90 dias, a China reservou um batalhão de 525 engenheiros, uma unidade de 25 médicos e companhias de transporte constituídas por 160 pessoas, todas elas prontas para entrarem ao serviço com outras forças das Nações Unidas (Huang, 2011, p. 263). A verdade é que o profissionalismo dos oficiais do EPL tem sido elogiado dentro da ONU, o que fez com que, em 2007, um oficial chinês tenha sido, pela primeira vez, apontado para ocupar um quadro superior³⁸ (Huang, 2011, p. 263). Em 2011, aproximadamente três quartos das actividades de manutenção da paz em que militares chineses participavam estavam localizadas no continente africano, actuando com eficácia na reconstrução pós-conflito em países como a Libéria, Sudão do Sul,

³⁸ Neste caso referimo-nos ao Major-General Zhao Jingmin, que foi nomeado Comandante das forças para a missão no Sahara Ocidental

República Democrática do Congo e Costa do Marfim (Huang, 2011, p. 264). Contudo, a participação da RPC em missões da ONU em África e aquilo que é o apoio directo chinês aos países africanos – referido anteriormente – não deve ser confundido. Note-se que as relações bilaterais entre China e alguns Estados africanos têm frustrado oficiais das Nações Unidas devido à impossibilidade de acesso a informações relativas às mesmas. Neste âmbito, ressaltamos o esforço de Pequim para encontrar um equilíbrio entre os dois vectores da sua actuação: por um lado, a valorização do profissionalismo das suas unidades nas missões *peacekeeping* da ONU e a mostra da sua benevolência na construção de estradas, melhoramento de infraestruturas e assistência médica; por outro, a desconfiança criada pelas relações empresariais e estatais, pela exploração e compra de recursos energéticos no continente africano e pela migração de mão-de-obra chinesa para os países com os quais a RPC mantém este tipo de relação (Huang, 2011, pp. 264, 265).

De acordo com os dados fornecidos pelas Nações Unidas, a RPC contava, em Agosto de 2015, com um total de 3 079 *peacekeepers* da ONU, distribuídos pelas diferentes missões que a Tabela 1 identifica.

TABELA 1 - PARTICIPAÇÃO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA EM MISSÕES DE PEACEKEEPING DA ONU

Missão	Nº de Força	Tipologia
MINURSO (Missão das Nações Unidas para o referendo no Saara Ocidental)	10	Peritos em Missão
MINUSMA (Missão de Estabilização Multidimensional Integrada das Nações Unidas no Mali)	402	Contingente de Tropas
MONUSCO (Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo)	226	Contingente de Tropas (221) Peritos em Missão (5)

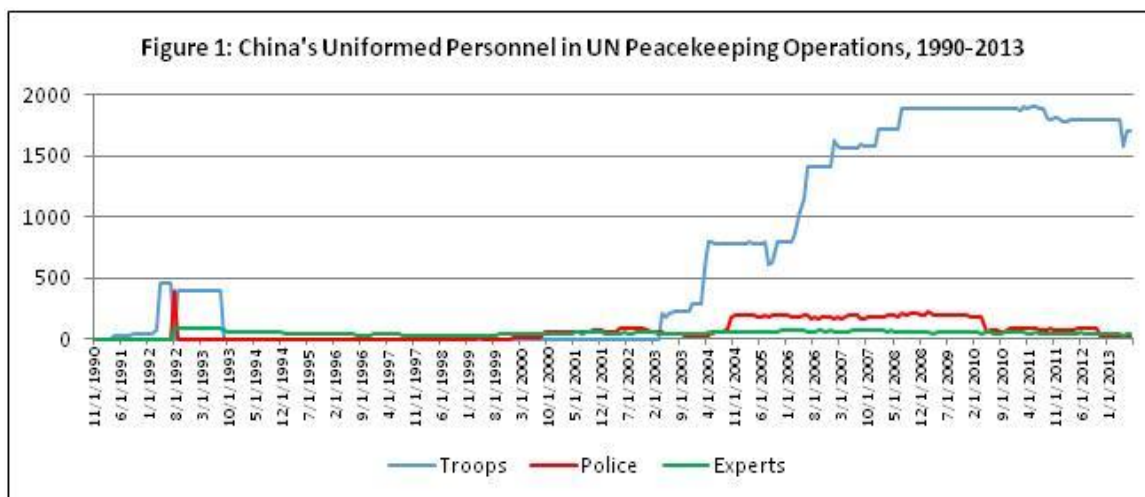
UNAMID (Missão das Nações Unidas e da União Africana em Darfur)	231	Contingente de Tropas (225) Peritos em Missão (6)
UNFICYP (Força das Nações Unidas para Manutenção da Paz no Chipre)	2	Polícia Individual
UNIFIL (Força Interina das Nações Unidas no Líbano)	418	Contingente de Tropas
UNMIL (Missão das Nações Unidas na Libéria)	710	Contingente de Tropas (564) Peritos em Missão (2) Polícia Individual (4) Unidade de Polícia Constituída (140)
UNMISS (Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul)	1070	Contingente de Tropas (1052) Peritos em Missão (3) Polícia Individual (15)
UNOCI (Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim)	6	Peritos em Missão
UNTSO (Organização da ONU Encarregada de Vigiar as Tréguas)	4	Peritos em Missão

Fonte: Adaptada da página *online* da ONU: http://www.un.org/en/peacekeeping/contributors/2015/aug15_3.pdf

A partir da leitura da tabela podemos constatar que actualmente a participação chinesa em missões de manutenção da paz, no quadro das Nações Unidas, não se restringe à peritagem. Há mais de dois milhares de tropas chinesas espalhadas pelo mundo no cumprimento de missões delineadas por este organismo. Confirma-se a predominância de missões em África, para cujos países a RPC envia centenas de tropas,

a operarem sob o comando da ONU. Esta tendência evolutiva pode ser observada no quadro 4.

QUADRO 4 - CAPACETES AZUIS CHINESES EM OPERAÇÕES DE PEACEKEEPING DA ONU, 1990-2013



Fonte: providingforpeacekeeping.com

A partir de 2003, observamos que o envio de tropas chinesas para este tipo de missões aumenta de forma quase constante até 2008, altura em que sofre estagnação. Ainda assim, comparando os números do século XXI com os do final do século XX, podemos constatar a progressiva relevância que Pequim atribui a este aspecto da sua política externa. Evan S. Medeiros (2009, pp. 170-171) menciona que as autoridades chinesas valorizam a ONU e pretendem que esta seja a instituição multilateral mundial onde a RPC promove a sua visão do sistema internacional e daquilo a que chama “Democracia nos assuntos internacionais”. Neste sentido, é interessante notar como a RPC sempre louvou a ONU como “a cidade” da cooperação multilateral e sempre votou contra o alargamento da composição do Conselho de Segurança da ONU a países como o Brasil. É igualmente relevante mencionar outro dado referido pelo mesmo autor, quando a RPC exerceu o direito de veto. Na verdade, a China utilizou, por duas vezes, o seu direito de veto para impedir missões de *peacekeeping* a países que reconheciam Taiwan, sendo que só utilizou este direito por seis vezes. De qualquer forma, a ideia mais importante que Medeiros expõe é a prioridade que a RPC dá à organização como palco onde pode reforçar a sua imagem de Estado responsável, e como tem utilizado as suas acções no seio do Conselho de Segurança para promover este estatuto. Esta motivação reflecte-se na participação chinesa nas missões de *peacekeeping*, para as

quais tem contribuído mais do que qualquer outro membro permanente do Conselho de Segurança (Medeiros, 2009, p. 171).

4.3.2 – O *Peace Ark*

O *Daishandao*, mais conhecido por *Peace Ark*, é um Navio-Hospital inaugurado em 2008 e é o primeiro navio deste tipo construído pela indústria chinesa, com capacidade para 300 camas. A decisão de Pequim de construir um navio com funções de hospital, nasceu da admiração chinesa aquando do auxílio prestado pelo Navio-Hospital norte-americano *USNS Mercy* às vítimas do *tsunami* de 2004 (Kamphausen, 2013). Este navio realizou várias actividades um pouco por todo o globo, naquilo que Pequim denominou “Missão Harmonia”. Esta missão tem o intuito de prestar assistência médica no estrangeiro e teve início em 2010 quando o *Peace Ark* foi enviado em missão para o Golfo de Áden com uma tripulação que incluía 100 médicos, tendo visitado e prestado assistência médica em países como o Djibouti, Quênia, Seychelles e também no Bangladesh, embora este país não faça parte da costa oriental africana. A Missão Harmonia de 2011 teve a América Central como alvo, tendo o *Peace Ark* prestado assistência em vários países das Caraíbas – Cuba, Jamaica, Trindade e Tobago e Costa Rica (Allen, 2011, pp. 481, 482). Em 2013 o Navio-Hospital voltaria a operar no Oceano Índico, tendo efectuado paragens na Índia, Brunei, Maldivas e Paquistão (Embassy of The People's Republic of China in the Republic of India, 2013).

Englobado na perspectiva chinesa de MOOTW, o *Peace Ark* permite à RPC e à Marinha do EPL, um acesso a águas distantes, especialmente no Oceano Índico, de uma forma que não é considerada ameaça, como defende Roy Kamphausen (2013). Nenhum Estado acusará a China de segundas intenções quando o que está em causa é assistência médica em países considerados em vias de desenvolvimento. Desta forma, Pequim utiliza as suas capacidades militares na construção de um perfil de Estado responsável procurando tranquilizar a comunidade internacional e, ao mesmo tempo, consegue que a sua marinha obtenha experiência na navegação em águas distantes. Objectivamente, este desempenho do EPL integra a pretensão de Pequim de construir uma imagem positiva da RPC, uma imagem de Poder Responsável que utiliza as suas forças armadas de forma altruísta, de modo a beneficiar outros países.

4.3.3 – As Missões no Golfo de Áden

O Golfo de Áden, entre a Somália e o Iémen, é parte integrante da via marítima utilizada para fazer chegar os produtos chineses à Europa. Note-se que a RPC é o principal exportador para a UE, como indicam dados do Parlamento Europeu, segundo os quais em 2012 a RPC representava 16,5% do total de importações da UE (Parlamento Europeu, 2014), e que a UE representava, em 2013, 15,5% do total das exportações chinesas (World Trade Organization, 2014). Além de que, e como já anteriormente referimos a maioria das importações energéticas da China são feitas por via marítima, sendo África uma fonte de abastecimento cada vez mais importante para Pequim, constatamos que boa parte dos recursos energéticos africanos com destino ao País do Meio atravessam o oceano Índico em que cerca de 40% das embarcações são chinesas (Erickson, 2010, p. 298). Paralelamente, devido aos numerosos recursos piscícolas das águas em questão, é no corno de África que operam muitos navios chineses de pesca de alto mar. No ano de 2008, estima-se que um quinto das 1 265 embarcações (chinesas e ao serviço da China) foram atacadas por piratas somalis. (Erickson, 2010, p. 298). Este tipo de informação é importante quando analisamos as missões chinesas no Golfo de Áden, até porque é precisamente no ano de 2008 que elas se iniciam.

Em primeiro lugar, vejamos que força foi empregue pela Marinha do EPL desde que a RPC decidiu iniciar a missão antipirataria no corno de África em Dezembro de 2008. No dia 26 do referido mês, dois *destroyers* saíram de Sanya com intuito de combater a pirataria no Golfo de Áden. O *destroyer Wuhan*, da classe *Luyang*, acompanhado pelo *destroyer Haikou*, da classe *Luyang-II*. Com eles seguia um navio de abastecimento. Três meses depois, os dois *destroyers* eram substituídos por outras duas embarcações militares, desta feita uma fragata – *Huangshan*, da classe *Jiangkai II* – e um outro *destroyer* – *Shenzhen*, da classe *Luhai*. 112 dias depois, os três navios em missão foram substituídos por duas fragatas e um novo navio de abastecimento, sendo que as duas fragatas que constituíam a terceira frota no Golfo de Áden eram a *Zhoushan* e a *Xuzhou*, ambas da classe *Jiangkai-II*. Três meses depois, em Março de 2010, duas fragatas da classe *Jiangkai I* – *Ma'anshan* e *Wenzhou* – substituíram as anteriores (Erickson, 2010, pp. 302-305). Fazer a cronologia de todas as frotas destacadas para as referidas missões seria tarefa que necessitaria uma análise bastante pormenorizada. Portanto, note-se apenas que, em Abril de 2015, a RPC enviou a 20ª frota para o corno

de África, constituída pelo *destroyer Ji'nan* da classe *Luyang-II* e pela fragata *Yiyang* da classe *Jiangkai-II*, e equipada com 2 helicópteros integrados nos navios (China Military Online, 2015). Serve esta descrição para explicar como as autoridades chinesas seleccionaram alguns dos mais modernos e avançados navios construídos na China, para além de experientes e distintos oficiais, na realização desta missão. Estas medidas corroboram a importância atribuída por Pequim à operação, mas sugerem igualmente que a Marinha do EPL vê a tarefa como uma oportunidade para testar os novos sistema e obter experiência em ambientes de navegação moderna (Erickson, 2010, p. 303).

Andrew S. Erickson (2010, p. 300) defende que os motivos oficiais avançados pelas autoridades chinesas para que a RPC se tenha juntado à luta contra a pirataria nas águas do Golfo de Áden não explicam completamente esta movimentação. Não obstante, os argumentos oficiais concordam com a ideia de que a missão chinesa no corno de África constitui uma parcela das políticas que visam assegurar à comunidade internacional que a RPC é um Estado responsável e o seu crescimento não representa uma ameaça. Liu Jianchao, porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC, afirmou que Pequim enviaria navios no intuito de combater uma séria ameaça ao comércio e segurança nos oceanos (Erickson, 2010, p. 299). Em simultâneo, oficiais do EPL asseguravam que esta acção não violava a política não-intervencionista da RPC. Para além da protecção às embarcações chinesas, a missão tinha ainda em vista proteger barcos de organizações internacionais como os do Programa de Alimentação Mundial da ONU, e acabou por proteger embarcações não-chinesas que lançaram pedidos de auxílio (People's Republic of China Ministry of National Defense, 2013).

Tanto o governo chinês como a Marinha do EPL frisaram que a missão se restringia às águas territoriais da Somália. Consideravam que o seu objectivo era a detenção de piratas que atacassem as embarcações e não a procura activa de piratas em águas territoriais de um país estrangeiro (Erickson, 2010, pp. 299, 306, 307). O comandante da Marinha, Wu Shengli, afirmou que esta era a primeira vez que a RPC protegia os seus interesses estratégicos no exterior com força militar (The Guardian, 2008). Erickson concorda que toda a situação representou uma oportunidade para que se procedesse a uma mudança de paradigma: a RPC era o único membro permanente do CS da ONU que não havia ainda participado em operações internacionais de segurança marítima, surgindo as missões antipirataria como quadro ideal para começar a agir como Poder Responsável. Este é, segundo a nossa visão, o cenário que confere a Pequim os ingredientes ideais para demonstrar a benignidade que envolve o

fortalecimento das forças armadas chinesas: um Estado responsável que pretende dar um *upgrade* às suas forças armadas, de forma a poder auxiliar outros países e organizações de assistência humanitária em questões transversalmente vistas como nocivas para a população mundial, como é o caso da pirataria. Prova o seu respeito pela soberania de um Estado terceiro demonstrando que, ao contrário dos EUA, a RPC não pretende uma ingerência nos assuntos internos de outros países e muito menos intervir militarmente no seu território, ou seja, é uma oportunidade e não uma ameaça. Na verdade, esta ideia fica vincada pela recusa da missão chinesa em extravasar para o território terrestre da Somália, muito embora essa possibilidade tenha sido unanimemente ratificada pelo CS da ONU e tenham existido, por parte do embaixador da Somália na China, pedidos específicos para a participação do EPL neste tipo de incursões (Erickson, 2010, p. 306).

Não devemos ignorar o que foi referido anteriormente em relação à protecção responsável (*responsible protection*) que a RPC incorporou na sua retórica devido a um processo de discussão e estudo que os chineses desenvolveram sobre a matéria. A mudança de paradigma que observamos na missão chinesa de antipirataria no Golfo de Áden parece fazer parte do mesmo processo: a RPC discorda do *Right to Protect* apregoado pelos EUA e plasmado nas intervenções militares norte-americanas e da NATO em países como o Iraque ou Líbia. Porém, Pequim é receptivo a participar em intervenções militares, caso as considere responsáveis. As autoridades chinesas debateram qual o papel que poderiam desempenhar as MOOTW, chegando à conclusão que podiam incrementar o *soft power* chinês, enquanto Poder responsável na manutenção da ordem marítima global. Aquando do *tsunami* no Sueste Asiático em 2004, o EPL foi incapaz de prestar auxílio às regiões afectadas pela catástrofe, facto notado em todo o mundo, especialmente no continente asiático. Terá sido esta experiência que levou os estrategas chineses a avaliar o papel deste tipo de operações militares como potencialmente significativas para o objectivo da RPC de construir uma imagem de si própria como Poder Responsável (Christoffersen, 2010, p. 4).

Contudo, somos levados a concordar com Andrew Erickson, quando advoga que existiram mais motivos para a RPC iniciar a sua missão antipirataria no corno de África. Relembrando a importância desta região para as trocas comerciais chinesas, devemos ter em conta outros factores responsáveis pela entrada da Marinha do EPL na costa da Somália. Ye Hailin, investigador do Instituto de Estudos da Ásia-Pacífico da Academia Chinesa de Ciências Sociais, assume que, embora a RPC não fosse obrigada a responder

ao crescente número de ataques pirata no Golfo de Áden, é um facto que muitos dos petroleiros e navios de mercadorias chineses passam por ali; logo, Pequim passou a ser corresponsável na resolução do problema.

A verdade é que aumentava o número de embarcações chinesas que tentavam evitar o Golfo de Áden, obrigadas a contornar o continente africano pelo Cabo da Boa Esperança. Este percurso aumentava consideravelmente a duração da viagem, comportando maiores encargos económicos e o inevitável atraso nas entregas. Pequim não podia arriscar que este processo se tornasse habitual, temendo que contratos fossem quebrados por falta de pontualidade nas entregas e que, conseqüentemente, a China começasse a enfraquecer a sua quota de mercado. Por outro lado, o problema começou a chamar a atenção da população chinesa que criticava a aparente incapacidade das autoridades de proteger as embarcações nacionais (Erickson, 2010, p. 301). Erickson cita Huang Li, que publicou uma obra dedicada a este assunto, quando afirma, “para conseguir uma entrada pacífica no Oceano Índico, foi necessária uma causa legítima, de forma a não suscitar críticas”. Ou seja, Huang Li vê ainda outro factor que levou a RPC a preparar a missão antipirataria na costa oriental africana: a presença no Oceano Índico, a expansão da influência chinesa para águas distantes. Note-se que a expansão militar chinesa para o mar aberto estava prevista nas novas missões históricas delineadas por Hu Jintao, retórica que incluía o combate ao terrorismo e outras ameaças não-tradicionais, bem como a defesa dos interesses marítimos chineses como as suas importações de matérias-primas e rotas comerciais (Christoffersen, 2010, p. 4).

Andrew Erickson afirma que as operações antipirataria impactaram a diplomacia naval, na medida em que a interacção com marinhas de outros países é, hoje, rotina no Golfo de Áden. Atente-se nas trocas bilaterais com a Marinha de Singapura em 2010 e com a NATO em 2013 (Erickson & Strange, 2015, p. 168).

É assaz relevante para Pequim a construção da imagem de Estado responsável, reputação que pode tranquilizar aqueles que apregoam a ideia da ameaça chinesa. Perante a modernização do EPL e a crescente aposta na vertente militar, provar que a RPC vai manter essa postura de responsabilidade, parece ser a melhor forma de garantir que a comunidade internacional não propaga ainda mais a teoria de que existe uma ameaça chinesa. Na verdade, a participação do EPL em operações de *peacekeeping* e cooperação militar, como a do Golfo de Áden, pode ser uma via prolífica para a consecução desse objectivo. Trata-se do combate ao crime transnacional e a grupos terroristas ou extremistas, cuja integração do EPL pode demonstrar à comunidade

internacional que a modernização militar da RPC pode ser positiva para todos os países. Desta forma, contraria-se a ideia de ameaça chinesa, mostrando que a RPC está preparada para agir como Poder Responsável.

Aqui reside a explicação para a inclusão das três dimensões neste macro-objectivo. Contudo, é impossível não ligar a missão no Golfo de Áden ao desenvolvimento económico chinês. Como vimos, a RPC tem interesses económicos colocados em cheque pelo problema da pirataria no corno de África, factor que contribui para a sua decisão de integrar missões desta natureza. Pequim colocou o problema como uma questão de segurança internacional e de assistência humanitária, mas não negou que o objectivo principal era a protecção das embarcações chinesas e, inclusivamente, assumiu que a insegurança na região colocara em risco os interesses da RPC. A intervenção chinesa no Golfo de Áden cumpre dois dos macro-objectivos identificados. Embora a argumentação oficial tenha incidido mais diretamente sobre a questão humanitária do problema – o que nos norteia para a imagem de Estado responsável –, a problemática económica está demasiado clara para deixar de ser considerada. E não foi desmentida pelas autoridades e académicos chineses.

CONCLUSÃO

Os líderes chineses utilizam, desde princípios da década de 90 do século XX a expressão “rejuvenescimento” para descrever o processo pelo qual a China está a recuperar das humilhações sofridas nas “mãos” do Japão e das potências ocidentais, e readquirir um estatuto que antes detivera: o de Grande Potência ou de Grande Poder. Nessa mesma época, foi definida a fórmula, denominada Poder Nacional Abrangente, que determina a posição que os países ocupavam no sistema internacional, através da aferição do seu poder económico, político e militar.

Para a China, reforçar o PNA significa desenvolver o potencial económico e o seu estatuto internacional, já este é a totalidade do poder económico, militar e político do país num determinado período (Carricho, 2006). O aumento do PNA é, porventura, o objectivo superlativo da RPC, sendo compreensível que o desenvolvimento económico seja fulcral para ampliar o PNA do País do Meio. Contudo, por si só, não será suficiente para fortalecer o seu estatuto internacional, o potencial militar ou o poder político. É indubitável que o avanço económico é extremamente importante na acumulação de PNA, mas não pode ser considerado como o único instrumento que a política externa chinesa possa utilizar para conseguir essa acumulação de poder. Assim, é o aumento sustentado do poder político, económico e militar que pode fortalecer o poder global da RPC.

É perante este quadro que pretendemos compreender, primeiramente, quais são os objectivos de política externa da RPC no período de “Janela de Oportunidade Estratégica”, um período que Jiang Zemin considerou em 2002, com ambiente externo propício para a revitalização nacional da China como um Grande Poder. Posteriormente, procuramos, perceber como é que o vector militar pode contribuir para a consecução desses objectivos.

Após o discorrer sobre a evolução das retóricas oficiais das autoridades chinesas, dos conceitos-chave da sua política e de várias análises externas que versaram sobre ela, respondemos à questão derivada número um – *Quais são actualmente os macro-objectivos da política externa chinesa*, identificando o “Desenvolvimento Económico”, a “Defesa da Soberania e a Integridade Territorial” da China e a “Construção de uma Imagem de Poder Responsável” como os três principais objectivos.

Salientamos que foi a análise de todas as fontes consultadas, procedida pela avaliação da sua correspondência com os factos, que nos conduziu à identificação destes

macro-objectivos, embora tivéssemos dado uma especial importância à análise da política externa chinesa realizada por Evan Medeiros (2009). Tentou-se neste trabalho alcançar um grupo de metas da política externa da RPC o mais transversal possível a todas as fontes consultadas. Por isso, os objectivos identificados foram os que se enquadram nos parâmetros estabelecidos.

Importa-nos notar que consideramos que há uma inter-relação entre os três macro-objectivos identificados. Ou seja, tanto o objectivo de “Defender a Soberania e a Integridade Territorial” chinesa, como o de “Construir uma Imagem de Poder Responsável”, contribuem para o objectivo “desenvolvimento económico” e vice-versa. Vejamos o exemplo da defesa da integridade interna apresentando neste trabalho: se Pequim conseguir manter as suas fronteiras em segurança, evitando o surgimento de ataques separatistas e terroristas no seu território, poderá manter a estabilidade interna e canalizar os seus recursos para o desenvolvimento económico do país. Contudo, é desenvolvendo continuamente a economia nacional que a RPC consegue apostar na capacidade de consecução dos outros dois objectivos, ou seja, a capacidade económica da China permite um maior investimento nas forças armadas, o que é essencial para que estas tenham a capacidade de projectar a imagem da RPC enquanto Poder Responsável, e também para fortalecer as capacidades para a defesa da integridade territorial chinesa.

Esta inter-relação faz com que seja difícil que exista uma evolução sustentada do vector militar sem o desenvolvimento económico ou, a existir, é provável o desinvestimento noutras áreas da sociedade.

A defesa da soberania e integridade territorial chinesa tem influência no desenvolvimento económico. Por exemplo, se conseguir manter as suas fronteiras estáveis, Pequim pode concentrar mais recursos para o desenvolvimento da economia. Mas a relevância deste objectivo não se restringe à vertente económica. Garantir a integridade territorial é essencial para a protecção dos cidadãos da China, que correm risco de vida sempre que há um ataque terrorista. Para além disto, questões de soberania e integridade territorial, como por exemplo a questão de Taiwan, são muito sensíveis junto de correntes nacionalistas da população. Este é um factor que é importante para a continuidade do PCC no poder, pois um dos garantes da sua legitimidade – a par da continuação do desenvolvimento económico – é a salvaguarda da integridade territorial e soberania nacional. Se ceder neste aspecto, o PCC será acusado de submissão por estas correntes nacionalistas, e encontrará a sua legitimidade colocada em causa.

Face à dependência da RPC das exportações e importações de mercadorias e de recursos energéticos, é de extra importância que as forças armadas chinesas tenham a capacidade de proteger o transporte marítimo. Da mesma forma, em relação à identificação da China como um Poder Responsável, também podemos fazer uma interligação com os outros dois macro-objectivos identificados neste trabalho. Tomando o exemplo das missões antipirataria, quando os líderes chineses decidiram participar nestas missões juntamente com forças internacionais, podemos identificar uma conexão com a defesa dos interesses económicos chineses, em particular com a defesa do desenvolvimento económico contínuo. Visto que, ao participar nestas missões, a Marinha do EPL está igualmente a proteger as embarcações chinesas que fazem a travessia pelo Corno de África, transportando importações e exportações chinesas. Note-se que em 2008, ano em que a RPC inicia a sua participação em missões antipirataria no Golfo de Áden, sete embarcações chinesas sofreram ataques de piratas somalis (Erickson, 2010, p. 298).

Assim, na luta contra a pirataria as forças armadas defendem as importações chinesas, os interesses económicos chineses e, ao mesmo tempo, contribuem para a segurança marítima internacional. Ao participar nestas missões, Pequim está a contribuir para a segurança marítima internacional cooperando com forças internacionais, o que em termos de actuação contribui para ser posicionado como um “Poder Responsável”. Por sua vez, o reforço do seu estatuto internacional como Poder responsável permite “combater” a teoria da ameaça chinesa enquanto concepção patente no ideário da comunidade internacional e, em particular, dos seus Estados vizinhos.

O aumento de confiança na capacidade chinesa de actuar enquanto *Responsible Power* poderá ter consequências benéficas para a sua economia porque poderá ser uma peça fulcral para a desconstrução da teoria da ameaça chinesa. Conseguindo esta desconstrução, será mais fácil para Pequim fomentar boas relações diplomáticas com mais Estados, o que pode facilitar a assinatura de acordos económicos. Para além disso, se as forças armadas chinesas conseguirem convencer as potências europeias de que as suas forças armadas actuam de forma responsável enquanto produtoras de segurança, existe uma maior possibilidade de ser levantado o embargo de armamento europeu à China que vigora desde os incidentes em Tiananmen.

Desta forma, a participação da vertente militar na construção de uma imagem de “Poder Responsável” é extremamente importante, já que com o fortalecimento e modernização das forças armadas, o EPL tem maior capacidade de participar em

iniciativas de cooperação e ajuda internacional, promovendo a RPC como um Poder Responsável e apoiando a desconstrução da ideia do desenvolvimento da China como uma ameaça.

Na verdade, se os Estados asiáticos reconhecerem a ideia de que a RPC é um Estado Responsável e não uma ameaça à sua soberania, poderá haver maior probabilidade de a própria periferia chinesa se manter mais estável. A estabilidade na região é um contributo importante para que exista um ambiente favorável ao desenvolvimento económico e é um requisito para que a RPC continue o seu processo de rejuvenescimento como um Grande Poder.

Com a identificação dos macro-objectivos da Política externa chinesa, traçámos a sua ligação com a vertente militar. Para tal, procurámos as formas de resposta aos objectivos propostos, os procedimentos utilizados e as alterações verificadas. Através da análise bibliográfica, seleccionámos os desenvolvimentos no vector militar chinês que contribuem para a consecução dos objectivos identificados.

Analísámos a evolução da Estratégia militar do EPL e da sua constituição. Investigámos através de exemplos (como é o caso da cooperação militar no âmbito da SCO, a questão da reunificação de Taiwan, da Segurança Energética ou da participação em missões de *peacekeeping* e antipirataria) como é que a vertente militar está a contribuir para a resolução de questões importantes para os objectivos de política externa. Assim, podemos responder à segunda questão exposta na introdução deste trabalho - *Como está a vertente militar a ser utilizada na consecução dos macro-objectivos da política externa chinesa.*

Em relação à Defesa da Soberania e Integridade Territorial da RPC, importa referir que um dos aspectos referenciados pelos decisores políticos chineses é o avanço tecnológico da vertente militar. A aquisição desta capacidade, para além de ser fundamental para a defesa da soberania e integridade territorial do país, funciona ainda como impulsionador do avanço tecnológico da sociedade chinesa *per se*.

O progresso científico e tecnológico no âmbito militar aumenta as capacidades A2/AD, o que coincide com objectivos específicos – impedir que Taiwan declare independência *de jure* e impossibilitar ameaças provenientes do exterior. As capacidades de reconhecimento espacial por satélite, reconhecidas superiormente como essenciais para que o EPL acompanhe a RMA e para a doutrina de Guerra Local, aumentam exponencialmente o *know-how* informático e são fulcrais na localização de potenciais ameaças. Por outro lado, a capacidade do armamento anti-satélite dificulta a

recolha de informação sobre a RPC por parte de potenciais adversários. O País do Meio investe na capacidade de controlo da informação, lançando centenas de satélites para o espaço nos últimos anos, e o controlo da informação torna-se factor essencial, e não só em tempos de guerra, pois a soberania do território inclui a soberania sobre a informação (Cordesman, 2014, p. 128).

Esta é uma parte importante da *Information Warfare*, essencial para que as autoridades chinesas garantam a soberania e integridade territorial do seu país. Os meios de mapeamento e procura por satélite são importantes na prevenção de ataques ao território chinês. No caso de Taiwan, tendo em conta que é um palco de possível conflito com os EUA – ainda que cada vez mais improvável –, o domínio da informação é essencial para bloquear o acesso àquela área. Juntamente com outras capacidades desenvolvidas – como o aumento numérico de submarinos – a RPC pode conseguir, através de estratégia assimétrica, uma posição de superioridade perante um adversário superior, utilizando objectivos limitados mas impactantes, como a degradação do sistema informático inimigo.

De facto, a questão de Taiwan é parte essencial da política externa chinesa, incluindo-se no intento de defender a integridade territorial e soberania da China. Por despertar os mais profundos sentimentos nacionalistas na população chinesa, Pequim não hesitou em utilizar, em algumas situações, os recursos militares de forma a tornar a situação mais favorável para a RPC. Os exercícios marítimos aquando da terceira crise de Taiwan, que começaram em 21 de Julho de 1995 com o exercício Baleia Azul-5, parecem ter tido o propósito de influenciar o resultado das eleições na Ilha Formosa, naquilo que constituiu uma exposição de diplomacia agressiva por parte do País do Meio. Para além disto, a procura da superioridade militar tem sido um objectivo notório das autoridades chinesas, se considerarmos a aposta em sistemas balísticos convencionais de curto alcance ou os numerosos submarinos, que compõem um arsenal possivelmente vantajoso no supracitado teatro de operações.

As autoridades chinesas estão a desenvolver esforços para melhorar o desempenho e as capacidades das forças armadas no teatro de operações, forma de responder ao processo evolutivo de doutrinas e estratégias militares específicas. Verifica-se que a alteração de uma estratégia por parte dos dirigentes chineses obedece a uma metodologia teórico-prática desenvolvida em três momentos. O primeiro engloba os procedimentos de observação de fenómenos militares, seguido num segundo momento pela tentativa de aprendizagem e finalmente, pelo terceiro, pela absorção de

ideias através deles. A Guerra do Golfo é um exemplo de como um fenómeno militar foi utilizado para se formular uma nova estratégia militar. Após a observação deste conflito, as autoridades chinesas concluíram que o poder de fogo se sobrepõe aos recursos humanos, que as forças de reacção rápida têm cada vez mais importância, que são crescentemente relevantes as capacidades de reconhecimento *over the horizon* num campo de batalha electrónico, e que os satélites são uma fonte de informação crítica.

São também exemplo a decisão que levou à participação da Marinha do EPL em missões antipirataria no Golfo de Áden e a que conduziu à construção de um navio-hospital para prestar assistência no estrangeiro. Foi a observação da assistência prestada às vítimas do *tsunami* de 2004, especialmente pelas forças armadas dos EUA, que levou à introdução do EPL neste tipo de operações. O reconhecimento que o *soft power* da RPC poderia beneficiar com a presença chinesa neste tipo de operações – de preferência sob a bandeira da ONU – foi um factor que pesou junto dos decisores chineses.

Certificamo-nos, portanto, que as autoridades chinesas têm na observação de fenómenos do âmbito militar um meio de aprendizagem e condição decisória na directriz a ser seguida pelas forças armadas: implementar no EPL o que levou ao sucesso de outras forças armadas. Esta ideia é coerente com o que escreveu Kenneth Waltz acerca do poder militar, ao advogar que quando o poderio militar de um Estado sobressai sobre todos os outros, a tendência é a cópia desse modelo pelos outros Estados.

No âmbito da SCO e da cooperação militar entre a RPC e os restantes Estados-membros, observámos que a protecção das fronteiras da RPC é uma função vital desta organização. O mapeamento e pesquisa por satélite têm, muito provavelmente, a sua quota-parte na vigilância fronteiriça e reconhecimento de células terroristas. Os assuntos relacionados com a segurança de informação internacional foram trazidos para o âmbito da SCO pela Federação Russa em 2006, com o intuito de delinear um plano comum nesta vertente específica da segurança. Em 2010 estava em desenvolvimento, através de uma *joint-venture* russo-chinesa, um sistema de comunicação por satélite conjunto para os Estados-membros da organização. Através desta cooperação militar entre Estados-Membros, esta organização contribui para a protecção da soberania e integridade territorial chinesa, aumentando as capacidades de localização de ameaças e alargando a cobertura destas capacidades através da cooperação entre os vários países. Com o acréscimo destas capacidades de reconhecimento, as capacidades de informação aumentam consideravelmente a proficiência militar em áreas chave para a consecução dos referidos objectivos. Não só esta tendência para o aprofundamento de instrumentos

comuns de reconhecimento e partilha de informação, os exercícios militares antiterrorismo conjuntos são mais uma forma de fortalecer a coordenação militar entre os Estados-membros na defesa contra aqueles que ameaçam a integridade territorial dos Estados da SCO.

A SCO parte de uma dimensão com foco claro nas questões de segurança e passa a funcionar como uma organização *all-round*, respondendo aos interesses económicos dos seus Estados-membros. A China foi fulcral neste processo de mudança, não permitindo que os assuntos económicos fossem obliterados no seio da organização. A presença da SCO nos projectos económicos e no desenvolvimento económico chinês é, em geral, bastante interessante, levando-nos a concluir que existe uma relação pertinente entre segurança e desenvolvimento económico. O primeiro aspecto desta relação reside na importância da segurança energética para o desenvolvimento económico chinês, cuja defesa passa obrigatoriamente pela relação que tem com os países membros da SCO. Neste caso, a participação nesta organização permite criar condições vantajosas para a negociação e comércio de recursos energéticos, para que a via marítima – que inclui trajectos cuja segurança é exígua – deixe de ser um canal de abastecimento preponderante.

Contudo, a aposta na segurança energética é visível através do investimento em equipamentos militares destinados a combater as ameaças ao trânsito marítimo de recursos energéticos. Verificamos esta aposta no reforço das capacidades da Marinha do EPL, que não serve apenas para salvaguardar o tráfego de recursos energéticos para a China, mas também para o comércio de mercadorias, assaz relevante para a economia chinesa. A pirataria é uma ameaça às exportações mercantis chinesas, obrigando a vertente militar a proteger uma quota importante do sucesso económico da RPC.

Em suma, constatamos a conclusão atrás elaborada de que existe uma inter-relação entre os objectivos identificados, em que uma determinada acção das forças armadas da RPC integra e influencia mais do que um objectivo da política externa. Tal como é o exemplo dado da participação da Marinha chinesa nas actividades de combate à pirataria, cuja participação contribui para a criação de uma imagem positiva da China, assim como apoia a defesa do desenvolvimento económico contínuo da RPC.

Em relação ao segundo macro-objectivo identificado, o desenvolvimento económico, é pertinente apresentar alguns exemplos como a vertente militar chinesa contribuir para a sua consecução. Um dos exemplos desenvolvidos neste trabalho foi a

participação das forças armadas chinesas na defesa da segurança energética, que por sua vez, visa contribuir para o contínuo desenvolvimento económico do país.

Em primeiro lugar, a modernização das embarcações navais chinesas que tem vindo a ocorrer especialmente desde 2000 (os exemplos mais notórios são o *Destroyer SOVREMENNY* de Classe II, as fragatas da classe JIANGKAI (Tipo 054A), os *destroyers* da classe LUYANG (Tipo 052B/C/D) e o primeiro porta-aviões, o LIAONING), permite maior eficácia na protecção do transporte comercial e de recursos energéticos importados para a China. Trata-se de um melhoramento de equipamentos que fazem a protecção do comércio chinês. Note-se, por exemplo, que o *white paper* de 2015 refere as áreas cuja protecção é prioritária: a energia, os recursos naturais, e as rotas marítimas de maior importância. Estima-se que, no âmbito da luta contra a pirataria, a Marinha do EPL tenha escoltado cerca 5 000 embarcações chinesas e estrangeiras (People's Republic of China Ministry of National Defense).

Em segundo lugar, com a procura por fontes energéticas endógenas, em território chinês, entra a questão não só da defesa da integridade territorial mas também do segundo macro-objectivo – o desenvolvimento económico. Quando a Marinha do EPL faz a protecção a plataformas petrolíferas colocadas em águas disputadas, ou quando se constroem estruturas militares em ilhéus cuja soberania é também disputada, a vertente militar chinesa está presente na defesa da soberania e integridade territorial chinesa, segundo a concepção de Pequim e, simultaneamente, está a contribuir para a protecção da segurança energética e consequente desenvolvimento económico da RPC.

Em terceiro lugar, a participação da PRC na SCO tem sido de grande importância para a diversificação das rotas de transporte e para a diversificação de transportes, visto que para aumentar a segurança energética não basta aumentar a segurança das rotas marítimas, deve-se também reduzir a dependência das mesmas. Para isto, a SCO tem sido uma via para, posteriormente, Pequim acordar a construção de oleodutos e gasodutos com destino à RPC com os Estados-membros deste órgão.

No entanto, note-se, que esta organização permite um canal de aproximação com os países da Ásia Central, traduzido muitas vezes em acordos de benefício mútuo. Lembremos os acordos realizados pela China e a Federação Russa, nos últimos anos. A venda de recursos energéticos à China, é importante para estes países porque permite uma diversificação dos seus compradores. Ao mesmo tempo, a China consegue diversificar as suas fontes importadoras. A SCO é um mercado energético importante para a RPC, que, assim, consegue penetrar na esfera tradicional de influência russa.

Uma organização que, na sua origem, colocava enfoque nos assuntos de segurança passa a deter uma dimensão económica importante para os seus Estados-membros.

Resta-nos o terceiro macro-objectivo que identificámos no capítulo II desta dissertação: a “Construção de uma Imagem de Poder Responsável”. Embora possa aparentar que o desempenho das forças armadas da RPC dentro deste macro-objectivo teve sempre em vista, ulteriormente, o desenvolvimento económico do país, isso não é totalmente acurado. No combate à pirataria, as razões económicas foram impulsionadores da decisão de Pequim de participar nas missões no Golfo de Áden. No entanto, esta mesma participação e cooperação da marinha chinesa com as marinhas de outros países, contribui para a segurança dos oceanos e do comércio internacional e para a construção de uma imagem da China enquanto Poder Responsável.

No nosso trabalho identificámos três situações em que a vertente militar desempenha um papel importante na construção de da China como um Poder Responsável: em primeiro lugar, as missões de *peacekeeping*, cujo principal teatro de operações é o continente africano e para as quais se encontram destacados milhares de chineses. Em segundo lugar, a construção do navio-hospital *Peace Ark*, que pára em portos em todos os continentes, prestando assistência médica às populações locais. E em terceiro lugar, a participação das forças armadas chinesas em missões antipirataria no Golfo de Áden.

Como foi desenvolvido no capítulo IV, tanto o primeiro como o último exemplo têm repercussões também a nível do desenvolvimento económico, já que, no primeiro caso, a maior parte das missões de *peacekeeping* em que o EPL participa são em África. Enquanto estas são importantes para os países-alvo porque contribuem para a sua estabilidade e possível supressão de guerras, promove-se a estabilidade numa zona do globo onde a RPC detém investimentos e interesses económicos. No último, o envio de força militar para o Golfo de Áden foi bem-vindo pelo governo da Etiópia, pois fará a protecção de embarcações que transportam ajuda humanitária para o país do Corno de África e o problema da pirataria nas águas da Somália afecta a economia do país. Contudo, o principal desígnio é o de proteger as embarcações chinesas que atravessam a esta zona. Ademais, a “construção de uma imagem de Poder Responsável” poderá, por si mesma, abrir a Pequim novas possibilidades de negócio e cooperação económica, visto que, se a RPC for reconhecida enquanto Poder Responsável, pode atrair novos parceiros económicos e fortalecer relações diplomáticas.

Ademais da questão económica, sendo considerado um Poder Responsável, Pequim tem maior possibilidade de alargar a sua influência diplomática. Por estas razões, construir uma imagem de Poder Responsável é muito importante para a RPC, que, recorde-se, encontra-se num processo de revitalização nacional, o que significa que a recuperação do seu anterior estatuto está no horizonte das autoridades chinesas.

É desta forma que a vertente militar chinesa tem contribuído para a consecução dos macro-objectivos de política externa do País do Meio, o que nos permite responder à última questão derivada – *Qual o grau de êxito da vertente militar chinesa nos macro-objectivos identificados*. Consideramos que o grau de êxito não é excelente, sendo maior em alguns objectivos do que noutros, conquanto a sua contribuição seja cada vez maior.

Tanto no desenvolvimento económico, como na defesa da soberania e integridade territorial chinesa, o plano militar da RPC parece ter conhecido alguns pontos bem-sucedidos. Em relação ao primeiro, a modernização de embarcações militares é um passo em frente na protecção das importações chinesas. Uma maior participação chinesa no Golfo de Áden também evitou que ataques piratas fossem bem-sucedidos, garantindo que as exportações mercantis façam a travessia e poupem uma quantidade de tempo imprescindível. No âmbito das organizações multilaterais, o papel mais abrangente da SCO parece ter sido uma medida adequada, que facilitou o diálogo negocial entre a RPC e os países da Ásia Central, culminando na celebração de vários acordos energéticos que propiciaram maior segurança energética para a RPC, agora com maior diversidade de fontes de abastecimento e canais mais seguros.

Em relação à defesa da soberania e integridade territorial chinesa, começemos pela questão de Taiwan. Durante a crise de Taiwan em meados da década de 90 do século XX, a RPC conseguiu influenciar os resultados das eleições na ilha. Depois disso, a RPC suplantou o poderio militar de Taiwan, encontrando-se num patamar claramente superior, com equipamento militar desenvolvido especificamente para ser utilizado num teatro de operações como Taiwan. Para além disto, a verdade é que, juntando a uma clara superioridade militar da RPC, as intensas relações comerciais entre os dois lados do estreito, a Ilha Formosa aproxima-se ainda mais da China continental. A continuar assim, existe a possibilidade de Taiwan, mesmo mantendo oficialmente o seu estatuto actual, vai estar de tal forma dependente da China a nível económica que, na prática, será mais uma província chinesa. No que às disputas territoriais diz respeito, a verdade é que a RPC parece estar a colher alguns frutos: a estratégia de paulatinamente ganhar

terreno sobre os Estados que reivindicam os mesmo territórios, conduz a RPC a estabelecer estruturas militares em pontos-chave no Sul do Mar da China, tornando mais difícil contrariar o avanço chinês. Contudo, este é, provavelmente, um dos obstáculos para que os países do Sueste Asiático se convençam da benignidade da ascensão chinesa. Mesmo os exercícios militares que a RPC tem efectuado na região têm sido bem-sucedidos no sentido de demonstrar que Pequim não recuará facilmente. O que poderá ser negativo – o desfecho o dirá – é o processo no Tribunal Permanente de Arbitragem de Haia levantado pelas Filipinas.

Acresce que a cooperação militar no âmbito da SCO, a cooperação entre RPC e os países da Ásia Central na luta contra o terrorismo, o separatismo e o extremismo tem sido, desde que esta organização foi criada, intensa, pois estas ameaças são um desafio para os todos os membros. Esta organização é importante para a estabilidade das fronteiras e da periferia chinesa. Contudo, em 2013 e 2014 ocorreram vários atentados em território chinês, em especial no Xinjiang, o que demonstra algum que os desafios garantir a integridade territorial chinesa são enormes e continuam. O que revela que embora esta cooperação seja importante, não é totalmente impeditiva do surgimento de ameaças no território chinês, que podem pôr em causa a soberania e integridade territorial chinesas.

Em síntese, o papel da vertente militar chinesa na consecução dos objectivos de política externa delineados é vasto e, nalguns pontos bem-sucedido, noutros com menor taxa de sucesso. A participação das forças armadas na segurança energética é de grande relevância e beneficiou de reforço. Para este reforço contribuiu o processo de modernização das forças armadas, sob orientação esclarecida, possibilitando à RPC enfrentar questões específicas (a pirataria, Taiwan, a protecção das importações e exportações, projecção de força e benignidade da imagem da China). A construção de uma imagem de Poder Responsável dificilmente terá êxito junto dos países do Sueste Asiático que têm interesses conflitantes com o País do Meio. Contudo, a RPC parece estar, lentamente, a aproximar-se do seu objectivo de garantir a soberania e integridade territorial ao ocupar de forma gradativa posições em áreas em disputa. A sua assertividade também tem vindo a ser gradualmente aumentada.

É indubitável que as forças armadas chinesas estão a passar por uma fase de forte mudança e de modernização, com a supressão de lacunas a vários níveis: redução de número, especialização das tropas, modernização tecnológica, condições de treino. Ao longo deste trabalho foram sendo mencionadas as várias áreas em que o plano

militar chinês tem sido melhorado desde a década de 90 do século XX. O reconhecimento deste facto, ao mesmo tempo que se identifica que um dos objectivos estruturais da política externa chinesa é a construção de uma imagem de Poder Responsável, conduz-nos para o dilema de segurança.

Neste trabalho já aduzimos que a ameaça é o produto das intenções pelas capacidades e que as capacidades chinesas no âmbito militar estão a ser aumentadas. É na dimensão das intenções que a RPC procura assegurar à comunidade internacional que não constitui uma ameaça. Contudo, se a defesa da soberania e integridade territorial chinesa é uma das principais metas da sua política externa, e se a sua concepção de território soberano chinês colide com a concepção que alguns Estados vizinhos têm da sua própria soberania territorial, então eles assumirão que a RPC é uma ameaça para a sua soberania e tenderão a aumentar as suas capacidades de segurança. Esta tendência será acompanhada por uma desconfiança perante as acções militares chinesas. Assim, persuadir os Estados vizinhos das suas intenções benéficas não é uma tarefa descomplicada.

A avaliar pelas recentes reacções de alguns países com que a RPC mantém disputas territoriais, dir-se-ia que não foram persuadidos pelos esforços de Pequim para construir uma imagem de Poder Responsável e benigno em relação às suas intenções: as relações com o Japão continuam tensas; o Vietname assinou com os EUA em Julho de 2015 uma Declaração de Visão Partilhada nas Relações de Defesa, enquanto as Filipinas anunciaram em 2013 que levariam as reivindicações territoriais da República Popular da China a um tribunal das Nações Unidas. Nesse mesmo mês, as Filipinas argumentaram durante uma audição à porta fechada no Tribunal Permanente de Arbitragem, em Haia, que a questão das disputas territoriais no Mar do Sul da China deveria ser resolvida num tribunal internacional, algo que Pequim pretendia evitar. Em suma, a RPC não conseguiu ainda persuadir os Estados vizinhos de que a sua ascensão representa uma oportunidade para toda a região e essa é uma tarefa difícil, pois existem interesses em colisão. Isto não significa que noutras regiões do globo o mesmo aconteça, como em África e na América Latina. Toda a situação não é mais do que a observação do equilíbrio de poderes perante uma alteração na distribuição de forças. Os Estados tendem a aceitar o equilíbrio de poder devido ao medo de não conseguirem defender os seus interesses convenientemente. O equilíbrio de poder precisa apenas de duas condições para prevalecer: um sistema anárquico e unidades suas constituintes que pretendam a sobrevivência. Equilíbrios de poder formam-se regularmente e os Estados

tendem a procurar igualar-se ou exceder-se uns aos outros. Normalmente, os Estados procuram a manutenção da sua posição no sistema internacional. Alguns Estados, como as Filipinas e o Vietname, sentem-se lesados, afirmando que a RPC está a pôr em causa ou pode prejudicar este objectivo.

Após termos respondido às perguntas derivadas, poderemos responder à questão central deste trabalho – *Qual o papel da vertente militar chinesa na consecução dos macro-objectivos de Política Externa da República Popular da China*. Ao longo deste trabalho pudemos constatar que o vector militar chinês tem, fundamentalmente, o papel de proteger os interesses da RPC, tais como a defesa da soberania e integridade da nação e o desenvolvimento económico sustentável da China. À medida que a defesa destes interesses torna-se mais importante e amplia-se além-fronteiras, a China expande a capacidade da sua vertente militar.

Neste sentido, nota-se um crescendo de importância das forças armadas chinesas na salvaguarda dos interesses nacionais, que está plasmado nos *White Papers* da Defesa e em discursos de líderes chineses. A entrada do EPL em missões de combate à pirataria é um dos exemplos demonstrativos deste processo, já que, perante os riscos e ameaças às suas importações e exportações e às embarcações nacionais, disponibilizou em 2008 forças militares para proteger, em primeiro lugar, as embarcações nacionais. Em segundo lugar, o combate efectivo de um problema de crime internacional pode contribuir para a construção de uma imagem de Poder Responsável, demonstrando que a Marinha do EPL é parte das forças armadas de um Poder Responsável, cuja modernização e fortalecimento pode ser um benefício para todos os actores mundiais, contribuindo para a segurança internacional.

No caso do Sul e do Este do Mar da China, bem como durante a terceira crise de Taiwan em 1995, é, novamente, notório este papel das forças armadas. Em qualquer um destes três casos, encontramos acções concretas do EPL de forma a proteger – ou mostrar que está preparado para proteger – os interesses nacionais. Os exercícios navais ao largo do estreito de Taiwan com o intuito de influenciar politicamente a Ilha Formosa; a construção de estruturas militares em ilhéus disputados no Sul do Mar da China, bem como a realização de exercícios militares neste palco; o envio de frotas para as ilhas em disputa com o Japão no Este do Mar da China, são situações que evidenciam este intento de proteger os interesses de integridade territorial e soberania da RPC.

Quando se trata dos interesses nacionais da RPC, atente-se que estes podem ter variadas formas: locais-chave como Taiwan, ou as Ilhas Diaoyu/Senkaku; embarcações

e SLOC de importância para o desenvolvimento económico chinês; a protecção das suas fronteiras. Não é fácil conseguir a protecção de todos estes interesses sem que surjam contradições. No caso das missões antipirataria, por exemplo, o vector militar chinês consegue actuar na protecção de interesses económicos e, ao mesmo tempo, em prol da construção da imagem de Poder Responsável. No caso do Sul do Mar da China, por exemplo, conseguir defender locais-chave, que se encontram em disputa, e actuar em prol de uma imagem de Poder Responsável afigura-se de grande dificuldade. Por esta razão, a RPC procura uma acção militar discreta, paulatina, e pouco mediática. Note-se que Pequim sempre advogou que as disputas no Sul do Mar da China devem resolvidas entre os países do Sueste asiático, pelas instituições regionais, mostrando-se contra a resolução da situação em tribunais internacionais, por exemplo.

Posto isto, consideramos que o papel da vertente militar chinesa na consecução dos macro-objectivos de política externa é o de proteger e apoiar os interesses chineses e de participar na acumulação de PNA para que a China consiga alcançar o seu objectivo delineado de revitalização nacional. O vector militar actua como um instrumento muito importante, sem o qual a China não conseguirá alcançar a revitalização nacional, pois este processo requer que a China não repita a fraqueza responsável pelo falhanço no passado. O recuperar de um estatuto que a RPC assume de grande preponderância regional e mundial, não se consegue sem que as forças armadas estejam preparadas para desafios internos e externos cada vez mais complexos e para tarefas extremamente exigentes. Esta exigência será maior quanto maior for o estatuto da RPC no mundo e, por isso, é importante que a RPC continue o programa de modernização militar.

O EPL deve impedir que este processo seja invertido, o que aconteceria caso Taiwan declarasse independência, as Filipinas garantissem a soberania sobre as ilhas disputas com a China, os ataques a embarcações comerciais chinesas começassem a ter efeitos nefastos na economia, movimentos terroristas e separatistas ampliassem por todo o seu território ou se a desconfiança da comunidade internacional fosse de tal forma acentuada que a China perdia parte dos acordos económicos e diplomáticos firmados. O vector militar chinês deve actuar no sentido de não permitir que estes acontecimentos se transformem em realidade, garantindo que o processo de revitalização e de rejuvenescimento seja contínuo até 2020, como anunciado na década de 90 pelos líderes chineses.

Neste estudo pretendemos contribuir para uma melhor compreensão do vector militar chinês, enquadrando-o com os objectivos de política externa da RPC. Para que exista um entendimento das razões que levam à modernização e optimização da vertente militar, é necessário relacionar esta vertente com a percepção que as autoridades chinesas têm do caminho que a China deve percorrer e a posição que deve ocupar no mundo. Neste sentido, pretendemos analisar os motivos que conduzem ao contínuo melhoramento que a RPC tem conhecido no plano militar.

Por toda a importância e actualidade que o reveste, consideramos que o estudo deste tema deve ser ampliado em Portugal. Para um aprofundamento deste tema, seria importante a realização de uma análise desta questão com recurso a fontes em língua chinesa não-traduzidas, pois elas permitiriam um conhecimento mais detalhado da visão chinesa. Na verdade, essa é uma das limitações do presente estudo, sendo que a sua investigação seria um acrescento de grande relevância. Procurar entrevistas com militares e académicos chineses seria, igualmente, algo que contribuiria para uma maior compreensão deste assunto e, em particular, um conhecimento mais aprofundado da visão chinesa. Ainda outro factor que, certamente, fortaleceria o nosso conhecimento sobre esta questão, seria haver uma pesquisa de campo na China, de forma a ampliar-se o trabalho de pesquisa e observação necessários para um maior domínio da questão em análise.

BIBLIOGRAFIA

- Agence France-Presse in Beijing, 2014. China's Xinjiang region hit by series of explosions. *The Guardian*, 22 Setembro.
- Allen, K., 2011. Trends in People's Liberation Army Initiatives Under Hu Jintao. In: D. Lai, R. Kamphausen & T. Tanner, eds. *Assessing The People's Liberation Army in The Hu Jintao Era*. s.l.:Strategic Studies Institute, pp. 441-525.
- Arase, D., 2010. Non-Traditional Security in China-ASEAN Cooperation: The Institutionalization of Regional Security Cooperation and The Evolution of East Asian Regionalism. *Asian Survey*, 50(4), pp. 808-833.
- Baizakova, K. I., 2013. The Shanghai Cooperation Organization's Role in Countering Threats and Challenges to Central Asian Regional Security. *Russian Politics and Law*, 51(1), pp. 59-79.
- Bastos, A. J. M. E., 2014. *O Poder Militar da China*, Pedrouços: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- BBC, 2013. *Philippines 'to take South China Sea row to court'*. [Online] Available at: <http://www.bbc.com/news/world-asia-21137144> [Accessed 20 Junho 2015].
- BBC, 2015. *China military budget 'to rise 10%'*. [Online] Available at: <http://www.bbc.com/news/world-asia-china-31706989> [Accessed 31 Maio 2015].
- Beauchamp-Mustafaga, N., 2015. In a Fortnight: Dispatch from Beijing: PLA Writings on The New Silk Road. *China Brief*, XV(4), pp. 1-3.
- Bickford, T. J., 2001. A Retrospective on the Study of Civil-Military Relations Since 1979: What Have We Learned? Where Do We Go?. In: J. C. Mulvenon & A. N. D. Yang, eds. *Seeking Truth From Facts: A Retrospective on Chinese Military Studies in the Post-Mao Era*. Santa Monica: RAND, pp. 1-37.
- Blasko, D. J., 2001. PLA Force Structure: A 20-Year Retrospective. In: J. C. MULVENON & A. N. D. YANG, eds. *Seeking Truth From Facts: A Retrospective on Chinese Military Studies in the Post-Mao Era*. Santa Monica: National Security Research Division, pp. 51-86.
- Blasko, D. J., 2006. *The Chinese Army Today: Tradition and transformation for the 21st century*. Nova Iorque: Routledge.
- Blasko, D. J., 2013. The "Two Incompatibles" and PLA Self-Assessments of Military Capability. *China Brief: A journal of analysis and information*, 9 Maio, XIII(10), pp. 6-10.

- Blasko, D. J., 2013. *The Jamestown Foundation*. [Online] Available at: http://www.jamestown.org/single/?tx_ttnews%5Btt_news%5D=40860&no_cache=1#.VapGJqRViko [Accessed 21 Janeiro 2015].
- Blasko, D. J., 2014. The Evolution of Core Concepts: People's War, Active Defense, Offshore Defense. In: R. Kamphausen, D. Lai & T. Tanner, eds. *Assessing the People's Liberation Army in the Hu Jintao Era*. s.l.:Strategic Studies Institute, pp. 81-128.
- Breslin, S., 2013. China and The Global Order: signalling threat or friendship?. *International Affairs*, 89(3), pp. 615-634.
- Broomfield, E., 2003. Perceptions of Danger: The China Threat Theory. *Journal of Contemporary China*, 35(12), pp. 265-284.
- Buszynski, L., 2012. The South China Sea: Oil, Maritime Claims, and U.S.-China Strategic Rivalry. *The Washington Quarterly*, 35(2), pp. 139-156.
- Cai, P., 2015. *China-ASEAN Maritime Cooperation: Process, Motivation, and Prospects*. [Online] Available at: http://www.ciis.org.cn/english/2015-09/25/content_8265850.htm [Accessed 27 Setembro 2015].
- Callahan, W. A., 2004. National Insecurities: Humiliation, Salvation and Chinese Nationalism. *Alternatives*, Issue 2, pp. 199-218.
- Callahan, W. A., 2005. How to Understand China: The Dangers and Opportunities of Being a Rising Power. *Review of International Studies*, 31(4), pp. 701-714.
- Cameron, F., 2005. *US Foreign Policy After The Cold War: Global hegemon or reluctant sheriff?*. 2nd ed. Nova Iorque: Routledge.
- Cao, W. & Bluth, C., 2013. Challenges and countermeasures of China's energy security. *Energy Policy*, Volume 53, pp. 381-388.
- Carrico, A., 2005. Dissuasão no Estreito de Taiwan: 2004-2010. *Nação&Defesa*, Volume 110, pp. 129-166.
- Carrico, A., 2006. *De Cima da Grande Muralha*. 1ª ed. Lisboa: Prefácio.
- Carrico, A., 2011. *Implicações estratégicas e operacionais para a segurança no Leste da Ásia com a entrada ao serviço do porta-aviões Shi Lang e do J-20 da República Popular da China*. Lisboa, s.n.
- Carrico, A., 2012. *Os Livros Brancos da Defesa da República Popular da China 1998-2010*, Lisboa: Instituto de Defesa Nacional.
- Carrico, A., 2013. Grande Estratégia e o «Sonho da China» de Xi Jinping. *Relações Internacionais*, 18 Junho, pp. 23-33.
- Carrico, A., 2015. *A Diplomacia Militar da China: Tipologia, Objectivos e Desafios*. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional.

- Center for a New America Security, n.d. *Timeline: 1955-Present*. [Online] Available at: <http://www.cnas.org/flashpoints/timeline> [Accessed 12 Abril 2015].
- Center for a New American Study, n.d. *Timeline: 1955-Present*. [Online] Available at: <http://www.cnas.org/flashpoints/timeline> [Accessed 19 Abril 2014].
- Chang, W.-u. & Chao, C.-m., 2009. Managing Stability in the Taiwan Strait: Non-Military Policy towards Taiwan under Hu Jintao. *Journal of Current Chinese Affairs*, 38(3), pp. 99-118.
- Chan, M., 2013. *Chinese aircraft carrier Liaoning takes up role in South China Sea*. [Online] Available at: <http://www.scmp.com/news/china/article/1368597/chinese-aircraft-carrier-liaoning-takes-role-south-china-sea> [Accessed 12 Março 2015].
- Chase, M. S., 2014. Second Artillery in the Hu Jintao Era: Doctrine and Capabilities. In: R. Kamphausen, D. Lai & T. Tanner, eds. *Assessing the People's Liberation Army in the Hu Jintao Era*. s.l.:Strategic Studies Institute, pp. 301-354.
- Chen, D., 2014. *China's Deployment of Oil Rig is Not a Strategic Mistake*. [Online] Available at: <http://thediplomat.com/2014/05/chinas-deployment-of-oil-rig-is-not-a-strategic-mistake/> [Accessed 3 Junho 2015].
- China Military Online, 2015. *20th Chinese naval escort taskforce leaves for Gulf of Aden*. [Online] Available at: http://english.chinamil.com.cn/news-channels/china-military-news/2015-04/04/content_6429758.htm [Accessed 13 Junho 2015].
- Christensen, T. J., 1999. China, The U.S.-Japan Alliance, and The Security Dilemma in East Asia. *International Security*, 23(4), pp. 49-80.
- Christensen, T. J., 2002. The Contemporary Security Dilemma: Detering a Taiwan Conflict. *The Washington Quarterly*, pp. 7-21.
- Christie, E. H., François, J., Urban, W. & Wirl, F., 2010. *China's foreign oil policy: genesis, deployment and selected effects*, s.l.: FIW Reserch Reports 2009/10.
- Christoffersen, G., 2010. *China and Maritime Cooperation: Piracy in the Gulf of Aden*. Berlim, Institut für Strategie- Politik- Sicherheits- und Wirtschaftsberatung.
- Colin, C., 2009. *Dangerous Bedfellows: Asymmetric Warfare and Rising Chinese Power*, Tacoma, Washington: Universidade de Puget Sound: s.n.
- Congressional Research Service, 2009. *China's Foreign Aid Activities in Africa, Latin America and Southeast Asia*, s.l.: s.n.
- Contessi, N. P., 2010. China, Russia and The Leadership of The SCO: a Tacit Deal Scenario. *China and Eurasia Forum Quarterly*, 8(4), pp. 101-123.
- Cooper, C. A., 2009. *Expanding Capabilities for a Re-Emergent Maritime Power*, s.l.: RAND.

- Cordesman, A. H., 2014. *Chinese Strategy and Military Power in 2014: Chinese, Japanese, Korean, Taiwanese and US Perspectives*, Washington: Center for Strategic & International Studies.
- Couto, A. C., 1988. *Elementos de Estratégia, Vol. I*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Couto, A. C., 2000. Segurança e Estudos Sobre a Paz. *Nação e Defesa*, pp. 21-31.
- Crail, P. & Liang, X., 2012. *Southeast Asia Nuclear-Weapon-Free Zone and the Nuclear-Weapon States*. [Online] Available at: <https://www.ciaonet.org/attachments/20720/uploads> [Accessed 14 Julho 2015].
- Department of Defense, 2010. *Department of Defense dictionary of Military*. s.l.:s.n.
- Department of Defense, 2012. *Annual Report to Congress: Military and Security Developments Involving The people's Republic of China 2012*, Washington: Office of The secretary of Defense.
- Department of Defense, 2013. *Annual Report to Congress: Military and Security Developments Involving The People's Republic of China 2013*, Washington: Office of The Department of Defense.
- Department of Defense, 2014. *Annual Report to Congress: Military and Security Developments Involving The People's Republic of China 2014*, Washington: The Office of The Department of Defense .
- Dorminey, C. & Gray, D. H., 2014. China's Navy and Conflict in the South China Sea. *Global Security Studies*, 5(3), pp. 12-19.
- Dueck, C., 2009. Neoclassical realism and the national interest: presidents, domestic politics, and major interventions. In: S. E. Lobell & N. M. T. J. W. Ripsman, eds. *Neoclassical Realism, The State, and Foreign Policy*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 139-169.
- Echevarria, A. J., 2007. *Clausewitz & Contemporary War*. Oxford: Oxford University Press.
- Elman, C., 1996. Horses for Courses: Why not a Neorealist Theory of Foreign Policy?. *Security Studies*, Issue 1, pp. 7-61.
- Embassy of The People's Republic of China in the Republic of India, 2013. *Chinese Navy Hospital Ship Visits Mumbai*, s.l.: s.n.
- Energy Global, 2013. *Kazakhstan ratifies oil pipeline deal with China*. [Online] Available at: http://www.energyglobal.com/pipelines/businessnews/18102013/Kazakhstan_ratifies_oil_pipeline_deal_with_China/ [Accessed 2 Agosto 2015].
- Erickson, A. S., 2010. Chinese Sea Power in Action: Yhe Counterpiracy Mission in The Gulf of Aden and Beyond. In: R. Kamphausen, D. Lai & A. Scobell, eds. *The PLA at Home and Abroad: Assessing The Operational Capabilities of China's Military*. s.l.:Strategic Studies Institute, pp. 295-377.

- Erickson, A. S., 2010. Chinese Sea Power in Action: The Counterpiracy Mission in The Gulf of Aden and Beyond. In: R. Kamphausen, D. Lai & A. Scobell, eds. *The PLA at Home and Abroad: Assessing The Operational Capabilities of China's Military*. s.l.:Strategic Studies Institute, pp. 295-377.
- Erickson, A. S., 2010. Chinese Sea Power in Action: The Counterpiracy Mission in The Gulf of Aden and Beyond. In: R. Kamphausen, D. Lai & A. Scobell, eds. *The PLA at Home and Abroad: Assessing The Operational Capabilities of China's Military*. s.l.:Strategic Studies Institute, pp. 295-377.
- Erickson, A. S. & Strange, A. M., 2015. Deep Blue Diplomacy: Soft Power and China's Antipiracy Operations. In: B. A. Elleman & S. Paine, eds. *Navies and Soft Power: Historical Case Studies of Naval Power and the Nonuse of Military Force*. Newport: Naval War College Press, pp. 163-181.
- EurasiaNet, 2014. *EurasiaNet*. [Online] Available at: <http://www.eurasianet.org/node/69846> [Accessed 7 Junho 2015].
- Findley, C., 2011. Australia-China Economic Relations. In: J. Golley & L. Song, eds. *Rising China: Global Challenges and Opportunities*. Canberra: Australian National University E Press, pp. 181-203.
- Finkelstein, D. M., 2003. *China's "New Concept of Security"*, Washington: Center for The Study of Chinese Military Affairs.
- Fisher Jr., R. D., 1997. China's Missiles Over The Taiwan Strait: A Political and Military Assessment. In: J. R. Lilley & C. Downs, eds. *Crisis in The Taiwan Strait*. Washington: National Defense University Press, pp. 167-216.
- Foot, R., 2001. Chinese Power and The Idea of a Responsible State. In: Y. ZHANG & G. AUSTIN, eds. *Power and Responsibility in Chinese Foreign Policy*. Canberra: Australian National University E Press, pp. 1-19.
- Fravel, M. T. & Blasko, D. J., 2013. *The Diplomat*. [Online] Available at: <http://thediplomat.com/2013/03/xi-jinping-and-the-pla/> [Accessed 20 Abril 2015].
- Fravel, M. T. & Liebman, A., 2011. Beyond The Moat: PLAN's Evolving Interests and Potential Influence. In: P. C. Saunders, C. D. Yung, M. C. Swaine & A. N. Niang, eds. *The Chinese Navy: Expanding Capabilities, Evolving Roles*. Washington: National Defense University Press, pp. 41-81.
- Fravel, M. T. & Medeiros, E. S., 2011. China's Search for Assured Retaliation: The Evolution of Chinese Nuclear Strategy and Force Structure. *International Security*, 35(2), pp. 48-87.
- Fravel, M. T. & Twomey, C. P., 2015. Projecting Strategy: The Myth of Chinese Counter-intervention. *Washington Quarterly*, 38(3), pp. 171-188.

- Freire, M. R. & da Vinha, L., 2011. Política Externa: Modelos, Actores, Dinâmicas. In: M. R. Freire, ed. *Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 13-54.
- French, H. W., 2015. *What's behind Beijing's drive to control the South China Sea?*. [Online] Available at: <http://www.theguardian.com/world/2015/jul/28/whats-behind-beijings-drive-control-south-china-sea-hainan> [Accessed 31 Julho 2015].
- Fundo Monetário Internacional, 2015. *World Economic Outlook Database, April 2015*, s.l.: s.n.
- Gady, F.-S., 2015. *China's Naval Siplomacy: PLAN Ships Visit German Port of Hamburg*. [Online] Available at: <http://thediplomat.com/2015/01/chinas-naval-diplomacy-plan-ships-visit-german-port-of-hamburg/> [Accessed 15 Agosto 2015].
- Garnaut, J., 2013. *Foreign Policy*. [Online] Available at: <https://foreignpolicy.com/2013/04/29/xis-war-drums/> [Accessed 4 Abril 2015].
- Ghosh, P., 2015. *International Relations*. 3rd ed. Delhi: PHI Learning Private Limited.
- Gill, B., 2007. *Rising Star: China's New Security Diplomacy*. 1ª ed. Washington: Brookings Institution Press.
- Glaser, B. S. & Medeiros, E. S., 2007. The Changing Ecology of Foreign Policy-Making in China: The Ascension and Demise of the Theory of "Peaceful Rise". *The China Quarterly*, pp. 291-310.
- Glaser, B. S. & Pal, D., 2014. Is China Charm's Offensive Dead?. *China Brief Volume*, XIV(15), pp. 8-12.
- Glosny, M. A. & Saunders, P. C., 2010. Correspondence: Debating China's Naval Nationalism. *International Security*, Volume 35, pp. 161-175.
- Godwin, P. H. B., 2001. Compensating for Deficiencies: Doctrinal Evolution in The Chinese People's Liberation Army: 1978-1999. In: J. C. Mulvenon & A. N. D. Yang, eds. *Seeking Truth from Facts: A Retrospective on Chinese Military Studies in The Post-Mao Era*. Santa Monica: Research and Development, pp. 87-118.
- Goldstein, A., 2005. *China's Growing Power: Why The Worry?*. 1ª ed. Stanford: Stanford University Press.
- Grieger, G., 2015. *China's Leading Role in The Shanghai Cooperation Organization*, European Union: s.n.
- Gurt, M., 2009. *China extends influence into C.Asia with pipeline*. [Online] Available at: <http://uk.reuters.com/article/2009/12/14/china-pipeline-idUKSGE5BD0BQ20091214?sp=true> [Accessed 19 Julho 2015].
- Hagel, C., 2014. *U.S. Department of Defense*. [Online] Available at: <http://www.defense.gov/Speeches/Speech.aspx?SpeechID=1857> [Accessed 13 Janeiro 2015].

- Hartnett, D. M., 2014. The "New Historic Missions": Reflections on Hu Jintao's Military Legacy. In: R. Kamphausen, D. Lai & T. Tanner, eds. *Assessing The People's Liberation Army in The Hu Jintao Era*. s.l.:Strategic Studies Institute, pp. 31-80.
- Holmes, J. R., 2013. *How the US Lost the South China Sea Standoff*. [Online] Available at: <http://thediplomat.com/2013/12/how-the-us-lost-the-south-china-sea-standoff/> [Accessed 4 Junho 2015].
- Holslog, J., 2010. China's New Security Strategy in Africa. In: *Multinational Integration: Observations, Insights, and Lessons*. s.l.:US Army Combined Arms Center, pp. 33-45.
- Holsti, K. J., 1964. The Concept of Power in the Study of International Relations. *Background*, Volume 7, pp. 179-194.
- Hong Kong Trade Development Council, 2015. *China Customs Statistics*. [Online] Available at: http://info.hktdc.com/hktdc_offices/mi/ccs/index_static_type/ImportsbyCountryofOriginFinalDestinationim.htm [Accessed 2 Setembro 2015].
- Huang, C.-H., 2011. Principles and Praxis of China's Peacekeeping. *International Peacekeeping*, 18(3), pp. 257-270.
- Hui, S., 2011. *Engaging an Emerging Superpower: Understanding China as a Foreign Policy Actor*, Londres: Chatham House.
- Hu, J., 2007. *Xinhua*. [Online] Available at: http://news.xinhuanet.com/english/2007-10/24/content_6938749.htm [Accessed 19 3 2015].
- Jablonski, D., 2001. National Power. In: J. R. Cerami & J. F. Holcomb Jr, eds. *US Army War College Guide to Strategy*. s.l.:US Army College, pp. 87-106.
- Jakobsen, J., 2013. *Neorealism in International Relations – Kenneth Waltz*. [Online] Available at: <http://www.popularsocialscience.com/2013/11/06/neorealism-in-international-relations-kenneth-waltz/> [Accessed 14 Março 2015].
- Japanese Ministry of Defense, 2014. *Defense of Japan*, Tóquio: s.n.
- Jervis, R., 1978. Cooperation Under The Security Dilemma. *World Politics*, 30(2), pp. 167-214.
- Jiang, Z., 2002. *People's Daily Online*. [Online] Available at: http://en.people.cn/200211/18/eng20021118_106983.shtml [Accessed 22 Dezembro 2014].
- Jiao, L., 2012. *China's Rising Military Power & Its Implications*, Estocolmo: Institute for Security & Development Policy.
- Johnson, C. K., 2014. *Center for Strategic and International Studies*. [Online] Available at: <http://csis.org/publication/thoughts-chairman-xi-jinping-unveils-his-foreign-policy-vision> [Accessed 18 3 2015].

- Johnston, A. I., 2003. Is China a Status Quo Power?. *International Security*, Volume 27, pp. 5-56.
- Kamphausen, R., 2013. *China's military operations other than war: The military legacy of Hu Jintao*. Estocolmo, Stockholm International Peace Research Institute.
- Kamphausen, R. & Lai, D., 2014. Introduction. In: *Assessing The People's Liberation Army in The Hu Jintao Era*. s.l.:Strategic Studies Institute, pp. 1-30.
- Kastner, S. L. & Saunders, P. C., 2012. Is China a Status Quo or Revisionist State? Leadership Travel as an Empirical Indicator of Foreign Policy Priorities. *International Studies Quarterly*, Volume 56, pp. 163-177.
- Khalilzad, Z. e. a., 1999. *The United States and a Rising China*, Santa Monica: RAND.
- Kristoff, N. D., 1993. The Rise of China. *Foreign Affairs*.
- Lawrence, S. V., 2013. *China's Political Institutions and Leaders in Charts*, Washington D.C.: Congressional Research Service.
- Leng, F., 2014. *Toward The Transformation of PLA Military Training Under Conditions of Informationization*, Estocolmo: Institute for Security & Development Policy.
- Li, C.-p., 2014. New Leaders with Old Lenses? China's Conflict Frames Towards Taiwan, 2003-2013. *Journal of Chinese Political Science*, pp. 67-85.
- Liff, A. P. & Erickson, A. S., 2013. Demystifying China's Defence Spending: Less Mysterious in The Aggregate. *China Quarterly*, Volume 216, pp. 805-830.
- Li, X., 2007. *A History of the Modern Chinese Army*. Lexington: University Press of Kentucky.
- Li, X., 2013. *Military Transformation with Chinese Characteristics in the New Century*, Estocolmo: Institute for Security & Development Policy.
- Lo, B., 2004. The Long Sunset of Strategic Partnership: Russia's Evolving China Policy. *International Affairs*, 80(2), pp. 295-309.
- Lobell, S. E., 2009. Threat assessment, the state, and foreign policy: a neoclassical realist model. In: S. E. Lobell, N. M. Ripsman & J. W. Taliaferro, eds. *Neoclassical Realism, The State, and Foreign Policy*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 42-74.
- Lusa, 2011. "EUA terão que se adaptar ao crescente poder de Pequim". [Online] Available at: <http://www.dn.pt/globo/eua-e-americas/interior/eua-terao-que-se-adaptar-ao-crescente-poder-de-pequim-1882177.html> [Acedido em 20 janeiro 2015].
- Marcus, J., 2014. *Acordo com China sinaliza 'guinada a leste' da Rússia*. [Online] Available at: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/05/140521_china_russia_analise_jm_cc [Accessed 3 Março 2015].
- Martins, D., 2006. *China: Uma Emergência Pacífica?*. [Online] Available at: <http://www.observatoriodachina.org/images/papers/l.pdf> [Accessed 18 Setembro 2015].

- Martinson, R. D., 2015. Jinglue Haiyang: The Naval Implications of Xi Jinping's New Strategical Concept. *China Brief*, XV(1), pp. 3-5.
- Ma, Y., 2011. *China-U.S. Focus*. [Online] Available at: <http://www.chinausfocus.com/peace-security/maritime-security-an-important-new-arena-for-china-u-s-cooperation/> [Accessed 13 Março 2015].
- McAuley, K. N., 2012. Developing a Framework for PLA Precision Operations. *China Brief*, 7(13), pp. 2-7.
- McDermott, R. N., 2012. The Shanghai Cooperation Organization's Impact on Central Asian Security: A View From Kazakhstan. *Problems of Post-Communism*, 59(4), pp. 56-65.
- McDevitt, M., 2011. The PLA Navy Antiaccess Role in a Taiwan Contingency. In: P. C. Saunders, C. D. Yung, M. Swaine & N. Yang, eds. *The Chinese Navy: Expanding Capabilities, Evolving Roles*. Washington, D.C.: National Defense University press, pp. 191-215.
- McReynolds, J. & Mulvenon, J. C., 2014. The Role of Informatization in the People's Liberation Army under Hu Jintao. In: R. Kamphausen, D. Lai & T. Tanner, eds. *Assessing the People's Liberation Army in the Hu Jintao Era*. s.l.:Strategic Studies Institute, pp. 207-256.
- Medeiros, E. S., 2009. *China's International Behaviour: Activism, Opportunism and Diversification*, s.l.: RAND Corporation.
- Meltzer, J., 2014. *Taiwan's Economic Opportunities and Challenges and the Importance of the Trans-Pacific Partnership*. [Online] Available at: <http://www.brookings.edu/research/papers/2013/09/30-taiwan-trans-pacific-partnership-meltzer> [Accessed 20 Maio 2015].
- Mitsuru, K., 2011. China's Foreign Strategy. *Asia-Pacific Review*, pp. 37-59.
- Mulvenon, J. C., 2009. Chairman Hu and The PLA's New Historic Missions. *China Leadership Monitor*, Volume 27, pp. 1-11.
- National Bureau of Asian Research, 2013. *2013 People's Liberation Army (PLA) Leadership Structure*. [Online] Available at: http://www.nbr.org/downloads/pdfs/PSA/PLA_LeadershipStructure_Feb2013.pdf [Accessed 21 Junho 2015].
- Office of Naval Intelligence, 2015. *The PLA Navy: New Capabilities and Missions for the 21st Century*. [Online] Available at: [http://www.oni.navy.mil/Intelligence Community/china media/2015 PLA NAVY PUB Interactive.pdf](http://www.oni.navy.mil/Intelligence%20Community/china%20media/2015%20PLA%20NAVY%20PUB%20Interactive.pdf) [Accessed 12 Junho 2015].
- Office of The Under Secretary of Defense, 2013. *FISCAL YEAR 2014 BUDGET REQUEST*, s.l.: Department of Defense.
- Panda, A., 2014. *Chinese, Vietnamese Coast Guard Boats Collide*. [Online] Available at: <http://thediplomat.com/2014/06/chinese-vietnamese-coast-guard-boats-collide/> [Accessed 5 Junho 2015].

- Panda, A., 2015. *China Evacuates Foreign Nationals from Yemen*. [Online] Available at: <http://thediplomat.com/2015/04/china-evacuates-foreign-nationals-from-yemen/> [Accessed 5 Setembro 2015].
- Panetta, L., 2012. *U.S. Department of Defense*. [Online] Available at: <http://www.defense.gov/speeches/speech.aspx?speechid=1681> [Accessed 13 Janeiro 2015].
- Parameswaran, P., 2015. *US, Vietnam Deepen Defense Ties*. [Online] Available at: <http://thediplomat.com/2015/06/why-vietnam-and-the-us-are-deepening-defense-ties/> [Accessed 30 Junho 2015].
- Parlamento Europeu, 2014. *A União Europeia e os seus parceiros comerciais*, s.l.: s.n.
- Peng, G., Zhao, Z. & Luo, Y., 2010. *China's National Defense*. Singapura: Cengage Learning.
- Peng, K. & Cui, X., 2009. *China Daily*. [Online] Available at: http://www.chinadaily.com.cn/china/2009-04/23/content_7707103.htm [Accessed 29 Março 2015].
- People's Republic of China Ministry of National Defense, 2000. *China's National Defense in 2000*, Pequim: s.n.
- People's Republic of China Ministry of National Defense, 2002. *China's National Defense in 2002*, Pequim: s.n.
- People's Republic of China Ministry of National Defense, 2004. *China's National Defense in 2004*, Pequim: s.n.
- People's Republic of China Ministry of National Defense, 2006. *China's National Defense in 2006*, Pequim: s.n.
- People's Republic of China Ministry of National Defense, 2009. *China's National Defense in 2008*, Pequim: s.n.
- People's Republic of China Ministry of National Defense, 2013. *The Diversified Employment of China's Armed Forces*, Pequim: s.n.
- People's Republic of China Ministry of National Defense, 2015. *China's Military Strategy*, Pequim: s.n.
- People's Republic of China Ministry of National Defense, 2015. *Ministry of National Defense - People's Republic of china*. [Online] Available at: <http://eng.mod.gov.cn/Database/WhitePapers/2014.htm> [Accessed 30 Maio 2015].
- Providing for Peacekeeping, 2013. *Peacekeeping Contributor Profile: The People's Republic of China*, s.l.: s.n.
- Qingren, S., 2014. *China's Military Reforms: Prospects and Challenges*, Estocolmo: Institute for Security & Development Policy.

- Quivy, R. & Campenhoudt, L. V., 2008. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Richardson, C. J., 2011. A Responsible Power? China and The UN Peacekeeping Regime. *International Peacekeeping*, 18(3), pp. 286-297.
- Richardson, C. J., 2011. A Responsible Power? China and The UN Peacekeeping Regime. *International Peacekeeping*, 18(3), pp. 286-297.
- Richardson, C. J., 2011. A Responsible Power? China and The UN Peacekeeping Regime. *International Peacekeeping*, 18(3), pp. 286-297.
- Rittberger, V., 2004. *Approaches to The Study of Foreign Policy Derived from International Relations Theories*, Tübingen: s.n.
- Romanova, T., 2012. *Russia in Global Affairs*. [Online] Available at: <http://eng.globalaffairs.ru/number/Neoclassical-Realism-and-Todays-Russia-15681> [Accessed 3 Fevereiro 2015].
- Rose, G., 1998. Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy. *World Politics*, Volume 51, pp. 144-172.
- Ross, R., 2006. Balance of Power Politics and The Rise of China: Accommodation and Balancing in East Asia. *Security Studies*, 3(15), pp. 355-395.
- Roy, D., 1996. The "China Threat Issue": Major Arguments. *Asian Survey*, 36(8), pp. 758-771.
- RTP, 2013. *Esquadra da Marinha Chinesa em Lisboa*. [Online] Available at: http://www.rtp.pt/noticias/pais/esquadra-da-marinha-chinesa-em-lisboa_v644009 [Accessed 19 Agosto 2015].
- Russia Today, 2015. *China outpaces America in sub numbers – US admiral*. [Online] Available at: <http://www.rt.com/news/235651-china-us-submarine-fleet/> [Accessed 2 Abril 2015].
- Russia Today, 2015. *GDP of BRICS could surpass G7 in 2-3 years - senior Duma MP*. [Online] Available at: <http://rt.com/business/265723-brics-gdp-pushkov-russia/> [Accessed 2015 6 9].
- Sandikili, A., 2010. China's Growing Need of Energy and Changing Balances. In: A. Sandikili, ed. *China: A New Superpower? Dimensions of Power, Energy, Security*. Istanbul: Bilgesam Publications, pp. 53-64.
- Scobell, A., 2003. *China's Use of Military Force: Beyond The Great Wall and The Long March*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sequeira, J. M. D., n.d. *Centro Português de Geopolítica*. [Online] Available at: <http://www.cpg.org.pt/documentos/DaEstrategia-Conceitos.pdf> [Accessed 19 Março 2015].
- Severino, R. C., 2010. ASEAN and The South China Sea. *Security Challenges*, 6(2), pp. 37-47.

- Shah, A., 2010. *Military Aid*. [Online] Available at: <http://www.globalissues.org/article/785/military-aid> [Accessed 17 Julho 2015].
- Shambaugh, D., 1996. *China's Post-Deng Military Leadership: New Faces, New Trends*. Stanford, Shorenstein APARC.
- Sharma, G., 2012. People's Liberation Army Ground Forces Modernisation - An Assessment. *Scholar Warrior*, pp. 40-621.
- Sheppard, D. & Meyer, G., 2015. *China oil imports surpass those of US*. [Online] Available at: <http://www.ft.com/intl/cms/s/0/342b3a2e-f5a7-11e4-bc6d-00144feab7de.html#axzz3dDbsxmyo> [Accessed 17 Maio 2015].
- Shieves, K., 2006. China Turns West: Beijing's Contemporary Strategy Towards Central Asia. *Pacific Affairs*, 79(2), pp. 205-224.
- Silva, C., 2015. *Beijing South China Sea Military Expansion: World's Largest Aircraft Carrier Dock Helps China Expand Naval Ambitions*. [Online] Available at: <http://www.ibtimes.com/beijing-south-china-sea-military-expansion-worlds-largest-aircraft-carrier-dock-helps-2036523> [Accessed 4 Agosto 2015].
- Southgate, L., 2015. *Piracy in The Malacca Strait: Can ASEAN Respond?*. [Online] Available at: <http://thediplomat.com/2015/07/piracy-in-the-malacca-strait-can-asean-respond/> [Accessed 12 Agosto 2015].
- Spegele, B. & Khanh, V. T., 2014. *China Moves Oil Rig From Contested Waters*. [Online] Available at: <http://www.wsj.com/articles/chinas-cosl-moves-oil-rig-from-contested-waters-1405472611> [Accessed 5 Junho 2015].
- Sterling, T., 2015. *Court begins hearing Philippines, China dispute over South China Sea*. [Online] Available at: <http://www.reuters.com/article/2015/07/08/us-southchinasea-arbitration-idUSKCNOPH1KH20150708> [Accessed 14 Julho 2015].
- Stiglitz, J., 2015. *The Chinese Century*. [Online] Available at: <http://www.vanityfair.com/news/2015/01/china-worlds-largest-economy> [Accessed 24 Maio 2015].
- Stobdan, P., 2008. Shanghai Cooperation Organization: Challenges to China's Leadership. *Strategic Analysis*, 32(4), pp. 527-547.
- Stockholm International Peace Research Institute, 2015. *TIV of arms exports from China, 2012-2014*, s.l.: SIPRI.
- Sun, Z., 2006. *A Arte da Guerra*. Porto Alegre: L&PM Pocket.
- Swaine, M. D., 2014. *Carnegie Endowment for International Peace*. [Online] Available at: <http://carnegieendowment.org/2014/02/03/chinese-views-and-commentary-on-east-china-sea-air-defense-identification-zone> [Accessed 17 Abril 2015].
- Taiwan Affairs Office of The State Council PRC, 1995. *Taiwan Affairs Office of The State Council PRC*. [Online] Available at:

- http://www.gwytb.gov.cn/en/Special/Jiang/201103/t20110316_1789198.htm
[Accessed 22 Fevereiro 2015].
- Thayer, C., 2013. *China's New Regional Security Treaty with ASEAN*. [Online] Available at: <http://thediplomat.com/2013/10/chinas-new-regional-security-treaty-with-asean/> [Accessed 12 Agosto 2015].
- The Atlantic, 2015. *The Atlantic*. [Online] Available at: <http://www.theatlantic.com/international/archive/2015/06/about-the-china-threat-on-the-the-35th-of-may/394988/> [Accessed 9 Junho 2015].
- The Diplomat, 2013. *The Diplomat*. [Online] Available at: <http://thediplomat.com/2013/09/a-peace-agreement-between-china-and-taiwan/> [Accessed 3 Junho 2015].
- The Economist, 2015. *Whether to believe China's GDP figures*. [Online] Available at: <http://www.economist.com/blogs/freeexchange/2015/07/chinese-economy>
[Accessed 24 Julho 2015].
- The Guardian, 2008. *China's historic naval mission begins*. [Online] Available at: <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/asia/china/3964818/Chinas-historic-naval-mission-begins.html> [Accessed 15 Agosto 2015].
- The MLM Revolutionary Study Group in the U.S., 2007. *Chinese Foreign Policy during the Maoist Era and its Lessons for Today*. [Online] Available at: <https://www.marxists.org/history/erol/ncm-5/cpc-policy.pdf> [Accessed 25 Agosto 2015].
- Timperlake, E. & Triplett II, W. C., 1999. *Red Dragon Rising: Communist China's Military Threat to America*. Washington, D.C.: Regnery Publishing.
- Tomé, L., 2005. *Uma nova configuração geopolítica*. [Online] Available at: http://janusonline.pt/2005/2005_1_1_1.html [Acedido em 24 Janeiro 2015].
- Tomé, L., 2006. Gato Preto, Gato Branco: Geoestratégia da China. *Política Internacional*, pp. 13-35.
- Tomé, L., 2008. China e Médio Oriente: Energia, claro, mas não só... *Nação & Defesa*, Volume 121, pp. 87-134.
- Tow, W. & Rigby, R., 2011. China's Pragmatic security Policy: The Middle-Power Factor. *The China Journal*, pp. 157-178.
- Twomey, C. P., 2014. What's in a name? Building Anti-Access/Area Denial Capabilities Without Anti-Access/Area Denial Doctrine. In: R. Kamphausen, D. Lai & T. Tanner, eds. *Assessing The People's Liberation Army in The Hu Jintao Era*. Carlisle: United States Army War College Press, pp. 129-170.
- United States Naval Institute, 2009. *U.S. Naval Institute*. [Online] Available at: <http://www.usni.org/news-and-features/chinese-kill-weapon> [Accessed Maio 28 2015].

- US National Air and Space Intelligence Center, 2013. *Ballistic & Cruise Missile Threat*, s.l.: NASIC:Public Affairs Office.
- Voice of America, 2014. *China's Aircraft Carrier Returns from South China Sea Mission*. [Online] Available at: <http://www.voanews.com/content/chinas-aircraft-carrier-returns-from-south-china-sea-mission/1821887.html> [Accessed 4 Junho 2015].
- Voice of America, 2015. *Voice of America*. [Online] Available at: <http://www.voanews.com/content/china-stages-huge-military-drills-in-south-china-sea/2886590.html> [Accessed 1 Agosto 2015].
- Wallensteen, P., 2002. *Understanding Conflict Resolution: War, Peace and The Global System*. s.l.:SAGE Publications.
- Wall, R. & Cameron, D., 2015. *China Overtakes Germany as World's Third-Largest Arms Exporter*. [Online] Available at: <http://www.wsj.com/articles/china-overtakes-germany-as-worlds-third-largest-arms-exporter-1426460722> [Accessed 2 Junho 2015].
- Waltz, K., 1979. *Theory of International Politics*. Reading: Addison-Wesley Pub. Co..
- Wang, Z., 2013. The Chinese Dream: Context and Concept. *Journal of Chinese Political Science*, Volume 19, pp. 1-13.
- Weber, M., 1978. *Economy and Society: An Outline of Interpretive Sociology*. Berkeley(California): University of California Press.
- Wee, S.-L., 2014. *China paper slams West's "Cold War mentality" over Ukraine*. [Online] Available at: [http://www.reuters.com/article/2014/02/27/us-ukraine-crisis-china-idUSBREA1Q06\]20140227](http://www.reuters.com/article/2014/02/27/us-ukraine-crisis-china-idUSBREA1Q06]20140227) [Accessed 11 Junho 2015].
- Weitz, R., 2013. *Global Security Watch: China*. Santa Barbara: Praeger.
- White, H., 2015. *Red line in the South China Sea*. [Online] Available at: <http://www.straitstimes.com/opinion/red-line-in-the-south-china-sea> [Accessed 6 Junho 2015].
- Wohlforth, W. C., 2010. Realism and Security Studies. In: M. D. Cavelty & V. Mauer, eds. *The Routledge Handbook of Security Studies*. s.l.:Routledge, pp. 9-20.
- World Trade Organization, 2014. *Trade Profiles: China*. [Online] Available at: <http://stat.wto.org/CountryProfiles/CN E.htm> [Accessed 28 Maio 2015]
- Wortzel, L. M., 1998. *China's Military Potential*, s.l.: Strategic Studies Institute.
- Wu, X., 2014. *China's "Sea Power Nation" Strategy*, Estocolmo: Institute for Security & Development Policy.
- Xinhua, 2012. *Xi pledges "great renewal of Chinese nation"*. [Online] Available at: http://news.xinhuanet.com/english/china/2012-11/29/c_132008231.htm [Accessed 21 Fevereiro 2015].

- Xinhua, 2013. *Trust-building needed to cut Gordian Knot of China-US military ties*. [Online] Available at: http://www.globaltimes.cn/content/832838.shtml#.UrHAh_RDt8E [Accessed 2 Junho 2015].
- Xue, L., 2015. *The Diplomat*. [Online] Available at: <http://thediplomat.com/2015/07/how-china-views-the-south-china-sea-arbitration-case/> [Accessed 24 Julho 2015].
- Yahuda, M., 2013. China's New Assertiveness in The South China Sea. *Journal of Contemporary China*, pp. 446-459.
- Yang, Y., 2013. *Xinhuanet*. [Online] Available at: http://news.xinhuanet.com/english/china/2013-11/23/c_132912145.htm [Accessed 13 Abril 2015].
- Yee, A., 2011. Maritime Territorial Disputes in East Asia: A Comparative Analysis of the South China Sea and the East China Sea. *Journal of Current Chinese Affairs*, 2(40), pp. 165-193.
- Ye, H., 2009. *Safe Seas*. [Online] Available at: http://www.bjreview.com.cn/world/txt/2009-03/31/content_188746.htm [Accessed 16 Junho 2015].
- Yep, E. & Ma, W., 2014. *China Expands Offshore Oil Fleet for Contested Waters*. [Online] Available at: <http://www.wsj.com/articles/china-expands-offshore-oil-fleet-for-contested-waters-1406941177> [Accessed 5 Junho 2015].
- Yi, E. Y. & Liu, X., 2012. The "China Threat" through the Lens of US Print Media. *Journal of Contemporary China*, 76(21), pp. 695-711.
- Yong, D., 2015. China: The Post-Responsible Power. *Washington Quarterly*, 37(4), pp. 117-132.
- Yuan, J.-D., 2006. *China-ASEAN Relations: Perspectives, Prospects and Implications for U.S. Interests*, s.l.: Strategic Studies Institute.
- Zakaria, F., 2005. Does The Future Belong to China?. *Newsweek*, 9 Setembro.
- Zhang, Z., 2011. China's Energy Security, The Malacca dilemma and responses. *Energy Policy*, Volume 39, pp. 7612-7615.
- Zhao, S., 2004. China's Bottom Line and Incentives for a Peaceful Solution. In: S. Tsang, ed. *Peace and Security Across The Taiwan Strait*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, pp. 77-99.
- Zheng, S., 2013. Rising Confidence Behind The "Chinese Dream". *Journal of Chinese Political Science*, Volume 19, pp. 35-48.

APÊNDICE A – GRELHA DA ENTREVISTA AO TENENTE-CORONEL ALEXANDRE
CARRIÇO

Evan S. Medeiros define 5 macro-objectivos da política externa chinesa: Desenvolvimento Económico, Tranquilizar a comunidade internacional de que a China não representa uma ameaça, a diversificação de recursos, reduzir o espaço internacional de Taiwan e Contrariar Coerções. O que pensa sobre esta formulação?

Está de acordo com os restantes objectivos identificados por Evan S. Medeiros?

Esses três conceitos vão, depois, inter-relacionar-se com os conceitos avançados por Evan Medeiros?

O Professor Doutor Luís Tomé afirma, num artigo, que a ascensão da china já não é uma questão, a questão é com ela se vai desenrolar, se é um poder do status quo ou um poder revisionista. Nos livros brancos da China e outras análises de analistas externos, é afirmado que a RPC deseja um mundo mais multipolar. Pode comentar?

O que tem a dizer sobre os recentes acordos energéticos entre China e Rússia e a venda e transferência de armamento russo à China?

Será que podemos extrapolar este sucedido nas relações com a Rússia para uma mudança na balança de poder?

O que pode, então, levar a Rússia a realizar essa transferência de tecnologia?

A venda de armamento chinês a países produtores de petróleo – como em África e na América Latina – é também forma de a RPC diversificar as suas fontes?

Em alguns casos estes programas foram desenvolvidos para reduzir o espaço internacional de Taiwan.

Antes de voltarmos a Taiwan. Em relação à SCO, esta parece ser uma organização que contribui para a consecução para vários dos objectivos de política externa chinesa: fornece um ambiente externo estável, contraria coerções, no sentido de tamponar ataques terroristas ou até mesmo a influência norte-americana.

Podemos afirmar que a SCO tem o intuito de tamponar os EUA?

A SCO tem também intuito de estabilizar as fronteiras chinesas no combate ao terrorismo?

Reduzir o espaço internacional de Taiwan continua a ser importante para a China. Em termos militares, as forças armadas da RPC estão a reforçar as suas capacidades para este teatro de operações. Que hipóteses existem de ocorrer um conflito entre RPC e Taiwan?

Anthony Cordesman referia que a China está, neste momento, num nível um pouco superior a Taiwan em termos militares. Concorda?

O Rebalance to Asia está relacionado com estes desenvolvimentos?

O anúncio de reequilíbrio da força naval de 50/50 entre Pacífico e Atlântico para 60/40 respectivamente demonstra que os EUA percebem uma mudança séria na região da Ásia-Pacífico?

Foi noticiado que a RPC ultrapassou numericamente os EUA em submarinos. Que consequências pode ter este acontecimento?

Todos estes desenvolvimentos poderão estar a ter efeitos contraproducentes na pretensão de tranquilizar a comunidade internacional?

Em relação à teoria do Almirante Liu Huaqing de conseguir o controlo marítimo até a primeira cadeia de ilhas em 2020 e até a segunda cadeia de ilhas em 2050, as autoridades chinesas continuam alinhadas com esta ideia?

Esse último aspecto também releva para a entrada da China em missões de peacekeeping? Para além disso, elas têm o propósito de mostrar a China enquanto Responsible Power?

A China sente-se cada vez mais confortável nas suas relações com a ASEAN?

Nesse aspecto, as Filipinas são uma exceção?

O programa de modernização militar que foca cada vez mais as áreas da Marinha e Força Aérea responde ao objectivo de garantir a soberania chinesa?

O fortalecimento militar que a RPC está a seguir não contraria a filosofia de Laozi do fraco ser forte, ou mesmo a estratégia militar maoísta?

APÊNDICE A - ROTAS DE TRANSPORTE DAS IMPORTAÇÕES CHINESES

